

**Federação Anarquista do Rio de Janeiro
FARJ**



Anarquismo Social e Organização



ANARQUISMO SOCIAL
E ORGANIZAÇÃO

(C) Copyleft
É livre, e inclusive incentivada,
a reprodução deste livro, para fins estritamente
não comerciais, desde que a fonte seja citada
e esta nota incluída.

Projeto de capa
Danilo Carpigiani

Revisão
Alexandre Barbosa de Souza e Bruno Costa

Impressão e Acabamento
Expressão e Arte Editora

Fáisca Publicações Libertárias

Rua Espártaco, 456 - V. Romana

05045-000 São Paulo - SP

Tel. 11-3864-3242

www.editorafaisca.net

faisca@riseup.net

vendasfaisca@riseup.net

Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

Caixa Postal 14576 CEP 22412-970

Rio de Janeiro-RJ

www.farj.org

ANARQUISMO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO

Federação Anarquista do Rio de Janeiro
FARJ

Documento aprovado no I Congresso,
realizado em 30-31 de agosto de 2008



SUMÁRIO

O CONTEXTO DO CONGRESSO DE 2008 E O DEBATE SOBRE ORGANIZAÇÃO	11
ANARQUISMO SOCIAL, LUTA DE CLASSES E RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA	17
ANARQUISMO NO BRASIL: PERDA E TENTATIVA DE RETOMADA DO VETOR SOCIAL	29
A SOCIEDADE DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO: CAPITALISMO E ESTADO	47
OBJETIVOS FINALISTAS: REVOLUÇÃO SOCIAL E SOCIALISMO LIBERTÁRIO	67
DA ORGANIZAÇÃO E DA FORÇA SOCIAL	95
OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A ORGANIZAÇÃO POPULAR	105
A ORGANIZAÇÃO ESPECÍFICA ANARQUISTA	127
A Organização anarquista	127
Trabalho e inserção social	156

Produção e reprodução de teoria	170
Propaganda anarquista	176
Formação política, relações e gestão de recursos	182
As relações da organização específica anarquista com os movimentos sociais	185
Necessidade de estratégia, tática e programa	197
ESPECIFISMO: ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA, PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E INFLUÊNCIAS	213
CONCLUSÃO E APONTAMENTOS	253

O I Congresso
da Federação Anarquista do Rio de Janeiro
presta homenagem aos companheiros:

Juan Perez Bouzas (1899-1958)

Destacado sapateiro anarquista de origem galega que,
com invulgar talento e determinação, evidenciou
a necessidade do aprofundamento da luta.

Em 2008, lembramos o cinquentenário
de sua morte (05/09/1958).

Ideal Peres (1925-1995)

Que, com sensibilidade e ampla visão do horizonte
político, garantiu a manutenção dos eixos sociais
do anarquismo e a conexão das gerações militantes.

Plínio Augusto Coêlho (1956-)

Incansável em dar substância aos nossos sonhos,
ligá-los ao longo fio que nos prende aos que
nos precederam na ação silenciosa
ou turbulenta da revolução.

Se vocês fossem isolados, se cada um de vocês fosse obrigado a agir por conta própria, seriam sem dúvida impotentes; mas ao ficarem unidos e organizarem suas próprias forças – por mais escassas que elas possam ser no começo – exclusivamente para a ação conjunta, orientados por um pensamento e uma atitude comum, e pelo esforço para um objetivo comum, vocês se tornarão invencíveis.

Mikhail Bakunin

O CONTEXTO DO CONGRESSO DE 2008 E O DEBATE SOBRE ORGANIZAÇÃO

Para teorizar com eficácia é imprescindível atuar.

Federação Anarquista Uruguiaia

O I Congresso da FARJ foi realizado com o principal objetivo de aprofundar nossas reflexões sobre a questão da organização e formalizá-las em um programa.

Desde 2003, o debate em torno da organização vem acontecendo dentro de nossa organização. Produzimos materiais teóricos, apuramos nossas reflexões, extraímos ensinamentos de erros e acertos de nossa prática política e foi se tornando cada vez mais necessário aprofundar o debate e formalizá-lo, difundindo este conhecimento, tanto interna quanto externamente.

O trabalho prático de nossas duas frentes – de ocupações e comunitária – foi absolutamente central para as reflexões teóricas que fizemos neste período. Ele contribuiu, inclusive, com a criação, no início de 2008, de nossa terceira frente – a frente agroecológica, chamada Anarquismo e Natureza.

Um ano atrás decidimos realizar, com a necessária profundidade, o debate sobre organização, visando for-

malizar as conclusões em um documento, que seria validado no Congresso de 2008. Para isso, ainda em 2007, tomamos algumas ações para contribuir com o necessário amadurecimento teórico que seria imprescindível para este caminho que pretendíamos trilhar:

- Ativação da Secretaria de Formação Política
- Realização de Seminários Internos de Formação
- Elaboração de Cadernos de Formação para Militantes

Estas ações buscaram dar a todos os militantes de nossa organização a estrutura, o espaço e o suporte necessários para que este debate pudesse acontecer da maneira mais desejável possível. Tivemos um grande esforço para ler, escrever, debater, retomar materiais já escritos, aprofundar discussões, realizar esclarecimentos; enfim, realizar na plenitude este debate que julgávamos tão necessário.

No entanto, não queríamos somente realizar um fórum de debates. Queríamos chegar a posições mais conclusivas, ou seja, aprofundar a linha política da organização. Como um dos traços do nosso modelo organizacional é a unidade teórica e ideológica, queríamos ter este momento de aprofundamento de algumas questões teóricas e ideológicas e, ao final, chegar a posições concretas, a serem defendidas e difundidas por toda a organização.

Nestes cinco anos, sempre pensamos que para desenvolver uma linha política deveríamos necessariamente pensar na influência mútua que há entre teoria e prática, já que as consideramos inseparáveis. Quando

ambas interagem reciprocamente, e de maneira positiva, potencializam os resultados de todos os trabalhos da organização. Com boa teoria se melhora a prática, com boa prática se melhora a teoria. Não há como se pensar a organização anarquista somente com a teoria e sem a prática, ou mesmo desenvolvendo uma teoria e tentando fazer com que a prática se adapte completamente a ela.

Desde o início pensamos ser fundamental não constituir uma organização que, distante das lutas, escrevesse documentos e que depois fosse para a prática, com o objetivo de adaptá-la à teoria. Da mesma forma, nunca nos pareceu possível conceber a organização anarquista somente com a prática e sem teoria, ou mesmo assumindo como teoria tudo o que acontece na prática. Buscamos sempre um equilíbrio que, se por um lado, não tinha por objetivo teorizar profundamente para começar a atuar, por outro, buscava fazer com que a atuação estivesse alinhada com uma teoria, o que, em nosso entender, potencializa o resultado dos esforços militantes, sem perdas de energia desnecessárias.

Neste debate que aconteceu nos últimos dois anos, e que está sendo formalizado neste documento, tivemos a preocupação de desenvolver uma teoria própria, que não fosse simplesmente a repetição de outras teorias desenvolvidas em outros lugares e em outras épocas. Obviamente, toda esta nossa teoria está impregnada, do início ao fim, de outras teorias e de autores que viveram e atuaram em outros contextos. Seria impossível conceber uma teoria anarquista consistente sem a contribuição dos clássicos anarquistas, por exemplo. No entanto, fizemos questão de realizar uma longa reflexão do que –

destas teorias e do pensamento destes autores – faz sentido em nosso contexto, ainda nos dias de hoje. Buscamos criar conceitos próprios, visando dar um caráter original à teoria que pretendíamos criar, e, nesta empreitada, julgamos ter tido muito sucesso, já que conseguimos, a nosso ver, construir e formalizar uma teoria coerente, articulando teóricos clássicos, contemporâneos e também nossas próprias concepções. Apesar disso, não acreditamos que esta é uma teoria definitiva. Muitos aspectos podem ser aprofundados, outros podem ser aprimorados, enfim... O mais importante é deixar claro que pensamos estar dando os primeiros passos nesse longo caminho que pretendemos trilhar.

Finalmente, tivemos a preocupação de construir esta discussão e toda a sua formalização de maneira coletiva. Não nos bastava que um ou outro companheiro escrevesse toda a teoria da organização e que os outros simplesmente observassem e seguissem suas posições. Foi por isso que buscamos, ao longo deste período, contemplar todas as posições da organização e não só de um ou outro militante. Isto também, a nosso ver, acrescenta certo valor ao texto. Ele não surge da cabeça de um ou outro intelectual que pensa a política dissociado da realidade, mas, ao contrário, é o resultado de cinco anos de luta e organização do anarquismo em permanente contato com as lutas de nosso tempo e buscando uma transformação social revolucionária rumo ao socialismo libertário. Em suma, é o resultado de cinco anos de atuação prática.

Com o propósito de contribuir com mais uma etapa, de formalizar teoricamente o que se acumulou em nossa

curta história, realizamos o I Congresso, que ocorreu junto com a comemoração de cinco anos da FARJ, em 30 e 31 de agosto de 2008, cujas principais reflexões encontram-se registradas a seguir.

Ética, compromisso, liberdade!

ANARQUISMO SOCIAL, LUTA DE CLASSES E RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA

*[...] porque o anarquismo é uma ideologia
que se recusa a criar novos sistemas centrais
com novas áreas periféricas.*

Rudolf de Jong

O anarquismo, para nós, é uma ideologia, sendo esta um conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política. A ideologia exige a formulação de objetivos finalistas (de longo prazo, das perspectivas de futuro), a interpretação da realidade em que se vive e um prognóstico, mais ou menos aproximado, sobre a transformação desta realidade. A partir desta análise, a ideologia não é um conjunto de idéias e valores abstratos, dissociados da prática, com um caráter puramente reflexivo, mas, sim, um sistema de conceitos que existe, na medida em que é concebido junto à prática e está voltado a ela. Assim, a ideologia exige uma atuação voluntarista e consciente com o objetivo de imprimir à sociedade a transformação social desejada.

Entendemos o anarquismo como uma ideologia que fornece orientação para a ação no sentido de substituir o capitalismo, o Estado e suas instituições, pelo socialismo libertário – sistema baseado na autogestão e no federalismo –, sem quaisquer pretensões científicas ou proféticas.

Como outras ideologias, o anarquismo possui história e contexto específicos. Ele não nasce de intelectuais ou pensadores alheios à prática, que buscam apenas a reflexão abstrata. O anarquismo tem sua história desenvolvida no seio das grandes lutas de classe do século XIX, quando foi teorizado por Proudhon, e tomou corpo em meio à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), com a atuação de Bakunin, Guillaume, Reclus e outros que defendiam o socialismo revolucionário, em oposição ao socialismo reformista, legalista ou estatista. Esta tendência da AIT foi futuramente conhecida por “federalista” ou “antiautoritária” e teve sua continuidade na militância de Kropotkin, Malatesta e outros.

Portanto, foi no seio da AIT que o anarquismo tomou corpo, “na luta direta dos trabalhadores contra o capitalismo, pelas necessidades dos trabalhadores, por suas aspirações à liberdade e à igualdade, que vivem particularmente nas massas de trabalhadores nas épocas mais heróicas”¹. O trabalho de teorização do anarquismo foi realizado por pensadores e trabalhadores que estavam diretamente envolvidos com as lutas sociais e que auxiliaram a formalizar e difundir este sentimento que estava latente naquilo que se chamou “movimento de massas”. Desta forma,

o anarquismo na sua gênese, nas suas aspirações, em seus métodos de luta, não tem nenhum vínculo com qualquer sistema filosófico. O anarquismo nasceu da rebelião moral contra as injustiças sociais. Quando apareceram homens que se sentiram sufocados pelo ambiente social em que estavam forçados a viver, e cuja sensibilidade se viu ofendida pela dor dos demais como se ela fosse a sua própria, e quando estes homens se convenceram de que boa parte da dor humana não é consequência fatal de leis naturais ou sobrenaturais inexoráveis, mas deriva, por outro lado, de feitos sociais dependentes da vontade humana e elimináveis por obra do homem, abriu-se então a via que deveria conduzir ao anarquismo.²

Com o passar dos anos, o anarquismo desenvolveu-se teórica e praticamente. Por um lado, contribuiu de maneira ímpar com episódios de transformação social, conservando seu caráter ideológico, como, por exemplo, na Revolução Mexicana, na Revolução Russa, na Revolução Espanhola, ou mesmo em episódios brasileiros, como na Greve Geral de 1917 e na Insurreição de 1918. Por outro lado, em determinados contextos o anarquismo assumiu certas características que lhe retiraram este caráter ideológico, transformando-o em um conceito abstrato, que passou a constituir-se tão somente em uma forma de observação crítica da sociedade. Com o passar dos anos, este modelo de anarquismo assumiu uma identidade própria, encontrando referências na história e, ao mesmo tempo, perdendo seu caráter de luta pela trans-

formação social. Isso se evidenciou, de maneira mais gritante, na segunda metade do século XX. Pensado a partir dessa perspectiva, o anarquismo deixa de ser uma ferramenta aos explorados na sua luta pela emancipação e funciona como um passatempo, uma curiosidade, um tema para debate intelectual, um nicho acadêmico, uma identidade, um grupo de amigos etc. Para nós, esta visão ameaça fortemente o próprio sentido do anarquismo.

Essa desastrosa influência no anarquismo foi notada e criticada por diversos anarquistas, desde Malatesta, quando polemizou com os individualistas que eram contra a organização, passando por Luigi Fabbri, que realizou sua crítica das influências burguesas no anarquismo ainda no início do século XX³, até Murray Bookchin que, em meados da década de 1990, apontou este fenômeno e buscou advertir:

A menos que eu esteja gravemente errado – e eu espero estar – os objetivos sociais e revolucionários do anarquismo estão sofrendo um desgaste de longo alcance a um ponto em que a palavra anarquia tornar-se-á parte do vocabulário elegante burguês do próximo século – desobediente, rebelde, despreocupado, mas deliciosamente inofensivo.⁴

Defendemos que o anarquismo retome o seu caráter original de ideologia, ou como definimos anteriormente, de um “sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação, [...] de prática política”. Buscando retomar esta caráter ideológico do anarquismo e para nos diferenciar das demais correntes que estão

no amplo campo no anarquismo contemporâneo, reivindicamos o anarquismo social, pois corroboramos as críticas de Malatesta, Fabbri e afirmamos a dicotomia identificada por Bookchin, de que há hoje um anarquismo social, voltado às lutas e com um objetivo de transformação social, e um anarquismo de estilo de vida, que renunciou à proposta de transformação social e de envolvimento nas lutas sociais de nosso tempo.

Para nós, o anarquismo social é um modelo de anarquismo que, como ideologia, busca ser o fermento dos movimentos sociais e da organização popular, com o objetivo de superar o capitalismo, o Estado, e de construir o socialismo libertário – autogestionário e federalista. Para isso, sustenta um retorno organizado dos anarquistas à luta de classes, com o objetivo de retomar o que chamamos de vetor social do anarquismo. Acreditamos que é entre as classes exploradas – as maiores vítimas do capitalismo – que o anarquismo tem condições de florescer. Se, como colocou Neno Vasco, devemos buscar jogar as sementes do anarquismo no terreno mais fértil, este terreno é para nós a luta de classes, que se dá nas mobilizações populares e nas lutas sociais. Buscando opor o anarquismo social ao anarquismo de estilo de vida, Bookchin afirmou que

o anarquismo social está radicalmente em desacordo com o anarquismo que é focado no estilo de vida, a invocação neo-situacionista ao êxtase e a soberania do ego pequeno burguês que cada vez contrai-se mais. Os dois divergem completamente em seus princípios de definição – socialismo ou individualismo.⁵

Frank Mintz, outro militante e pensador contemporâneo, ao comentar o título de seu livro *Anarquismo Social* enfatizou: “este título deveria ser inútil, pois os dois termos estão implicitamente ligados. É do mesmo modo equivocado porque sugere que pode existir um anarquismo não-social, fora das lutas.”⁶ Desta maneira, entendemos que o anarquismo social está necessariamente implicado na luta de classes.

Dentro de nossa visão do anarquismo social, como “ferramenta fundamental de suporte às lutas cotidianas”⁷, temos também a necessidade de elucidar nossa definição de classe. Mesmo considerando a luta de classes central e absolutamente relevante na sociedade de hoje, entendemos que os marxistas, ao elegerem o operário fabril como sujeito único e histórico da revolução, desprezaram todas as outras categorias das classes exploradas, enquanto sujeitos potencialmente revolucionários. O conceito de classe trabalhadora dos autoritários, que se circunscreve somente à categoria dos trabalhadores da indústria, não dá conta da realidade das relações de dominação e exploração que ocorreram durante a história e nem mesmo das relações que ocorrem na sociedade presente, da mesma forma que não dá conta da identificação dos sujeitos revolucionários de tempos passados e presentes.

A partir da necessidade de elucidação deste conceito de classe, incluímos dentro do conjunto das classes exploradas – que podem e devem contribuir com o processo de transformação social por meio da luta de classes – outras categorias que receberam, em grande medida, a atenção dos anarquistas durante a história. Esta defi-

nição do conceito de classe não modifica a luta de classes como terreno privilegiado da atuação do anarquismo social, mas traz uma forma diferente de enxergar seu objetivo: de transformação das relações centro-periferia, ou mais especificamente, de transformação das relações de dominação das periferias pelos centros. Baseados na classificação de Rudolf de Jong⁸ e na nossa própria e recente história de luta, conceituamos o conjunto das classes exploradas, a partir das relações centro-periferia. Desta maneira, fazem parte deste conjunto:

a. Culturas e sociedades completamente estranhas e distantes do centro, de maneira nenhuma “integradas”, e que são “selvagens” aos olhos do centro. Por exemplo, os índios do Amazonas.

b. Áreas periféricas relacionadas ao centro e pertencendo a estruturas políticas e socioeconômicas que tentam, ao mesmo tempo, manter suas identidades. São dominadas pelo centro, ameaçadas em sua existência pela expansão econômica deste. Pelos padrões do centro são “atrasadas” e subdesenvolvidas. Por exemplo, as comunidades indígenas do México e dos países andinos. Outros exemplos nesta categoria – talvez devêssemos falar em um subgrupo b.1 – são pequenos produtores, trabalhadores especializados e camponeses ameaçados em sua existência econômica e social pelo progresso do centro e que ainda lutam por sua independência.

c. Classes econômicas ou mesmo sistemas socioeconômicos que costumavam pertencer a um centro, mas que voltaram a uma posição peri-

férica após inovações tecnológicas e desenvolvimentos socioeconômicos no centro. Por exemplo, o lumpemproletariado, trabalhadores informais precarizados e o exército permanente de pessoas desempregadas.

d. Classes sociais e grupos que fazem parte de um centro num sentido econômico, mas que são periféricos num sentido social, cultural e/ou político: as classes trabalhadoras, o proletariado em sociedades industriais emergentes, as mulheres, os negros, os homossexuais.

e. Relações centro-periféricas de natureza política, seja entre Estados ou dentro deles: relações coloniais ou imperialistas, relações capital *versus* província etc. Tais relações no sistema capitalista desenvolvem-se paralelamente às relações econômicas mencionadas acima – ou, grupo e.1: dominação neocapitalista, colonização interna e exploração.

Aceitando esta classificação, e conscientes de suas limitações, definimos o conjunto das classes exploradas como as áreas periféricas que estão dominadas por um centro. É importante ressaltar que não consideramos parte deste conjunto das classes exploradas indivíduos que estejam, em teoria, em áreas periféricas, mas que, na prática, estabeleçam relações de domínio sobre outros, constituindo-se em novos centros. Daí a necessidade de todas as lutas das classes exploradas terem uma perspectiva revolucionária, para que não busquem, simplesmente, fazer com que partes das áreas periféricas constituam-se em novos centros.

A partir desta definição, há duas maneiras de se pensar a transformação social: uma, autoritária, utilizada historicamente pelos herdeiros do marxismo (revolucionários ou reformistas) e outra, libertária, utilizada pelos anarquistas.

Os autoritários, incluindo alguns que se dizem anarquistas, pensam no centro como um meio, e têm sua política orientada para ele. Para eles, o centro – sendo este considerado o Estado, o partido, o exército, a posição de direção – é instrumento para a emancipação da sociedade, e “a revolução significa em primeiro lugar a tomada do centro e de sua estrutura de poder, ou a criação de um novo centro”⁹. A própria concepção de classe dos autoritários está baseada no centro, quando definem o proletariado industrial como sujeito histórico – o que está descrito na letra “d” da definição citada acima – e excluem e marginalizam outras categorias das classes exploradas que estão na periferia, como, por exemplo, os camponeses.

Os libertários não pensam no centro como um meio, e lutam permanentemente contra ele, construindo seu modelo revolucionário e sua estratégia de luta em direção a todas as periferias – explicitadas pelas letras que vão de “a” a “e” na definição acima. Ou seja, em sua atuação na luta de classes, o anarquismo considera como elementos das classes exploradas comunidades tradicionais, camponeses, desempregados, subempregados, sem-tetos e outras categorias freqüentemente desconsideradas pelos autoritários. “A luta, dessa forma, seria encaminhada por quem realmente [sente] os efeitos do sistema, e por conseguinte [precisa] urgentemente aboli-

lo.”¹⁰ Na periferia, os anarquistas estimulam os movimentos sociais pela base e buscam construir a organização popular para, em solidariedade, combater a ordem existente e criar uma nova sociedade que seja baseada na igualdade e na liberdade, e na qual as classes já não façam mais sentido. Nessa luta, os anarquistas utilizam-se de meios que contêm dentro de si os germes da sociedade futura.

A concepção anarquista das forças sociais por trás da mudança social é muito mais geral [...] que a fórmula marxista. Diferentemente do marxismo, não concede um papel específico ao proletariado industrial. Nos escritos anarquistas encontramos todos os tipos de trabalhadores e de pobres, todos os oprimidos, todos aqueles que de algum modo pertencem a grupos ou áreas periféricas e, portanto são fatores potenciais na luta revolucionária pela mudança social.¹¹

Com esta concepção das forças revolucionárias, afirmamos que “ao que tudo indica, é na periferia, nas ‘margens’, que a revolução mantém acesa sua chama”¹². Portanto, nossa conclusão é que o anarquismo deve estar em permanente contato com as periferias para a busca de seu projeto de transformação social.

Notas:

¹ Dielo Trouda. “Plataforma organizativa por una Unión General de Anarquistas”. Tradução ao espanhol revisada e corrigida por Frank Mintz. Utilizaremos citações a partir dessa tradução feita diretamente do russo, pois as versões a que temos acesso, tanto em português, quanto espanhol, ambas traduzidas do francês, possuem várias divergências em relação ao original russo. Apesar de o título do documento estar aqui em espanhol, estamos nos referindo ao mesmo documento traduzido para o português como *A Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários*.

² Errico Malatesta. “Anarquismo y Anarquía”. Excerto de *Pensiero e Volontà*, 16 de maio de 1925. In: Vernon Richards. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007, p. 21.

³ Luigi Fabbri. *Influencias Burguesas sobre el Anarquismo*.

⁴ Murray Bookchin. *Anarquismo Social ou Anarquismo de Estilo de Vida: um abismo intransponível*. São Paulo: Faísca/Hedra (no prelo).

⁵ *Ibidem*.

⁶ Frank Mintz. *Anarquismo Social*. São Paulo: Imaginário/Faísca/FARJ/CATL, 2006, p. 7.

⁷ FARJ. “A Propriedade é um Roubo”. In: *Protesta! 4*. Rio de Janeiro/São Paulo: FARJ/CATL, 2007, p. 11.

⁸ Como o próprio autor afirma, esta classificação não visa esgotar as relações e há categorias que se sobrepõem. O termo “área”, ainda segundo o autor, refere-se mais a um conceito social, do que um geográfico. Rudolf de Jong. “Algumas Observações sobre a Concepção Libertária de Mudança Social”. In: Paulo Sérgio Pinheiro. *O Estado Autoritário e Movimentos*

Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 305-353. A classificação original está nas páginas 309 e 310 do livro. Este texto foi reeditado em 2008 pela Faísca Publicações, em co-edição com a FARJ, com o título de *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*.

⁹ *Ibidem*. p. 312.

¹⁰ FARJ. “Por um Novo Paradigma de Análise do Panorama Internacional”. In: *Protesta! 4!*, p. 31.

¹¹ Rudolf de Jong. *Op. Cit.* p. 324.

¹² FARJ. “Por um Novo Paradigma...”. In: *Protesta! 4!*, p. 31.

ANARQUISMO NO BRASIL:
PERDA E TENTATIVA DE RETOMADA
DO VETOR SOCIAL

*Somos combatentes de uma grande guerra.
Todos os combatentes se “entendem” mutuamente
para combater, assumem “compromissos”,
sem os quais não pode haver unidade de ação.
Quem se “entende” com outros já não é senhor
da sua vontade integralmente, prendeu-a por alguns
fios ao acordo firmado. Se desfaz os fios, rompe
o acordo, se “desentende, desiste do combate comum”,
foge à luta, se furta aos companheiros.*

José Oiticica

O anarquismo surgiu no Brasil, ainda no século XIX, como elemento desestabilizador da ordem, com alguma influência sobre as revoltas da época – como foi o caso da Insurreição Praieira de 1848 –, sobre o meio artístico e cultural, e também com as experiências das colônias agrícolas e experimentais do final do século, sendo a Colônia Cecília (1890-1894) a mais conhecida destas experiências. Neste mesmo século há notícias de greves, jornais operários e das primeiras tentativas de organização de núcleos de resistência de trabalhadores.

O surgimento do que chamamos “vetor social do anarquismo” se deu a partir da década de 1890, sendo este impulsionado por um crescimento da inserção social do anarquismo no meio sindical, que culminou na segunda década do século XX.

Chamamos de vetor social do anarquismo as mobilizações populares que possuem significativa influência do anarquismo – principalmente no que diz respeito aos aspectos práticos –, independentemente dos setores em que ocorram. Essas mobilizações, fruto da luta de classes, não são anarquistas, já que se organizam em torno de questões específicas de reivindicação. Por exemplo: em um sindicato, os trabalhadores lutam por melhores salários; em um movimento de sem-teto, lutam por moradia; em um movimento de desempregados, lutam por trabalho etc. No entanto, são espaços de inserção social do anarquismo que, por meio de sua influência, confere aos movimentos práticas mais combativas e autônomas, com a utilização da ação direta, da democracia direta, objetivando a transformação social. As mobilizações constituídas em vetor social do anarquismo são realizadas no seio dos movimentos sociais, considerados por nós como espaços privilegiados para o trabalho social e o acúmulo, e não como uma massa a ser dirigida.

No Brasil, o vetor social do anarquismo começou a se desenvolver nos fins do século XIX com o crescimento da malha urbana e da população nas cidades, e depois, com o crescimento industrial, que naturalmente fazia crescer também a exploração dos operários, vítimas de jornadas extenuantes, de condições insalubres de trabalho, e de salários baixos em fábricas que, além disso,

empregavam mão-de-obra infantil. Com o objetivo de defender a classe dos trabalhadores desta condição praticamente insuportável de exploração, surgiram diversas organizações operárias, revoltas, greves e insurreições, que foram se tornando cada vez mais comuns.

O acirramento da luta de classes no Brasil passou pela greve dos cocheiros em 1900, pelo conjunto de greves de 1903 que teve seu ápice na greve generalizada iniciada pelos tecelões, pelas revoltas que culminaram na Revolta da Vacina em 1904. Em 1903 foi fundada a Federação das Associações de Classe no estado do Rio de Janeiro, que seguia o modelo sindicalista revolucionário da CGT francesa, e que posteriormente foi transferida para a capital, recebendo o nome de Federação Operária Regional Brasileira (FORB) em 1906, algum tempo depois de uma visita de membros da Federação Operária Regional Argentina (FORA) e de uma campanha de solidariedade aos trabalhadores russos.

Até 1904, podemos dizer que o anarquismo conseguiu apresentar-se como uma ferramenta ideológica de luta e “foi, sem sombra de dúvidas, o sindicalismo revolucionário o responsável pelo primeiro vetor social conseguido pelos anarquistas nos grandes centros brasileiros”¹. Em 1905, em São Paulo, sapateiros, padeiros, marceneiros e chapeleiros fundaram a Federação Operária de São Paulo (FOSP) e, em 1906, surgiu a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) que, proscrita, deu lugar em 1917 para a União Geral dos Trabalhadores (UGT), reagrupando os sindicatos de resistência. Em 1919 a UGT transformou-se em Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ) e, em 1923 foi refundada a FORJ.

Em abril de 1906, aconteceu, no Rio de Janeiro, o Congresso Operário Regional Brasileiro, que ficou posteriormente conhecido como o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que recebeu delegados de vários estados do Brasil representando diversas categorias. O Congresso aprovou sua adesão ao sindicalismo revolucionário francês, adotando a neutralidade sindical, o federalismo, a descentralização, o antimilitarismo, o antinacionalismo, a ação direta e a greve geral. Ocorreram o Segundo e o Terceiro Congressos, respectivamente em 1913 e 1920. Em 1908 foi fundada a Confederação Operária Brasileira (COB).

A escolha do sindicalismo revolucionário aconteceu pela eleição do campo econômico de mobilização e pela interessante proposta do federalismo, que permitia a autonomia do sindicato na federação e desta na confederação. Além disso, havia uma influência internacional, de adoção deste modelo em outras partes do mundo. O meio de luta constituído em torno da mobilização pelas questões de curto prazo servia como “ginástica revolucionária”, que preparava o proletariado para a revolução social.

Esperavam os anarquistas que na ação concreta, na solidariedade, e na observação empírica das contradições entre capital e trabalho, evidenciada nos confrontos, estivesse a grande lição a ser apreendida pelos trabalhadores. Essa era a garantia, segundo eles, da aquisição de princípios ideológicos, não pela pregação retórica ou manuais, destituídos das experiências sen-

síveis, mas pela prática da ação cotidiana e revolucionária das massas.²

A primeira década do século XX contou com mais de uma centena de movimentos grevistas, que atuavam, principalmente, em torno da questão salarial. Durante a conjuntura dos anos 1917 a 1920, só no eixo RJ-SP ocorreram mais de duas centenas de manifestações e paralisações. Toda esta conjuntura de mobilização contou com ampla influência dos anarquistas, que trataram de fazer a sua propaganda dentro dos sindicatos, não os circunscrevendo dentro da ideologia anarquista – os sindicatos eram de trabalhadores e não de trabalhadores anarquistas –, mas utilizando-o para a divulgação das suas idéias.

Toda esta expectativa depositada na revolução social, que se tornava cada vez mais real desde meados da década de 1910, culminou em três relevantes mobilizações. Primeiramente, em 1917, naquela que ficou conhecida como a Greve Geral de 1917, quando os trabalhadores de São Paulo, em grande medida organizados em torno do Comitê de Defesa Proletária, lutaram contra a carestia, realizando sabotagens e boicotando produtos das indústrias Crespi, Matarazzo e Gamba. Entre as vitórias do movimento grevista, estão a jornada de oito horas de trabalho e aumentos salariais conquistados por setores do movimento. No ano de 1918 continuaram as mobilizações e, no Rio de Janeiro, ocorreu a Insurreição Anarquista. Com greves acontecendo nas fábricas cariocas e o Campo de São Cristóvão ocupado pelos trabalhadores, os insurgentes queriam a tomada dos prédios do governo e o estabelecimento na cidade do primeiro so-

viete do Rio de Janeiro. Finalmente, em 1919, a União dos Operários em Construção Civil (UOCC) conseguiu o maior ganho de todos, conquistando as oito horas diárias de trabalho para toda a categoria. Além disso, fora de Rio de Janeiro e São Paulo, ocorreram significativas mobilizações em outros estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia, Ceará, Pará e Amazonas.

Havia ainda um grande movimento cultural que trabalhava junto com as mobilizações sindicais e que tinha muita importância: escolas racionalistas inspiradas nos princípios de Ferrer y Guardia, centros sociais, teatro operário e outras iniciativas que foram fundamentais para forjar uma cultura de classe, objeto de união nos momentos de luta.

Houve, nesta conjuntura ascendente de luta, a formação de duas organizações políticas e ideologicamente anarquistas, que visavam trabalhar com o movimento sindical. A primeira delas foi a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, fundada em 1918 pela necessidade de uma organização anarquista para a atuação dentro do sindicalismo, e que foi importante para a Insurreição de 1918. No entanto, com a repressão ocorrida, a Aliança foi desarticulada, voltando a se organizar no primeiro Partido Comunista, de inspiração libertária, fundado em 1919. Tanto a Aliança Anarquista, como o Partido Comunista, agrupavam membros de um setor do anarquismo, que se chamou “organizacionista” e que entendia necessária a distinção dos níveis de atuação – o nível político, ideologicamente anarquista, e o nível social, das mobilizações sindicais. Estes militantes enten-

diam como necessária a existência de organizações específicas anarquistas, para atuação junto ao sindicalismo. É importante destacarmos que já havia, neste momento, uma preocupação de anarquistas com a sua organização específica.

Podemos dizer que o vetor social do anarquismo esteve em uma curva ascendente até o início dos anos 1920, quando a crise do anarquismo, paralela a do próprio sindicalismo, começou a se desenvolver, culminando na década de 1930 na sua desmobilização e na perda deste vetor social. Para nós, a perda do vetor social do anarquismo é fruto de dois contextos de crise: um de conjuntura e outro do próprio anarquismo.

O contexto da conjuntura foi marcado, em primeiro lugar, pela repressão, tanto ao sindicalismo, quanto ao anarquismo, o que se pode comprovar com a terceira reformulação da lei Adolfo Gordo, de 1921, que previa a repressão e deportação dos anarquistas, além das deportações de militantes para a colônia penal de Clevelândia, situada no atual estado do Amapá, entre 1924 e 1926. Além disso, havia também um refluxo das lutas sociais em todo o mundo e uma frustração com o resultado das lutas que vieram depois da Revolução Russa de 1917. Foi significativo ainda o fim da Primeira Guerra e a recuperação das fábricas européias, que voltaram a exportar (inclusive para o Brasil) diminuindo o contingente operário nas cidades e o crescimento do Partido Comunista, fundado em 1922, que, a partir de 1924 começou a disputar mais fortemente as organizações sindicais e aliar-se aos reformistas, propondo a participação eleitoral como forma de expressão política. Finalmente,

o atrelamento dos sindicatos ao Estado que foi sacramentado em 1930 e 1931 pelo governo Vargas, culminando em 1932, quando os sindicatos foram obrigados, por lei, a terem a aprovação governamental e a seguirem as regras de funcionamento determinadas pelo Estado.

O contexto do anarquismo foi marcado, principalmente, pela confusão entre os níveis de atuação. Para muitos militantes, o sindicalismo, que era o vetor social, o meio de atuação que deveria conduzir a um fim – expressado pela revolução social e a constituição do socialismo libertário – terminou tornando-se o próprio fim. Este fenômeno já vinha sendo notado no anarquismo e foi tema de acirrado debate, já em 1907 no Congresso de Amsterdã, entre Malatesta e Monatte. Monatte, defensor do “sindicalismo puro”, enxergava grande semelhança entre sindicalismo e anarquismo e defendia que “o sindicalismo se basta a si mesmo”³. Malatesta, com uma posição diametralmente oposta, considerava o sindicalismo “um campo particularmente propício para a difusão da propaganda revolucionária e também como um ponto de contato entre os anarquistas e as massas”⁴. Desta forma, Malatesta sustentava a necessidade de dois níveis de atuação: um político anarquista, e outro social no âmbito do sindicato, que seria o meio de inserção.

As posições de Malatesta e Monatte resumem as posições dos anarquistas brasileiros. De um lado, parte dos anarquistas defendia a necessidade da organização especificamente anarquista, que deveria buscar inserção social nos sindicatos. De outro, anarquistas que haviam entendido a militância nos sindicatos como sua única tarefa, e assim “esqueceram-se de formar grupos

específicos capazes de dar sustentação à prática revolucionária”⁵.

Nossa posição em relação aos acontecimentos sociais do início do século XX está alinhada com a posição de Malatesta, que foi retomada no Brasil por José Oiticica que, na época, atentou para o problema da falta de organizações específicas anarquistas. Em 1923 ele já alertava para o fato que os anarquistas vinham se dedicando completamente às atividades sindicais e renunciando as atividades ideológicas, confundindo o sindicalismo, que era o meio de inserção, com o fim que se queria chegar. Para ele, era fundamental a criação de “federações anárquicas fora dos sindicatos”⁶, tais como a Aliança de 1918 e o Partido de 1919 que, apesar de serem grupos ou federações deste tipo, infelizmente, foram insuficientes para a tarefa que era necessário realizar.

Para Oiticica, como já parcialmente nos referimos, era importante naquele momento envidar esforços na formação de grupos “fechados”, com um programa definido de ação e compromissos tacitamente assumidos pelos militantes⁷. A “centralização” das forças anárquicas, ainda segundo ele, na luta contra a burguesia, não podia ser confundida com a “descentralização” típica das organizações libertárias. Reclamava então duas medidas urgentes à eficiência da ação anarquista: “*seleção dos militantes e concentração de forças*”. E concluía: “*só isso nos dará unidade de ação*”⁸.

Entendemos que a falta de organizações anarquistas que pudessem dar suporte à luta de classes, realizada

de forma mais notável naquele momento nos sindicatos, foi também grande responsável pela perda do vetor social do anarquismo. Como as organizações ideológicas não estavam sedimentadas, o contexto de crise do sindicalismo terminou por se estender ao próprio anarquismo. Assim, uma crise do nível social condenou também o nível político, já que não havia grande diferenciação entre os dois naquele momento.

Para nós, é normal que o nível social, representado naquele momento pelo sindicalismo, tenha fluxos e refluxos, momentos de ascendência e descendência, e a organização específica anarquista serve justamente para acumular os resultados das lutas e, algumas vezes, para buscar outros espaços de trabalho, outros espaços de inserção. O problema é que, sem organizações anarquistas, quando o nível social – ou algum setor dele – entra em crise, os anarquistas não são capazes de encontrar um outro espaço para a inserção social.

Uma vez perdido o vetor social, e sem organizações específicas capazes de sustentar um embate ideológico de mais longa duração, não foi possível aos anarquistas encontrarem, de imediato, outro espaço de inserção. [...] O prestígio alcançado através da entrada nos sindicatos, muito provavelmente, fez crer que a potencialidade das associações de classe era inesgotável, mesmo superior a variações da conjuntura.⁹

Assim, a crise no sindicalismo revolucionário tirou o vetor social dos anarquistas que passaram então a “se

organizar em grupos de cultura e preservação de memória”¹⁰.

* * *

A FARJ reivindica-se continuadora da militância de Ideal Peres e dos trabalhos que tiveram origem a partir de sua história de luta. Ideal Peres era filho de Juan Perez Bouzas (ou João Peres), um imigrante galego, anarquista e sapateiro, que teve importante participação no anarquismo brasileiro a partir do final da década de 1910. Foi ativo militante da Aliança dos Artífices em Calçados e da Federação Operária de São Paulo (FOSP), tendo atuado com destaque em inúmeras greves, piquetes e manifestações. Nos anos 1930 atuou também na Liga Anticlerical e, em 1934, teve participação decisiva na Batalha da Sé – quando os anarquistas rejeitaram os integralistas (fascistas) sob rajadas de metralhadoras. No ano seguinte, os anarquistas participaram também da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma coordenação que sustentava a luta antifascista, combatendo o imperialismo e o latifúndio.

Ideal Peres nasceu em 1925 e iniciou sua militância naquele contexto de crise, quando o vetor social do anarquismo já havia sido perdido. Isso aconteceu em 1946, quando participou da Juventude Libertária do Rio de Janeiro; dos periódicos *Ação Direta* e *Archote*; da União dos Anarquistas do Rio de Janeiro; de Congressos Anarquistas que ocorreram no Brasil; e da União da Juventude Libertária Brasileira. Ideal Peres teve relevante participação no Centro de Estudos Professor José Oiti-

cica (CEPJO), local de uma série de cursos e palestras, tendo como “pano de fundo” o anarquismo, e que foi fechado pela ditadura em 1969, quando Ideal foi preso por um mês no antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), primeiro na Base Aérea do Galeão e depois no quartel da Polícia do Exército na Rua Barão de Mesquita, centro de tortura da ditadura militar.

Depois da prisão, Ideal organizou em sua casa, ainda na década de 1970, um grupo de estudos que tinha como objetivo aproximar jovens interessados no anarquismo para, entre outras coisas, colocá-los em contato com antigos militantes e estabelecer vínculos com outros anarquistas do Brasil. Esse grupo de estudos constituiria o germe do Círculo de Estudos Libertários (CEL), concebido por Ideal e sua companheira Esther Redes. O CEL funcionou no Rio de Janeiro de 1985 a 1995, tendo próximo (ou mesmo dentro) de si a formação de outros grupos como o Grupo Anarquista José Oiticica (GAJO), o Grupo Anarquista Ação Direta (GAAD), o Coletivo Anarquista Estudantil 9 de Julho (CAE-9), o grupo Mutirão; além de publicações como *Libera...Amore Mio* (fundado em 1991 e que existe até hoje), a revista *Utopia* (1988-1992) e o jornal *Mutirão* (1991). Além disso, o CEL promoveu eventos, campanhas e dezenas (senão centenas) de palestras e debates.

Com a morte de Ideal Peres, em agosto de 1995, o CEL decidiu homenageá-lo modificando seu nome para Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP). O CELIP deu continuidade ao trabalho do CEL, sendo responsável por agregar a militância do Rio de Janeiro e prosseguir no aprimoramento teórico desta. Além disso,

o CELIP seguiu com a publicação do *Libera*, fazendo por meio dele relações com grupos de todo o país e também do exterior. Trouxe importantes reflexões libertárias sobre assuntos que estavam em pauta no Brasil e no mundo daquela época e serviu para a divulgação de textos e notícias de diversos grupos do país. As palestras e debates continuaram agregando novos militantes, e as relações que alguns militantes tiveram com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) acabaram por influenciar significativamente o modelo de anarquismo que foi se desenvolvendo dentro do CELIP. Este foi co-organizador do Encontro Estadual de Estudantes Libertários do Rio de Janeiro (ENELIB), em 1999; participou do Encontro Internacional de Cultura Libertária, em Florianópolis 2000; e contribuiu com as atividades do Instituto de Cultura e Ação Libertária de São Paulo (ICAL). Também retomou a luta com a categoria dos petroleiros, reatando laços entre anarquistas e sindicalistas do ramo petrolífero – laços esses que datavam de 1992/1993, quando juntos ocuparam o Edifício Sede da Petrobrás (EDISE), na primeira ocupação de um prédio “público” depois da ditadura militar. Em 2001, esta luta dos anarquistas e petroleiros foi retomada, culminando, no ano de 2003, no acampamento de mais de 10 dias de anarquistas e petroleiros, que lutavam pela anistia dos companheiros demitidos politicamente. Além disso, o CELIP fez uma série de outras atividades.

Em 2002 iniciamos um grupo de estudos para verificar a possibilidade de construção de uma organização anarquista no Rio de Janeiro e o resultado deste foi a fundação da FARJ em 30 de agosto de 2003. Para nós,

há uma ligação direta entre a militância de Ideal Peres, a constituição do CEL, seu funcionamento, a mudança de nome para o CELIP, e a posterior fundação da FARJ.

Quando falamos de busca do “vetor social do anarquismo”, fazemos necessariamente uma referência ao trabalho iniciado por Ideal Peres que, ainda na década de 1980, iniciou um trabalho com os movimentos sociais, com vistas a retirar o anarquismo no âmbito estritamente cultural ao qual vinha se reservando desde a crise dos anos 1930.

Ainda na primeira metade da década de 1980, Ideal e Esther [Redes] adentram um movimento social, como fundadores e membros da Associação dos Moradores e Amigos do Leme (AMALEME). Na década de 1980, no Rio de Janeiro, surgia uma série de federações de associações de bairro, favelas e comunidades, e Ideal participou da AMALEME, tentando influenciá-la a utilizar práticas autogestionárias e a demonstrar solidariedade à comunidade carente do Morro do Chapéu Mangueira. Em 1984, Ideal é eleito vice-presidente da associação e, em 1985, presidente. Sua atenção para as associações de bairro havia nascido por uma outra associação, ALMA (Associação dos Moradores da Lauro Muller e Adjacências), talvez a primeira associação a demonstrar ímpetus combativos e autogestionários, o que terminou por influenciar outras associações.¹¹

O estímulo de Ideal Peres e o próprio desenvolvimento da militância no Rio de Janeiro apontaram para

uma necessidade prática de trabalho e inserção social dos anarquistas que se acentuou após os contatos que tivemos com a FAU em meados da década de 1990. Por meio do *Libera...* e do contato com outros grupos no Brasil, auxiliamos a iniciativa da Construção Anarquista Brasileira (CAB) de 1996, difundindo o documento “Luta e Organização” que buscava dar suporte para a criação de grupos orgânicos que defendessem a idéia do anarquismo “especifista”. Podemos dizer que todo o anarquismo especificista no Brasil tem influência da CAB e da própria FAU, e conosco isso não é diferente.

Desde então, a idéia da inserção social e de retomada do vetor foi se tornando cada vez maior. A história do Brasil e uma observação mais estratégica acerca da razão de ser do próprio anarquismo foram nos deixando cada vez mais convencidos que o especificismo era a forma de organização anarquista mais adequada para os nossos propósitos. Para nós, o caminho para a retomada do vetor social passa, obrigatoriamente, por um anarquismo organizado especificamente, que diferencie os níveis de atuação e que esteja presente na luta de classes. No entanto, ao contrário do início do século XX, quando o terreno privilegiado da luta de classes era o dos sindicatos, hoje consideramos que o sindicalismo pode ser um meio de inserção, mas há outros muito mais importantes do que ele. Conforme definimos anteriormente, há hoje uma classe de explorados muito ampla e que permite o trabalho e a inserção social dos anarquistas: desempregados, camponeses, sem-terras, sem tetos etc. Para nós, estar bem organizados no nível político (ideológico) nos permitirá encontrar o melhor caminho para trazer nova-

mente este vetor social ao anarquismo, esteja ele onde estiver.

Toda nossa reflexão atual tem por expectativa pensar um modelo estratégico de organização que nos possibilite uma retomada do vetor social, de forma que isso aponte para nossos objetivos de superação do capitalismo, do Estado e para a constituição do socialismo libertário. O que buscamos, neste contexto, é somente um posto na luta, conforme enfatizamos em nossa fundação: “Aqui se apresenta a FARJ, sem pedir outra coisa que um posto de luta, para que não morram sonhos formosos e profundamente justos.”¹²

Notas:

¹ Alexandre Samis. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”. In: *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004, p. 179.

² *Ibidem*. p. 136.

³ Pierre Monate. “Em Defesa do Sindicalismo”. In: George Woodcock. *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: LP&M, 1998, p. 206.

⁴ Errico Malatesta. “Sindicalismo: a Crítica de um Anarquista”. In: George Woodcock. *Op. Cit.* p. 207.

⁵ Alexandre Samis. “Anarquismo, ‘bolchevismo’ e a crise do sindicalismo revolucionário”. (Ainda não publicado).

⁶ José Oiticica em *A Pátria*, 22 de junho de 1923.

⁷ José Oiticica, Fabio Luz e outros anarquistas radicados no Rio de Janeiro faziam parte de um grupo específico de anarquistas chamado Os Emancipados.

⁸ Alexandre Samis. “Anarquismo, ‘bolchevismo’ e a crise do sindicalismo revolucionário”.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Idem*. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”. In: *História do Movimento Operário Revolucionário*, p. 181.

¹¹ Felipe Corrêa. *Anarquismo Social no Rio de Janeiro: breve história da FARJ e de suas origens*. Lisboa: CEL/Cadernos d’A Batalha, 2008, p. 25.

¹² FARJ. “Manifesto de Fundação”.

A SOCIEDADE DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO: CAPITALISMO E ESTADO

A riqueza de uns é feita com a miséria dos outros.

Piotr Kropotkin

Para os que estão no poder, o inimigo é o povo.

Pierre-Joseph Proudhon

O capitalismo, como sistema, se desenvolveu desde os fins da Idade Média e se estabeleceu nos séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental. Constituiu-se como um sistema econômico, político e social, baseando-se nas relações entre duas classes antagônicas. De um lado, o que se chamou “burguesia” e que trataremos neste texto como “capitalistas”, detentores da propriedade privada dos meios de produção¹, que contratam trabalhadores por meio do trabalho assalariado. De outro, o que se chamou “proletariado”², e que trataremos neste texto como “trabalhadores” que, nada possuindo além de sua força de trabalho, tiveram de vendê-la em troca de um salário. Como enfatizamos anteriormente, o trabalhador assalariado – objeto clássico de análise nas teses socialistas do século XIX –, para nós, constitui hoje somente uma das categorias das classes exploradas.

O objetivo dos capitalistas é a produção de mercadorias para a obtenção de lucro. “A empresa [capitalista] não se preocupa com as necessidades da sociedade; seu único fim é aumentar os lucros do empresário”.³ Por meio do trabalho assalariado, os capitalistas pagam o mínimo possível aos trabalhadores e usurpam-lhes todo o excedente de seu trabalho, o que recebe o nome de mais-valia. Isso acontece, pois, para aumentar seu lucro, os capitalistas devem ter o menor custo, ou seja, gastar o mínimo possível. Vendendo suas mercadorias pelo maior preço que o mercado pode pagar, ficam com esta diferença entre o que gastam e o que ganham – o lucro. Para conter custos e, conseqüentemente, aumentar os lucros, os capitalistas possuem vários recursos, dentre eles, aumentar a produtividade e baixar os custos de produção. Há várias maneiras de isso ser feito, dentre elas, impor um ritmo de trabalho maior aos trabalhadores e reduzir os salários pagos a eles.

Esta relação entre capitalistas e trabalhadores gera a desigualdade social, um dos grandes males da sociedade em que vivemos. Isso já havia sido constatado por Proudhon, quando investigou o tema ainda no século XIX:

Afirmar então que todas as causas da desigualdade social se reduzem a três: 1^o) a apropriação gratuita das forças coletivas; 2^o) a desigualdade nas trocas; 3^o) o direito ao lucro ou à fortuna. E como esta tripla maneira de usurpar os bens de outrem constitui, essencialmente, o domínio da propriedade, neguei a legitimidade

da propriedade e proclamei a sua identidade com o roubo.⁴

A propriedade privada, para nós, assim como constatou Proudhon, é um roubo, visto que a partir do trabalho assalariado, dá ao capitalista o excedente do trabalho dos trabalhadores. Esta propriedade “após despojar o trabalhador pela usura, assassina-o lentamente pelo esgotamento”⁵.

Além de ser um sistema que cria e mantém a desigualdade social, o capitalismo baseia-se na dominação e conseqüente exploração. A dominação existe quando uma pessoa ou um grupo de pessoas utiliza-se “da força social de outrem (do dominado), e, conseqüentemente, de seu tempo, para realizar seus objetivos (do dominador) – que não são os objetivos do agente subjugado”⁶. O sistema capitalista caracteriza-se pela utilização da força de trabalho do trabalhador para o enriquecimento dos capitalistas, por isso é uma sistema dominador e explorador, visto que “significa o poder e o direito de viver à custa da exploração do trabalho alheio, o direito de explorar o trabalho daqueles que não possuem propriedade ou capital e que, portanto, são forçados a vender sua força produtiva aos afortunados detentores de ambos”⁷.

Esta relação entre capital e trabalho, ao se dar no mercado, não é similar para ambos os lados, visto que os capitalistas vão ao mercado para a obtenção de lucro, ao passo que os trabalhadores o fazem pela necessidade do trabalho, sem o qual correriam o risco de passar necessidades e não terem as mínimas condições de vida. É um

“encontro entre uma iniciativa para o lucro e outra para a fome, entre o senhor e o escravo”⁸.

Além disso, o desemprego faz com que, no momento em que os capitalistas vão ao mercado, encontrem trabalhadores em abundância, pois há mais oferta de trabalhadores do que procura:

[...] os bairros pobres da cidade e as aldeias circunvizinhas estão cheias de desgraçados, cujos filhos choram diante do prato vazio. Por isso, ainda a fábrica não está concluída e já os trabalhadores correm a pedir trabalho. São precisos cem e apresentam-se mil.⁹

Assim, aos capitalistas cabe impor as condições de trabalho. Aos trabalhadores cabe aceitá-las, visto que “são levados, por medo de se verem substituídos por outros, a venderem-no pelo menor preço. [...] Uma vez que se encontra em estado de pobreza, o trabalhador é forçado a vender seu trabalho por quase nada e, por vender este produto por quase nada, ele afunda em uma miséria cada vez maior.”¹⁰

Sendo o capitalismo um sistema complexo, ele articula diversas formas de produção e classes sociais. Os camponeses, mesmo sendo parte de um processo produtivo que é pré-capitalista, estão sujeitos às exigências da concorrência do mercado capitalista o que significa a necessidade de elementos fundamentais para a sua produção que são vendidos no mercado capitalista. Na concorrência, por dificuldades de produtividade e tecnologia, têm desvantagem em relação às grandes empresas

agroindustriais. Há também os camponeses que vendem sua força de trabalho, que podemos considerar trabalhadores rurais, de um sistema capitalista tradicional. Os camponeses também são, como tratamos, parte do conjunto das classes exploradas.

Fala-se ainda, que o sistema capitalista não seria dividido em duas grandes classes – a dos capitalistas e dos trabalhadores –, mas, sim, três, sendo uma terceira classe, chamada de “classe dos gestores”, responsável pelo controle de aspectos decisivos do capitalismo e personalizando outro importante aspecto do capitalismo, que é o da divisão hierárquica do trabalho. Ao longo da história do capitalismo, esta classe vem fazendo, cada vez mais, parte da classe dos capitalistas, principalmente pelos interesses defendidos no processo de luta de classes. Hoje, a figura do burguês tradicional, proprietário, é cada vez menos comum, sendo o controle das empresas realizado pelos gestores e os proprietários sendo cada vez mais grupos multinacionais ou mesmos acionistas que ninguém sabe quem são. Atualmente, na sua grande maioria, a classe dos gestores faz parte do conjunto de capitalistas, ou o que poderíamos chamar de classe dominante.

Há ainda outros atores no mercado capitalista, como os trabalhadores dos ramos do comércio e do serviço que dão vazão das mercadorias das empresas capitalistas ou realizam trabalhos para elas. Ambos os ramos obedecem à lógica do capitalismo, em menor ou maior escala, e também atuam dentro da concorrência do mercado, muitas vezes utilizando o trabalho assalariado, sustentando proprietários que gozam dos frutos desta

injusta relação entre capital e trabalho e que possuem objetivo de gerar lucro.

Como um sistema que reproduz a injustiça, o capitalismo separa o trabalho manual e intelectual. Esta separação é fruto da herança e também da educação, visto que há educação diferente para ricos e pobres. Sendo assim,

[...] enquanto houver dois ou vários graus de instrução para as diferentes camadas da sociedade, haverá necessariamente classes, quer dizer, privilégios econômicos e políticos para um pequeno número de afortunados, e a escravidão e a miséria para a maioria.¹¹

Durante sua história, o capitalismo evoluiu, envolveu-se nas estruturas políticas dos países europeus do final do século XIX, gerando o Imperialismo e chegando a sua atual etapa de expansão, que pode ser chamada de globalização econômica. Conforme análise do subcomandante Marcos, do Exército Zapatista: “Já não é um poder imperialista no sentido clássico do termo, daquele que domina o resto do mundo, mas um novo poder extra-nacional.”¹² Em termos gerais, a globalização econômica caracteriza-se por uma integração, em escala mundial, dos processos de produção, distribuição e troca. A produção é realizada em diversos países do mundo, as mercadorias são importadas e exportadas em enormes quantidades e a longas distâncias.

Estimulada desde os anos 1970 e 1980, a “globalização” generalizou-se no mundo, “baseando-se, do pon-

to de vista ideológico, filosófico e teórico, na doutrina do neoliberalismo”¹³, que prega o livre mercado e o Estado mínimo. A idéia básica é que o capital procure as localidades com melhores condições para se reproduzir. Como necessariamente a produção necessita de mão-de-obra de trabalhadores, há uma migração das esferas produtivas das empresas capitalistas para países cujo “custo de produção” é mais baixo, ou seja: países com fraca legislação trabalhista/ambiental, fraca organização sindical, alto nível de desemprego etc. Em suma, empresas buscam países/regiões em que a exploração possa se dar sem intromissão do Estado, permitindo que paguem o quanto quiserem, que não sejam obrigados a dar benefícios aos trabalhadores, que os dispensem quando bem entenderem e que sempre haja muitos outros querendo as vagas, permitindo que os custos de produção sejam cada vez menores; o trabalho precário é buscado e estimulado. Este sistema, se por um lado deixa desempregados nas áreas que possuem melhores condições, por outro permite chantagens que fazem com que a precariedade seja aceita e ameaçam a organização dos trabalhadores que são cada vez mais controlados e expulsos para a periferia, conforme descreve Chomsky:

Os conceitos de “eficiência” e “economia saudável”, prediletos dos ricos e privilegiados, não têm nada a oferecer aos crescentes setores da população que não dão lucro e que são empurrados para a pobreza e o desespero. Se não puderem ser confinados nas favelas, terão de ser controlados de um outro modo qualquer.¹⁴

O neoliberalismo – que estimula o livre fluxo do capital, mas não a livre circulação de pessoas e nem a equiparação das condições de trabalho – coloca em xeque toda a condição de “bem-estar” que foi imposta aos Estados durante largas mobilizações que marcaram o mundo nos séculos XIX e XX. O capitalismo vem buscando novos espaços, expandindo-se tanto interna, quanto externamente, criando novas empresas capitalistas com as privatizações e estimulando falsas necessidades, por meios como a publicidade, que não correspondem às verdadeiras demandas da sociedade. “As doutrinas neoliberais, independentemente do que se pense delas, debilitam a educação e a saúde, aumentam a desigualdade social e reduzem a parcela do trabalho na distribuição de renda.”¹⁵

O capitalismo contemporâneo é também responsável pela grande crise ecológica que hoje assola o mundo. Motivadas pela lógica do lucro, as empresas privadas são responsáveis por transferir toda a hierarquia das classes para a relação entre as pessoas e o meio ambiente. Poluição, desmatamento, aquecimento global, destruição de espécies raras e desequilíbrio nas cadeias alimentares são apenas algumas das conseqüências desta relação.

As hierarquias, classes, sistemas de propriedade e instituições políticas que emergiram com o domínio social foram transferidas conceitualmente para a relação entre humanidade e natureza. Esta, também foi cada vez mais olhada como mero recurso, um objeto, uma matéria bruta a ser explorada tão implacavelmente como escravos num latifúndio.¹⁶

O Brasil, estando bastante integrado nesta lógica globalizada por razão das políticas adotadas por seus últimos governos, compartilha das conseqüências mundiais desta nova fase do capitalismo.

* * *

Consideramos o Estado o conjunto de poderes políticos de uma nação, que toma forma por meio de “instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares, financeiras etc.”¹⁷; e, assim sendo, o Estado é mais amplo que o governo. O Estado, desde seu surgimento na Antiguidade, passando pelo Egito dos faraós e pelo Estado escravocrata-militar de Roma, sempre foi um instrumento de perpetuação da desigualdade e um elemento liberticida, qualquer que fosse o modo de produção existente. Esta instituição dominadora conheceu, no decorrer da história, períodos de maior e menor força, sendo necessária atenção com suas especificidades de tempo e local. O Estado como o observamos hoje (o Estado Moderno) possui suas origens a partir do século XVI.

Ainda na Idade Média, com o objetivo de destruir a civilização das cidades, os bárbaros modernos acabaram por tornar escravos aqueles que outrora se organizavam com base na livre iniciativa e no livre entendimento. Nivelou-se toda a sociedade com base na submissão ao dono, declarando que a Igreja e o Estado seriam os únicos laços entre os indivíduos, que somente essas instituições teriam o direito de defender interesses comerciais, industriais, artísticos etc. O Estado consti-

tuiu-se por meio do domínio, para falar em nome da sociedade, visto que julgava ser a própria sociedade.

O Estado veio caracterizando-se por um “jogo duplo”, de prometer aos ricos proteger-lhes dos pobres, e de prometer aos pobres proteger-lhes dos ricos. Aos poucos, as cidades, que estavam morrendo pouco a pouco, vítimas da autoridade, foram cedendo ao Estado que também desenvolveu seu papel de conquistador, passando a estabelecer guerras contra outros Estados, com objetivo de expandir-se e conquistar novos territórios. O efeito do Estado foi desastroso sobre as cidades e regiões rurais. O papel do Estado nas áreas urbanas, no período dos séculos XVI e XVII foi

aniquilar a independência das cidades, roubar as *guildas*¹⁸ ricas dos comerciantes e dos artistas, centralizar nas suas mãos o comércio externo das sociedades e arruiná-lo, apoderar-se de toda a administração interna das *guildas* e submeter o comércio interior, assim como a fabricação de todas as coisas, até nos seus mínimos detalhes, a uma nuvem de funcionários, matando, por esta forma, a indústria e as artes; assenhorar-se das milícias locais e de toda a administração municipal; esmagar, por meio de impostos, os fracos em benefício dos fortes, e arruinar os países com guerras.¹⁹

Depois da Revolução Industrial, surgiu a chamada “questão social”, que obrigou os Estados a desenvolverem os planos assistenciais para minimizar os impactos do capital sobre o trabalho. Aos fins do século XIX, sur-

giu, como alternativa ao liberalismo, uma concepção de Estado mais interventor que, se por um lado buscava a criação de políticas de “bem-estar social”, por outro implementava métodos de contenção do avanço das iniciativas socialistas, já bastante fortes naquele momento.

O Estado possui hoje dois objetivos fundamentais: o primeiro deles, garantir as condições de produção e reprodução do capitalismo, e o segundo, assegurar sua legitimidade e controle. Por este motivo, o Estado hoje é um forte pilar de sustentação do capitalismo.

O Estado extrapola o âmbito político e funciona como agente econômico do capitalismo, atuando para evitar ou mesmo minimizar o papel de suas crises ou das quedas em suas taxas de lucro. Isso pode acontecer de várias maneiras: concedendo empréstimos a setores centrais da economia, incentivando o desenvolvimento de setores da economia, perdoando dívidas, reformulando o sistema de importação/exportação, subsidiando produtos, gerando receitas com a venda de produtos oriundos das empresas estatais etc. Os planos assistenciais também têm um papel relevante, pois aumentam o poder de consumo de setores da população, movimentando e aquecendo a economia capitalista. Também, o Estado cria leis que visam garantir a acumulação de longo prazo dos capitalistas e fazer com que a sede por lucro dos capitalistas não coloque em risco o próprio sistema.

Com o decorrer do processo histórico, notou-se que não há como um sistema se sustentar apenas baseado em repressão. O Estado, que assim se sustentou por uns tantos anos, aos poucos foi se modificando, visando garantir a legitimidade do capitalismo. Um Estado que defen-

desse claramente a posição dos capitalistas poderia acirrar a luta de classes e, portanto, nada melhor, do ponto de vista capitalista, do que lhe dar um aspecto de neutralidade, fazendo com que parecesse um organismo independente, ou mesmo autônomo, em relação à classe dominante ou ao próprio capitalismo. Sempre com o objetivo de esfriar a luta de classes, o Estado desenvolveu medidas em favor das classes exploradas, pois, com melhores condições de vida, a chance de radicalizações seriam menores. Por outro lado, movimentos de trabalhadores organizados foram capazes de impor ao Estado medidas que lhes traziam benefícios, mesmo que em detrimento dos capitalistas.

Assim como a democracia representativa, as medidas que melhoraram as condições dos trabalhadores funcionam, para o Estado, sempre como uma ferramenta ideológica de passar esta idéia de neutralidade, independência e autonomia. No entanto, devem servir de lição ao mostrar que como o Estado tem a obrigação de garantir esta legitimidade, muitas vezes há espaço para os trabalhadores organizados imporem medidas em seu favor, sendo necessário, portanto

[...] arrancar do governo e dos capitalistas todas as melhorias de ordem política e econômica que podem tornar menos difíceis para nós as condições da luta e aumentar o número daqueles que lutam conscientemente. É preciso, portanto, arrancá-las por meios que não impliquem o reconhecimento da ordem atual e que preparem o caminho ao futuro.²⁰

Apesar disso, deve-se ter em mente que o Estado, como forte pilar do capitalismo, busca sustentá-lo e se o capitalismo é um sistema de exploração e dominação, o Estado não poderia fazer outra coisa, senão sustentar a relação de classes que existe em seu seio. Desta forma, o Estado defende os capitalistas em detrimento do trabalhador, que só possuindo “como riqueza seus braços, nada tem a esperar do Estado; encontra nele apenas uma organização feita para impedir a qualquer preço sua emancipação”²¹.

Qualquer tentativa de mudança no sistema levada a cabo pelas classes exploradas é reprimida duramente pelo Estado. Quando a ideologia não funciona, vem a repressão e o controle. Como possui o monopólio do uso da violência na sociedade, sempre a coloca para fazer cumprir as leis, e como as leis foram feitas para que os privilégios da sociedade capitalista sejam mantidos, então a repressão e controle do Estado vêm sempre com a finalidade de sustentar a “ordem”, ou seja, de manter os privilégios do capitalismo e a classe dominante no domínio. Ao menor sinal das classes exploradas, que signifique uma ameaça, o Estado reprime brutalmente, sempre visando à continuidade do sistema, que possui a violência como um de seus pilares centrais.

Ao contrário do que acreditaram (e ainda acreditam) os socialistas autoritários, o Estado não é um organismo neutro, que pode funcionar a serviço dos capitalistas ou dos trabalhadores. Se os anarquistas tanto escreveram sobre o Estado é justamente porque a crítica ao capitalismo era consenso entre libertários e autoritários – a divergência era em torno do Estado. Os autori-

tários sustentavam a tomada do Estado e a ditadura do proletariado como uma fase intermediária – que se chamou falsamente socialismo –, entre capitalismo e comunismo. Este “socialismo” é uma forma de governo da maioria pela minoria, “tendo por efeito consolidar, direta e infalivelmente, os privilégios políticos e econômicos da minoria governante e a escravidão econômica e política das massas populares”²². Nós sustentamos que

[...] nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular [...] não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo.²³

A posição dos libertários, que reivindicamos hoje, é que para a construção do socialismo, o Estado deve ser destruído, juntamente com o capitalismo, por meio da revolução social. Isso, pois “quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em conseqüência, escravidão; um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada, é inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado”²⁴. O

Estado julga compreender as necessidades do povo melhor do que o próprio povo e sustenta uma forma hierárquica de gestão da sociedade, constituindo-se o meio pelo qual a classe nele presente exerce domínio sobre as outras, daqueles que não fazem parte do Estado. Qualquer Estado cria relação de dominação, exploração, violência, guerras, massacres e torturas, sob o pretexto de proteger o “cidadão”, assim como subjuga

as províncias e cidades que compõem o Estado que, como grupos naturais, deveriam gozar de plena e integral autonomia. [Estas,] serão, ao contrário, governadas e administradas não por si mesmas, como convém às cidades e às províncias associadas, mas por autoridade central e como populações conquistadas.²⁵

Assim como a concepção ditatorial de socialismo, a democracia representativa sustenta que há possibilidade de mudança por meio do Estado. Ao delegarmos nosso direito de fazer política²⁶ a uma classe de políticos que entra no Estado para nos representar, estamos concedendo um mandato sem qualquer controle a alguém que toma as decisões por nós: há uma divisão inevitável entre a classe que faz a política e as classes que a segue. Em um primeiro momento, já podemos afirmar que a democracia representativa aliena politicamente, visto que separa o povo daqueles que fazem a política no lugar do povo: vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores etc. Quanto mais os políticos se responsabilizam pela política, menos o povo faz política e mais fica alienado e longe das tomadas de decisão. Isso, obviamente,

condena o povo a uma posição de espectador e não de “senhor de si mesmo”, que é diretamente responsável pela solução de suas questões, sendo, portanto, “a emancipação do proletariado [...] impossível em qualquer Estado que seja, e que a primeira condição desta emancipação é a destruição de todo Estado”²⁷.

Os “políticos” representam a hierarquia e a separação entre dirigentes e dirigidos, dentro e fora de seus próprios partidos. Eleitos, os partidos políticos devem conseguir ter relevância numérica nas votações, e para tanto precisam eleger um número significativo de candidatos. Os políticos são então tratados como uma mercadoria a ser vendida no “mercado eleitoral”; para crescer, os partidos fazem qualquer coisa – desviam dinheiro, abandonam programas, fazem alianças com qualquer um etc. Os “políticos” não fazem política baseados nas vontades populares, mas tomam as decisões que favorecem o partido e seus próprios interesses, passando a gostar cada vez mais do poder. No fim das contas, os políticos e partidos querem conservar seus cargos e poderes, o que se torna um fim em si mesmo. A discussão das questões importantes da sociedade, que já é limitada – visto que o parlamento e o próprio Estado são pilares do capitalismo e, por isso, não permitem que suas raízes sejam modificadas – nem mesmo é tocada, nunca é prioridade, sendo a democracia representativa conservadora, limitando inclusive os pequenos progressos que podem ocorrer. Por este motivo, não devemos delegar a política a

 pessoas sem nenhuma convicção, que viram a casaca entre liberais e conservadores, que se

deixam influenciar por promessas, cargos, bajulações ou pânico –, este pequeno grupo de nulidades, que, dando ou recusando seus votos, decide todas as questões do país. São eles que fazem as leis ou as engavetam. São eles que sustentam ou derrubam os ministérios e que mudam a direção política.²⁸

Esta crítica do Estado não está ligada a uma ou outra forma de Estado, mas sim a todas as suas formas. Portanto, qualquer projeto de transformação social que aponte para a revolução social e o socialismo libertário deve ter como objetivo, o fim do capitalismo e também do Estado. Ainda que sustentemos que o Estado é um dos mais fortes pilares do capitalismo, não acreditamos que com o fim do capitalismo, necessariamente, o Estado deixaria de existir.

Hoje, sabemos que não devemos nos confundir nem com o contexto do século XIX, que apontava para uma divergência sobre a questão do Estado entre os socialistas – e por isso a grande ênfase nos escritos sobre o tema –, ou com o contexto da Europa daquela época. Sabemos que as condições do Brasil são específicas e, se podemos aplicar estas críticas ao Estado hoje, temos de saber que nossa realidade é particular e que os rumos da economia mundial tem tido profunda influência sobre a forma de Estado com a qual convivemos.

Enfim, uma coisa é certa: o capitalismo e o Estado são, ainda hoje, os fundamentos de nossa sociedade de dominação e exploração, constituindo “para todos os países do mundo civilizado, um único problema univer-

sal”²⁹. Portanto, ainda é nosso “ideal: a emancipação total e definitiva [...] da exploração econômica e do jugo do Estado”³⁰.

Notas:

¹ Os meios de produção constituem-se dos meios de trabalho e dos objetos de trabalho. Os meios de trabalho são os instrumentos de produção, como as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, a tecnologia; as instalações, como os edifícios, armazéns, escritórios; as fontes de energia utilizadas na produção, que podem ser elétricas, hidráulicas, nucleares, eólicas; e os meios de transporte. Os objetos de trabalho são os elementos sobre os quais ocorre o trabalho humano como as matérias-primas minerais, vegetais e animais, a terra, dentre outras.

² Proletário: aquele que nada possui exceto sua prole, ou seja, seus filhos.

³ Piotr Kropotkin. “As Nossas Riquezas”. In: *A Conquista do Pão*. Lisboa: Guimarães, 1975, p. 28.

⁴ Pierre-Joseph Proudhon. “2^{eme}. *Memoire sur la Propriété*”. In: *A Nova Sociedade*. Porto: Rés Editorial, s/d, p. 35.

⁵ *Idem*. *O que é a Propriedade?* São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 159.

⁶ Fabio López López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001, p. 83.

⁷ Mikhail Bakunin. *O Sistema Capitalista*. São Paulo: Faísca, 2007, p. 4.

⁸ *Ibidem.* p. 14.

⁹ Piotr Kropotkin. “A Expropriação”. In: *A Conquista do Pão*, p. 62.

¹⁰ Mikhail Bakunin. *O Sistema Capitalista*, pp. 6-7.

¹¹ *Idem.* *A Instrução Integral*. São Paulo: Imaginário, 2003, p. 69.

¹² Subcomandante Marcos. “Entrevista a Ignacio Ramonet”. In: *Marcos: la dignidad rebelde*. Chile: Aún Creemos en los Sueños SA, 2001, p. 26.

¹³ *Ibidem.* p. 27.

¹⁴ Noam Chomsky. *O Lucro ou as Pessoas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 136.

¹⁵ *Ibidem.* p. 36.

¹⁶ Murray Bookchin. “Um Manifesto Ecológico: o poder de destruir, o poder de criar”. In: *Letra Livre 31*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001, p. 8.

¹⁷ Errico Malatesta. *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 15.

¹⁸ Associações corporativas de artesãos, mercadores, artistas que existiam na Idade Média.

¹⁹ Piotr Kropotkin. *O Estado e seu Papel Histórico*. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 64.

²⁰ Errico Malatesta. “‘Idealismo’ e ‘Materialismo’”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 141. Livro em processo de reedição pela Editora Scherzo.

²¹ Piotr Kropotkin. “A Decomposição dos Estados”. In: *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Imaginário, 2005, p. 30.

²² Mikhail Bakunin. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003, p. 169.

²³ *Ibidem.* p. 47.

²⁴ *Ibidem.* p. 212.

²⁵ Pierre-Joseph Proudhon. “Crítica às Constituições”. In: *Proudhon*. São Paulo: Ática, 1986, p. 87.

²⁶ O termo “política” aqui utilizado, e que será utilizado muitas outras vezes ao longo do texto, é entendido como: “derivado do adjetivo originado de pólis (politikós) que significa tudo o que se refere a cidade, e conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social”. Norberto Bobbio *et alli*. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1993, p. 954. Portanto, não entendemos política como aquela realizada por meio da democracia representativa. “Fazer política”, neste caso, significa participar e decidir efetivamente sobre as questões da sociedade e, especialmente, naquilo que nos afeta. Trabalhamos com a idéia que há política fora da esfera eleitoral.

²⁷ Mikhail Bakunin. *Estatismo e Anarquia*, p. 74.

²⁸ Piotr Kropotkin. “O Governo Representativo”. In: *Palavras de um Revoltado*, p. 154.

²⁹ Mikhail Bakunin. *Estatismo e Anarquia*, p. 73.

³⁰ *Ibidem.*

**OBJETIVOS FINALISTAS:
REVOLUÇÃO SOCIAL E SOCIALISMO
LIBERTÁRIO**

Nós trazemos um mundo novo em nossos corações.

Buenaventura Durruti

O projeto político e social do anarquismo é uma sociedade livre e antiautoritária, que conserve a liberdade, a igualdade e a solidariedade entre todos os seus membros.

Nestor Makhno

Mas a revolução universal é a revolução social, é a revolução simultânea do povo dos campos e das cidades.

É isso que é preciso organizar, – porque sem uma organização preparatória, os elementos mais fortes são impotentes e nulos.

Mikhail Bakunin

Tendo traçado um breve diagnóstico da atual sociedade de dominação e exploração, afirmamos dois objetivos que entendemos por finalistas: a revolução social¹ e o socialismo libertário. A revolução social tem por objetivo destruir a sociedade de exploração e dominação. O socialismo libertário é o que dá o sentido construtivo à revolução social. Juntos, a destruição –

como conceito de negação – e a construção – como conceito de proposição – constituem a transformação social, possível e efetiva, proposta por nós. “Não há revolução sem destruição profunda e apaixonada, destruição salvadora e fecunda, justo porque dela e, só por ela, criam-se e nascem os novos mundos.”² No entanto, só a destruição não é suficiente, já que “ninguém pode querer destruir sem ter pelo menos uma remota imaginação, real ou falsa, da ordem de coisas que deveria, em sua opinião, substituir ao que existe atualmente”³.

A revolução social é um dos resultados possíveis da luta de classes e consiste na alteração violenta da ordem social estabelecida, sendo considerada por nós o único meio de se pôr fim à dominação e à exploração. Ela difere das revoluções políticas dos jacobinos e leninistas por sustentar a alteração da “ordem”, não somente como uma mudança política, por meio do Estado, trocando uma minoria dirigente por outra. Como enfatizamos anteriormente, para nós, o Estado não é um meio de emancipação das classes exploradas, nem que ele seja retirado das mãos dos capitalistas, de maneira revolucionária, por uma suposta vanguarda que diz atuar em nome do proletariado. Uma revolução política como a Revolução Francesa ou a Revolução Russa, que não acaba com o Estado para produzir a igualdade em seu seio, torna-se uma revolução burguesa e termina “infalivelmente, numa nova exploração, mais hipócrita e mais sábia, talvez, mas que não diminuirá a opressão do proletariado pela burguesia”⁴.

Diferentemente da revolução política, a revolução social é realizada pelo povo das cidades e do campo que levam a luta de classes e sua correlação de forças com o

capitalismo e o Estado ao limite, por meio da organização popular. A revolução social acontece quando a força social desenvolvida no seio da organização popular é maior do que a do capitalismo e do Estado e, colocada em prática, implanta estruturas que sustentam a autogestão e o federalismo, extinguindo a propriedade privada e o Estado, trazendo à tona uma sociedade de igualdade e liberdade plenas. É a revolução social que trará a emancipação popular, conforme diversas vezes afirmado por Bakunin:

É precisamente com este sistema antigo de organização pela força que a revolução social deve acabar, devolvendo a plena liberdade às massas, aos grupos, às comunas, às associações, aos próprios indivíduos, e destruindo, de uma vez por todas, a causa histórica de todas as violências, o poderio e a própria existência do Estado [...]. [A revolução social é a] abolição de toda exploração e de toda opressão política, jurídica ou administrativa e governamental, até a abolição de todas as classes por meio do nivelamento econômico de todas as riquezas [...].⁵

A revolução social não é uma “grande noite”, em que, espontaneamente, o povo se insurge e produz uma nova sociedade. É inegável que a luta de classes produz uma série de levantes ou até insurreições, acontecimentos espontâneos de muita relevância. No entanto, se não houver um intenso e duro trabalho prévio organizativo, estes episódios passarão, algumas vezes até com ganhos para as classes exploradas, mas não conseguirão der-

rubar o capitalismo e o Estado, nem dar corpo à nova sociedade. A construção da organização popular desenvolverá o espírito de luta e organização nas classes exploradas, buscando o acúmulo de força social e incorporando em seu seio os meios de luta em acordo com a sociedade que desejamos construir. Desta maneira, não entendemos a revolução social como simples evolução e nem como consequência obrigatória das contradições do capitalismo, mas um episódio que marca a ruptura e é determinado pela vontade das classes exploradas organizadas.

Enfatizamos que neste processo revolucionário há necessidade do uso da violência, pois não acreditamos que a expropriação dos capitalistas ou mesmo a destruição do Estado possa ser feita sem que a classe dominante promova a violência. Inclusive, o sistema em que vivemos já é um sistema baseado na violência para sua manutenção, e sua exacerbação nos momentos revolucionários só justifica a utilização da violência por parte dos revolucionários, fundamentalmente como resposta à violência sofrida no passado e no presente. “A violência só é justificável quando é necessária para defender a si mesmo ou defender os outros contra a violência.”⁶ A classe dominante não aceitará as mudanças impostas a ela no momento concretização da revolução social. Por isso é necessário saber que, apesar de não sermos incentivadores e nem amantes da violência, ela será necessária para o golpe que pretendemos desferir contra todo este sistema de dominação e exploração.

Sendo a revolução, pela força das coisas, um ato violento, tende a desenvolver o espírito de

violência ao invés de destruí-lo. Mas a revolução, conduzida como a concebem os anarquistas, é a menos violenta possível; ela procura interromper toda violência tão logo cesse a necessidade de opor a força material à força material do governo e da burguesia. [...] O ideal dos anarquistas é uma sociedade na qual o fator violência terá desaparecido completamente e este ideal serve para frear, corrigir e destruir este espírito de violência que a revolução, como ato material, teria a tendência a desenvolver.⁷

A ação violenta da revolução social, no mesmo momento da expropriação dos capitalistas, deve destruir imediatamente o Estado, dando lugar às estruturas autogeridas e federadas, experimentadas e vigentes dentro da organização popular. Portanto, a concepção autoritária de “socialismo” como período intermediário, em que se estabelece uma ditadura dentro do Estado, não é, para nós, senão outro meio de continuar a exploração do povo e deve ser rechaçada absolutamente, sob qualquer circunstância.

Como a revolução social não deverá ser feita somente pelos anarquistas, é importante que estejamos completamente inseridos nos processos de luta de classes, para poder dar à revolução o rumo do socialismo libertário. Isto porque as experiências das revoluções do século XX nos mostram que, caso isso não ocorra, os autoritários dizimarão as experiências emancipadoras, para ocuparem o Estado, acabando com a possibilidade de autogestão e federalismo, constituindo regimes mais tirânicos do que os anteriores. Por este motivo, a revolu-

ção é um risco, pois, se os anarquistas não estiverem suficientemente inseridos para poder dar-lhe o rumo desejado, trabalharão para que outro regime de dominação e exploração seja implantado. Uma cultura autogestivária e federalista já deve estar bem desenvolvida nas lutas de classe para que o povo, no momento revolucionário, não se deixe oprimir por oportunistas autoritários e isso se dará por meio de práticas classistas de autonomia, combatividade, ação direta e democracia direta. Quanto mais estes valores estiverem na organização popular, menor será a possibilidade de se constituírem novas tiranias.

Por mais que rechacemos complementemente a concepção de “socialismo” marxista, de ditadura no Estado, é inegável que haja um momento pós-revolucionário de adaptação, rumo ao socialismo libertário. Este momento pode ser ainda de muitos conflitos, e por isso deverá contar com as organizações específicas anarquistas que só se fundirão às organizações sociais em um período posterior, de desenvolvimento pleno do socialismo libertário, quando a ameaça de contra-revolução tiver passado e o socialismo libertário estiver em funcionamento pleno.

Quando tratamos da nossa concepção de revolução social ou mesmo quando pensamos em uma possível sociedade futura, queremos deixar claro que não estamos buscando determinar de antemão, de maneira absoluta, como se dará o processo revolucionário ou mesmo o socialismo libertário. Sabemos que não há condições de se prever quando esta transformação acontecerá, e por isso, quaisquer reflexões devem considerar este caráter

estratégico de projeção das possibilidades futuras, sempre a partir de possibilidades, de referências, e não de certezas absolutas. As características do processo revolucionário dependerão de onde e quando ele se der.

Portanto, as reflexões aqui explicitadas sobre a revolução social, e principalmente sobre o socialismo libertário não devem ser entendidas como fórmulas ou previsões do que necessariamente ocorrerá. Trabalhamos com possibilidades que contemplam nossas expectativas teóricas. No entanto, se não queremos ser muito afirmativos por um lado, por outro pensamos ser importante as discussões sobre a sociedade futura e o possível funcionamento do socialismo libertário. Neste ponto, acreditamos que as experiências revolucionárias práticas possuem muito a nos ensinar.

Defender o socialismo libertário como proposta de sociedade futura implica, para nós, em relacionar dois conceitos indissociáveis quando se trata de um projeto político. De um lado o socialismo, sistema baseado na igualdade econômica, política e social, e de outro a liberdade. Para nós, “o socialismo sem liberdade é a escravidão e a brutalidade”⁸, um sistema que se degenera em regimes autoritários, que bem conhecemos ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, “a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça”⁹, uma forma de continuar a dominação e a exploração em uma sociedade de classes e de hierarquias autoritárias. Portanto, um projeto de sociedade futura que privilegie a igualdade e a liberdade só pode ser, para nós, o socialismo libertário, que toma forma nas práticas de autogestão e federalismo.

Apesar de serem termos surgidos em épocas diferentes¹⁰, autogestão e federalismo hoje estão necessariamente ligados e devem ser entendidos como conceitos complementares. A autogestão é uma forma de gestão, um modelo de organização, em que as decisões são tomadas pelos próprios trabalhadores, na medida em que são afetados por elas, seja a partir de seus locais de trabalho ou das comunidades onde vivem. O federalismo é um método de articular estruturas autogestionárias, possibilitando as tomadas de decisão em larga escala. Interpretações contemporâneas da autogestão e do federalismo separam a primeira como sistema econômico e o segundo como sistema político do socialismo libertário. Nós não entendemos desta maneira a separação entre o econômico e o político, quando se trata de autogestão e federalismo.

A sociedade autogestionária e federalista do socialismo libertário tem como um de seus objetivos a desalienação e o fim das relações de dominação e exploração do trabalho. A crítica realizada hoje ao trabalho, inclusive por libertários, é para nós uma crítica ao trabalho dentro do capitalismo e não uma crítica ao trabalho enquanto tal. No socialismo libertário, o trabalho livre deve ser um dos meios da libertação dos trabalhadores que, com a autogestão, trarão de volta a si mesmos a riqueza que lhes é usurpada pela propriedade privada capitalista. Desta forma, a socialização do trabalho, dos produtos do trabalho, dos meios de produção, das formas, ritmos e tempos de trabalho, contribuirão para a criação de um modelo de trabalho como “ação inteligente dos homens em sociedade com o fim preconcebido de satis-

fação pessoal”¹¹. Na nova sociedade todos que possuem condições deverão trabalhar, não havendo mais desemprego, e o trabalho poderá ser executado de acordo com a habilidade e a disposição pessoal. As pessoas não serão mais obrigadas a aceitar qualquer coisa pela ameaça de passar necessidades e não terem as mínimas condições de vida. Às crianças, aos velhos e àqueles impossibilitados de trabalhar estará assegurada uma vida digna, sem privações com todas suas necessidades supridas. Para as tarefas mais enfadonhas ou entendidas como desagradáveis, em alguns casos, se poderá realizar rodízios ou alternâncias. Mesmo no caso da realização da produção, onde for preciso alguma coordenação de especialistas, será necessário também o rodízio na função e o empenho na formação de outros trabalhadores com idêntica capacitação para as tarefas mais complexas.

No socialismo libertário, não será mais possível ter poder ou maior remuneração por motivo de ser proprietário de um ou mais meios de produção. Isto porque a propriedade privada deverá ter sido abolida, dando lugar à propriedade coletiva dos meios de produção, que pode ser pensada de duas maneiras: 1.) ninguém efetivamente será proprietário e os meios de produção pertencerão à coletividade como um todo, ou 2.) todos os membros da coletividade serão donos de uma porção dos meios de produção, exatamente nas mesmas proporções que os outros. “Sendo os meios de produção obra coletiva da humanidade, têm que voltar à coletividade humana de onde saíram.”¹² Em um sistema de propriedade coletiva, os direitos, as responsabilidades, os salários e a riqueza não têm mais relação com a propriedade privada, e a

antiga relação de classes, baseada na propriedade privada também deve desaparecer. O socialismo libertário é, portanto, uma sociedade sem classes. A classe dominante não existirá mais e todo o sistema de desigualdade, dominação e exploração terá desaparecido.

Nas cidades, há diferentes tipos de trabalhadores. Primeiramente, há aqueles que desenvolvem atividades com ferramentas simples, com quase sem nenhuma divisão do trabalho, em que a produção pode ser realizada, muitas vezes, por um trabalhador somente. Para este tipo de trabalhador, o trabalho coletivo não é uma necessidade, mas é desejável, visto que poupa tempo e força de trabalho, além de fazer com que um trabalhador se aprimore com as habilidades dos outros. Depois, há outros trabalhadores, que realizam suas atividades coletivamente com máquinas e ferramentas relativamente simples, em pequenas empresas ou fábricas. Finalmente, uma terceira categoria de trabalhadores de grandes empresas e indústrias, em que a divisão do trabalho é enorme, estruturas em que se produz em larga escala, com tecnologia de ponta e grandes investimentos materiais. Para estas últimas duas categorias, o trabalho coletivo é absolutamente necessário pela própria natureza do trabalho, já que toda a tecnologia, maquinário e ferramenta devem ser coletivos. Desta forma,

toda oficina, toda fábrica, irá, conseqüentemente, organizar-se em uma associação de trabalhadores, que será livre para organizar-se da forma que achar melhor, contanto que os direitos individuais estejam garantidos e os princípios da

igualdade e da justiça sejam colocados em prática. [...] Em qualquer lugar que uma indústria precise de equipamento complexo e trabalho coletivo, a propriedade coletiva também deve ser coletiva.¹³

Nos campos, pode haver duas situações: a dos camponeses que trabalhavam em grandes propriedades, que deverão ser coletivizadas, da mesma forma que nas grandes empresas e indústrias; e os camponeses que preferirão ter seu próprio pedaço de terra e cultivá-la eles mesmos. Nesta economia mista,

[...] o principal propósito da revolução foi atingido: a terra tornou-se propriedade daqueles que nela trabalham e os camponeses não trabalham mais para o lucro de um explorador que vive de seu sofrimento. Com esta grande vitória obtida, o resto é de importância secundária. Os camponeses podem, se desejarem, dividir a terra em parcelas individuais e dar uma porção para cada família. Ou ainda, eles podem, ao invés disso, instituir a propriedade comum e o cultivo cooperativo da terra.¹⁴

É importante mencionar que não consideramos a propriedade estatal como coletiva. Para nós, a propriedade coletiva é autogerida pelo povo, e não gerida pelo Estado, que quando centraliza a propriedade – no caso da URSS, por exemplo – não faz mais do que se tornar um Estado-patrão, que continua a explorar os trabalhadores. Mas no caso da permanência da propriedade indi-

vidual do camponês, portanto aquele que trabalha a própria terra, seria mais adequado entender essa situação não como propriedade, mas como posse. Assim, a propriedade seria sempre coletiva e a posse individual. Posse, pois o valor da terra seria de uso e não de troca. E a relação com a mesma se daria na medida da necessidade do produtor e não mais do mercado. Tal situação altera tudo, sendo necessário assim elaborar uma nova categoria.

Ainda há uma questão fundamental que deve complementar o fim da propriedade privada rumo à igualdade que é o fim da herança, com o objetivo de impedir qualquer tipo de acumulação que tenha conseqüências sobre o ponto de partida no início da vida. Assim, a verdadeira igualdade será um objetivo, já que

enquanto a herança existir, haverá desigualdade econômica hereditária, não a desigualdade natural dos indivíduos, mas a artificial das classes, e que esta se traduzirá necessariamente sempre pela desigualdade hereditária do desenvolvimento e da cultura das inteligências e continuará a ser a fonte da consagração de todas as desigualdades políticas e sociais.¹⁵

A economia do socialismo libertário é conduzida por trabalhadores e consumidores. Os trabalhadores criam o produto social e os consumidores aproveitam-no. Nestas duas funções, mediadas pela distribuição, o povo é responsável pela vida econômica e política, devendo decidir o que produzir, e os consumidores o que consumir. As estruturas locais do socialismo libertário em que

trabalhadores e consumidores se organizam são os conselhos de trabalhadores e os conselhos de consumidores.

Conselhos são corpos sociais, veículos por meio dos quais o povo manifesta suas preferências econômicas e políticas e exerce a autogestão e o federalismo. Neles são determinadas e executadas as atividades econômicas e políticas cotidianas.

Cada local de trabalho poderá ser gerido por um conselho de trabalhadores, em que todos os trabalhadores têm os mesmos direitos, as mesmas responsabilidades e decidem sua gestão em igualdade, já que não há hierarquia. Em caso de necessidade, podem ser formados conselhos menores, por equipes, unidades, pequenas divisões ou mesmo conselhos maiores para grandes divisões, locais de trabalho ou indústrias. Nestes conselhos, os trabalhadores e demais envolvidos no processo de produção tomam todas as decisões.

Os consumidores podem se organizar nos conselhos de consumidores, que se dão dentro das comunidades. Assim, os indivíduos estão organizados nas famílias, estas no grupo de vizinhos, estes nos quarteirões, bairros, e assim por diante. Estes conselhos seriam responsáveis por apontar para os produtores, o que gostariam de consumir, já que entendemos que é a demanda que deve nortear a produção, e não o contrário.

O conselho de trabalhadores organiza a produção e o conselho de conselho de consumidores organiza o consumo. Obviamente, esta exposição pretende didatizar a realidade e os problemas que possivelmente irão mobilizar a futura sociedade autogestionária, mas, uma vez que, nesse novo contexto, os consumidores serão tam-

bém os próprios trabalhadores, a tarefa dos conselhos se dará com maior facilidade, visto que o lucro não será mais o imperativo nas relações de produção.

No socialismo libertário, os conselhos de trabalhadores podem ainda não ter extinguido a separação entre o trabalho manual e intelectual, e isso deverá ser feito o quanto antes. O argumento que defende que tanto o trabalho manual como o intelectual são importantes, e que, por isso, deveriam ser igualmente reconhecidos e remunerados, não é verdadeiro. Muitas tarefas, fundamentalmente as que envolvem trabalho manual, são completamente desagradáveis, duras e alienantes, e não é justo que trabalhadores estejam inteiramente envolvidos com elas, enquanto outros se dedicam a desenvolver tarefas agradáveis, prazerosas, estimulantes e intelectuais. Se isso acontecer, certamente o sistema de classes estará recriado, não mais baseado na propriedade privada, mas em uma classe de intelectuais que comandarão, e uma outra de trabalhadores manuais que executarão os comandos.

Buscando acabar com esta separação, os conselhos de trabalhadores poderão ter um conjunto balanceado de tarefas para cada trabalhador, que seria equivalente para todos. Assim, cada trabalhador seria responsável por algumas tarefas agradáveis e estimulantes, que envolvem trabalho intelectual, e outras mais duras e alienantes, que envolvem trabalho manual. Não se trata de todos fazerem tudo ao mesmo tempo, mas sim de todos desenvolverem um conjunto de tarefas que, se comparados, tenham o mesmo nível de trabalho intelectual e manual. Na prática, este processo funcionaria, por exem-

plo, com um trabalhador que desenvolve em uma escola a tarefa de professor por algum tempo e também a de faxineiro. Ou alguém que trabalha em pesquisa na indústria, parte do tempo, e outra parte, auxiliando em um trabalho manual da produção. Uma outra pessoa poderia trabalhar todo o tempo em um trabalho que envolve algumas atividades manuais e outras intelectuais.

Obviamente que o esquema está simplificado, mas a idéia é que todos os trabalhadores de cada conselho tenham o mesmo nível de trabalho manual e intelectual, a partir de uma relação do tempo que dedicam à execução das tarefas e do nível destas tarefas (de trabalho manual e intelectual). É importante que os conselhos também tenham, entre eles, níveis equivalentes de trabalho manual e intelectual, de maneira que um trabalhador de um conselho tenha um conjunto balanceado de tarefas semelhante ao de um outro. Se eventualmente, em um determinado conselho, só existem tarefas manuais, então o trabalhador deve trabalhar em mais de um conselho.

Ou seja, tanto internamente nos conselhos como entre os conselhos, deve-se buscar um nível equivalente de trabalho manual e intelectual, no conjunto realizado por cada trabalhador, que podem ter uma, duas ou muitas outras tarefas. Isso obviamente significaria uma queda na produtividade, mas veremos adiante que outros elementos da sociedade futura proporcionarão condições para isso.

O objetivo não é eliminar a divisão do trabalho, mas assegurar que as pessoas devem ter responsabilidade por uma sensata seqüência de

tarefas, na maioria do tempo, para a qual tenham sido treinadas adequadamente e que ninguém desfrute de vantagens constantes, em termos de efeitos de capacitação de seu trabalho. [...] Todos possuem um conjunto de tarefas que, juntas, compõem seu emprego, de forma que todas as implicações de todo o conjunto de tarefas estejam na média, como todas as implicações para a capacitação de todos os outros trabalhos. [...] Todo trabalhador tem um emprego. Todo emprego tem muitas tarefas. As tarefas são ajustadas aos trabalhadores e vice-versa.¹⁶

O objetivo na remuneração do socialismo libertário é que ela se guie pelo princípio comunista “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”. No entanto, entendemos que para a concretização deste princípio, o socialismo libertário já deve estar em pleno funcionamento, com uma produção em abundância. Até que isso seja possível, a remuneração pode ser feita sobre o trabalho, ou o esforço – sendo este entendido como sacrifício pessoal para o benefício coletivo. A remuneração pelo trabalho ou pelo esforço significaria que todos que possuem um conjunto balanceado de tarefas receberiam a mesma coisa e poderiam escolher como gastar. Uns prefeririam adquirir uma coisa ou outra, outros prefeririam investir em lazer, tempo livre, trabalho menos estressante etc. Um modelo que se aproximaria mais do clássico coletivismo, defendido pelos federalistas que atuavam na AIT do século XIX.

Para nós, portanto, seria o caso de funcionar o cole-

tivismo, valendo a máxima “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo seu trabalho”, e, no momento em que fosse possível, aplicar o princípio comunista dando “a cada um segundo suas necessidades”. Na realidade isso “se torna uma questão secundária, uma vez que o problema da propriedade foi resolvido e que não há mais capitalistas que se apropriam do trabalho das massas”¹⁷.

O mercado estaria suprimido e em seu lugar se colocaria o sistema de planificação autogestionária, com a definição de preços sendo feita entre os conselhos de trabalhadores e consumidores, juntamente com suas federações e instâncias que facilitariam esta interação. Este modelo de planificação diverge da forma autoritária que os Estados planejaram a economia nos países “socialistas”. Ele possibilitaria aos próprios trabalhadores e consumidores decidirem completamente sobre a distribuição, acabando com o problema da concorrência.

Para que tudo isso funcione, acreditamos ser fundamental o papel desempenhado pela tecnologia. Diferente de algumas tendências libertárias que acreditam que tecnologia tem, em si, o germe da dominação, nós pensamos que sem ela não há possibilidade de o socialismo libertário se desenvolver. Com o advento da tecnologia e sendo ela empregada em favor do trabalho, e não do capital, certamente haverá um ganho de produtividade e conseqüentemente uma redução significativa de tempo de trabalho das pessoas, que poderão utilizar este tempo para outras atividades. Estas tecnologias podem, também, ser consideradas como “as aplicações maravilhosas da ciência na produção, [...] que

têm por missão emancipar o trabalhador, aliviando o trabalho humano [e constituindo] um progresso do qual se orgulha com justa razão o homem civilizado”¹⁸. Obviamente, entendemos que há boas e más tecnologias, e que, por isso, a sociedade necessita

não rejeitar em grande escala as tecnologias avançadas, mas sim peneirá-las, necessita realmente de um maior desenvolvimento da tecnologia [em acordo] com os princípios ecológicos, o que contribuirá para uma nova harmonização da sociedade e do mundo natural.¹⁹

Esta preocupação em utilizar uma tecnologia que esteja em acordo com o meio ambiente deve ser considerada em todas as esferas da sociedade futura, atendendo as exigências de uma ecologia social.

Defender esta consciência ecológica não significa que os seres humanos estarão coagidos por um sistema de leis naturais, pois o homem é parte da natureza e, como tal, não deve estar submetido a ela. Obviamente que também não sustentamos que a relação de dominação entre seres humanos e natureza deva continuar. Ao contrário, ela deve cessar o quanto antes e dar lugar a uma relação igualitária entre seres humanos e natureza.

A consciência ecológica deve ser desenvolvida desde o momento das lutas que precedem a ruptura revolucionária, e na própria sociedade futura, tendo como fundamento as relações de apoio mútuo teorizadas por Kropotkin. Este desenvolvimento pode ter como princi-

pal referência a premissa de que nós, seres humanos, somos parte integrante da natureza, “que toma consciência sobre si própria”, tal como colocou Reclus.

Os seres humanos se diferem dos demais elementos naturais, e das demais espécies, por estabelecerem relações sociais com tudo aquilo que os rodeia, por possuírem uma capacidade de pensar sobre si mesmos, de fazer teorias sobre a realidade, e com estas aptidões, conseguirem modificar drasticamente o cenário ambiental que se encontra ao seu entorno. Desta forma, o sistema capitalista, pela própria razão de seu funcionamento, faz com que os capitalistas explorem recursos naturais de forma que estes não consigam se regenerar em seu ritmo natural. Na sociedade futura, isso não poderá mais acontecer. O desenvolvimento dos seres humanos levado a cabo pelo socialismo libertário deve dar muita importância às relações de apoio mútuo entre as espécies e a natureza.

É relevante ressaltarmos que nossas propostas ecológicas discordam radicalmente do “conservacionismo” e do “primitivismo”. Do primeiro, pois este significa a manutenção da sociedade de classes e a completa mercantilização da natureza. Do segundo, por considerarmos a proposta “anticivilização” um completo absurdo, buscando um retorno romântico a um passado remoto ou, pior ainda, um tipo de suicídio de toda humanidade e a negação de todas as nossas contribuições para a manutenção e o bem-estar da natureza.

Acreditamos que uma sociedade que respeite completamente os princípios da ecologia social só será possível no momento em que o capitalismo e o Estado dêem lugar ao socialismo libertário. Portanto, com o socialismo

libertário, esperamos harmonizar novamente sociedade e meio ambiente, considerando que “se não formos capazes de fundamentar uma sociedade ecológica é, além das desastrosas conseqüências que daí resultarão, a nossa legitimidade moral que ficará em jogo”²⁰.

Com o emprego da tecnologia em favor dos trabalhadores e seu advento; com o fim da exploração capitalista e os frutos do trabalho vindo completamente para os trabalhadores; com o emprego pleno em funcionamento; os trabalhadores terão mais tempo que poderá ser gasto de três maneiras. Primeiro, com a perda natural de produtividade que o conjunto balanceado de tarefas oferecerá, visto que “desespecializará” um pouco o trabalho. Segundo, com as decisões políticas, que exigirão tempo para as discussões e deliberações que deverão ser feitas no trabalho e na comunidade sob autogestão. Finalmente, cada um poderá utilizar o tempo restante – e pensamos que com estas mudanças o tempo de descanso será muito maior do que o de hoje – cada um poderá escolher o que fazer: descanso, lazer, educação, cultura etc.

As decisões na autogestão não devem obedecer a um modelo específico. Os conselhos de trabalhadores e de consumidores podem escolher a melhor forma de aplicação da democracia direta, sendo fundamental as discussões e deliberações horizontais, a clara exposição de idéias e as discussões das questões apresentadas. Claramente, o consenso não deverá ser utilizado na maioria das decisões, visto que é muito pouco eficiente – principalmente se pensarmos as decisões em larga escala –, além de darem grande poder a agentes isolados que po-

dem barrar o consenso ou ter muito impacto sobre uma decisão em que são minoria. As questões podem ser decididas por voto, após o devido debate, podendo variar se quem vence é quem possui 50% + 1 dos votos, ou se quem vence é quem possui 2/3 dos votos, e assim por diante. Devemos ter em mente que o processo de tomada de decisão é um meio e não um fim em si mesmo e, portanto, temos também de nos preocupar com a agilidade neste processo.

No sistema de decisões, a autogestão e o federalismo implicam a democracia direta com participação de todos, as decisões coletivas, a delegação com mandato imperativo, a rotatividade e a revogabilidade de funções, o acesso às informações e o poder de decisão igualitários. Tanto conselhos de trabalhadores quanto de consumidores teriam a autogestão como forma de gestão e tomada de decisões, tanto nos ambientes de trabalho como nas comunidades. O federalismo articularia tanto o trabalho quanto as comunidades, permitindo que as decisões fossem tomadas em larga escala. “Federação, do latim *foedus*, genitivo *foederis*, quer dizer pacto, contrato, tratado, convenção, aliança”²¹, em que aqueles que estão organizados “obrigam-se recíproca e igualmente uns em relação aos outros para um ou mais objetos particulares, cuja carga incumbe especial e exclusivamente aos delegados da federação”²².

A articulação no federalismo permitiria a tomada de decisões em larga escala, das menores instâncias autogeridas, até as mais amplas. No ambiente de trabalho, o federalismo articularia unidades, pequenas divisões, grandes divisões, locais de trabalho ou mesmo in-

dústrias inteiras. Nas comunidades, o federalismo articularia famílias, vizinhos, quarteirões, bairros, cidades, regiões ou mesmo países. Esta articulação seria feita pelos delegados que se articulariam e discutiriam as posições deliberadas nos conselhos, delegados estes que possuiriam mandatos imperativos, ou seja, representariam as posições coletivas dos conselhos e não as suas próprias, como ocorre na democracia representativa. Além disso, os mandatos dos delegados não seriam fixos e seriam revogáveis a qualquer momento. Já que “o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa e governamental”²³, entendemos que ele seria responsável pela estrutura que substituiria o Estado e por meio da qual, junto com os conselhos autogeridos, se realizaria a política no socialismo libertário. Os conselhos, como associações voluntárias,

tomariam uma extensão ainda maior, com o objetivo de substituir o Estado e todas as suas funções. El[e]s representariam uma rede entrelaçada, composta de uma variedade infinita de grupos e federações de todos os tamanhos e níveis, locais, regionais, nacionais e internacionais, temporá-ri[o]s, ou mais ou menos permanentes – para todos os possíveis propósitos: produção, consumo e troca, comunicações, sistemas sanitários, educação, proteção mútua, defesa da região, e assim por diante; e, de outro lado, para a satisfação de um número de necessidades, cada vez mais crescentes, científicas, artísticas, literárias e sociais.²⁴

Desta maneira, sairiam o Estado e a democracia representativa e tomariam seu lugar a autogestão e o federalismo; e a política tomaria seu correto lugar, que é no seio do povo, não havendo mais a separação entre aqueles que fazem a política e aqueles que não fazem, visto que no socialismo libertário seriam os próprios membros da sociedade que realizariam cotidianamente a política.

A consciência deve acompanhar o ritmo de crescimento das lutas e ser estimulada por processos pedagógicos sempre que possível. Apesar de não acreditarmos que para se fazer a revolução social todo o povo deverá estar educado, reconhecemos que no momento da revolução social, quanto maior o grau de consciência do povo, melhor. Progressivamente, a sociedade deve desenvolver sua cultura no sentido libertário e isso não deve acontecer somente no momento da revolução social e após ela; mas já no momento da luta, da construção e do desenvolvimento da organização popular. É inegável que a ideologia, já transformada em cultura, que o capitalismo introduziu no imaginário popular, terá de ir se desfazendo aos poucos e isso se dará por um longo processo de educação popular. Posições como preconceitos de gênero, de raça, o patriarcado, o individualismo etc. deverão ser combatidas o máximo possível, tanto nos processos de luta, quando no momento da revolução social ou mesmo depois. No socialismo libertário entendemos que a autogestão e o federalismo, na prática, deverão contribuir com este processo. Além disso, deve-se investir muito em atividades de educação e cultura para toda a sociedade, estimulando “a instrução [que]

deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte deve ser integral”²⁵, proporcionando conhecimento teórico e prático, para crianças e adultos de ambos os sexos.

Desta forma, entendemos que o sistema de dominação e exploração do capitalismo e do Estado terá acabado – ninguém mais acumulará poder graças à força social obtida pela alienação de outras pessoas – e o novo sistema se sustentará sobre os pilares da igualdade econômica, política e social e da liberdade. Uma igualdade que se dará com o estabelecimento da propriedade coletiva, dos conselhos autogeridos, dos conjuntos balanceados de tarefas, das remunerações igualitárias, das planificações autogestionárias, das decisões coletivas, e da luta constante contra os preconceitos e discriminações. Uma liberdade tanto em relação ao sistema de dominação e exploração, quanto em relação ao que se pretende atingir. Uma liberdade que seja coletiva, considerando cada um livre, na medida em que todos os outros forem livres, “a liberdade que consiste no pleno desenvolvimento de todas as potências materiais, intelectuais e morais que se encontram em estado de faculdades latentes em cada um”²⁶. O socialismo libertário trará um luxo ignorado por todos: “o luxo da humanidade, a felicidade do pleno desenvolvimento e liberdade de cada um na igualdade de todos”²⁷.

Notas:

¹ Estamos trabalhando com o conceito clássico de revolução social, desenvolvido por Bakunin, que a considera uma transformação dos aspectos econômicos, políticos e sociais da sociedade. Quando a distinguimos da revolução política, buscamos, da mesma maneira, uma diferenciação clássica, que trata a revolução política como uma transformação que se dá somente em nível “político”, por meio do Estado.

² Mikhail Bakunin. *Estatismo e Anarquia*, p. 52.

³ *Idem*. “Protesta de la Alianza”. In: Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*. Buenos Aires: Anarres, 2006, p. 33.

⁴ *Idem*. “Cartas a un francés”. In: Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*, p. 22.

⁵ *Idem*. “La Comuna de Paris y la Noción del Estado” e “Estatismo e Anarquía”. In: Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*, pp. 22-23. Há tradução dos dois textos ao português, feitas por Plínio A. Coêlho. A de *Estatismo e Anarquia*, na publicação já citada, e a de “A Comuna de Paris e a Noção de Estado”, no recém-publicado: Mikhail Bakunin. *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008.

⁶ Errico Malatesta. “A Violência e a Revolução”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, p. 40.

⁷ *Idem*. “Uma Vez Mais Sobre Anarquismo e Comunismo”. In: *Anarquistas Socialistas e Comunistas*, p. 70.

⁸ Mikhail Bakunin. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 38.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ O termo “federalismo” é usado pelos anarquistas desde Proudhon, que formalizou suas teorias acerca do assunto em *Do Princípio Federativo* de 1863, e outros livros. O federalismo

marcou os socialistas libertários do século XIX, principalmente aqueles que atuaram na AIT. Não confundir este federalismo libertário com o federalismo estatista. O termo “autogestão” surgiu somente um século depois, na década de 1960, para substituir outros como autogoverno, auto-administração, autonomia etc. Hoje, os dois têm significados diferentes, possuindo um sentido complementar em economia e política.

¹¹ Pierre-Joseph Proudhon. *De la création de l'ordre dans l'humanité*. In: *A Nova Sociedade*, p. 26.

¹² Piotr Kropotkin. “As Nossas Riquezas”. In: *A Conquista do Pão*, p. 30.

¹³ James Guillaume. “Ideas on Social Organization”. In: Daniel Guérin. *No Gods, No Masters*. San Francisco: AK Press, 1998, p. 213.

¹⁴ *Ibidem*. p. 210.

¹⁵ Mikhail Bakunin. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, p. 37.

¹⁶ Michael Albert. *PARECON*. London: Verso, 2003, pp. 104-106. Para a discussão de complexo balanceado de tarefas, ver, neste livro, pp. 103-111.

¹⁷ James Guillaume. *Op. Cit.* p. 211.

¹⁸ Mikhail Bakunin. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*, p. 18.

¹⁹ Murray Bookchin. “Um Manifesto Ecológico: o poder de destruir, o poder de criar”. In: *Letra Livre 31*, p. 8.

²⁰ *Idem*. *Sociobiologia ou Ecologia Social?* Rio de Janeiro: Achiamé, s/d, p. 71.

²¹ Pierre-Joseph Proudhon. *Do Princípio Federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 90.

²² *Ibidem.*

²³ *Ibidem.* p. 91.

²⁴ Piotr Kropotkin. “Anarchism”. In: *The Encyclopaedia Britannica*.

²⁵ Mikhail Bakunin. *A Instrução Integral*, p. 78.

²⁶ *Idem.* “A Comuna de Paris e a Noção de Estado”. In: *O Princípio do Estado e Outros Ensaios*, pp. 114-115.

²⁷ *Idem.* “Moral Revolucionária”. In: *Conceito de Liberdade*. Porto: Rés Editorial, s/d, p. 203.

DA ORGANIZAÇÃO E DA FORÇA SOCIAL

[...] dez, vinte ou trinta homens, entendendo-se bem, estando bem organizados, e que saibam para onde vão e o que querem, arrastarão facilmente cem, duzentos ou até mais.

Mikhail Bakunin

Tratamos anteriormente daquilo que entendemos como a organização do capitalismo e do Estado, buscando mapear “onde estamos”, e a organização do socialismo libertário, tentando especificar “onde queremos chegar”. Para completar a discussão de organização, será necessário aprofundar um pouco sobre os movimentos sociais e a organização popular e também sobre a organização específica anarquista, dois níveis diferentes de atuação que buscarão responder “como pensamos sair de onde estamos e chegar onde queremos”, completando os elementos imprescindíveis para esta nossa estratégia permanente. Como bem resumiu Malatesta “[...] a organização em geral, como o princípio e condição da vida social, hoje, e na sociedade futura; a organização do partido anarquista e a organização das forças populares”¹.

Para nós, a transformação social que pretendemos passa, necessariamente, pela construção da organização popular, pelo aumento progressivo de sua força social, até o momento em que seja possível derrubar o capitalismo e o Estado com a revolução social e abrir caminho ao socialismo libertário. Além disso, defendemos que a organização popular deve possuir um desenvolvimento paralelo da organização específica anarquista, que deverá influenciá-la, dando a ela o caráter desejado. Mais à frente, aprofundaremos as discussões sobre cada uma delas e sobre a interação de uma com a outra. No momento, o que é essencial é assumirmos que não há como pensar nesta transformação necessária sem organização e crescimento progressivo de força social.

Entendemos a sociedade de hoje como resultado de uma relação de forças, ou mesmo, um conflito permanente – que toma forma na luta de classes – entre o capitalismo, o Estado e outras diversas forças políticas, sendo que os primeiros estão fortalecidos, ou seja, conseguem ter maior força social que as segundas e, logo, estabelecer o poder. Neste sentido, o capitalismo e o Estado exercem opressão sobre as outras forças políticas que constituem resistência a eles.

Esta resistência pode se dar de diferentes maneiras, umas constituindo forças políticas, maiores ou menores e outras não constituindo forças políticas. “A resistência pode ser passiva (quando o agente não tem qualquer ação contra o poder que o reprime) ou ativa (quando o poder sofre retaliações por parte dos subjugados), isolada (tem um caráter individual) ou articulada (força coletiva).”² A resistência passiva não constitui força política

e a resistência isolada possui pouca força social. Portanto, para atingir nossos objetivos, defendemos a resistência ativa e articulada, que busca na organização o permanente aumento de força social. Para a construção desta resistência, é necessário se aliar com aqueles que estão de acordo com a nossa proposta de transformação social.

Se quisermos nos mexer, se quisermos fazer alguma coisa a mais do que aquilo que o isolamento permite a cada um de nós, deveremos saber com quais dos ditos camaradas podemos estar de acordo, e com quais estamos em desacordo. Isto é especialmente necessário quando falamos de ação, de movimento, de métodos com os quais é preciso trabalhar com muitas mãos para conseguirmos obter alguns resultados que caminhem em nossa direção.³

O que podemos chamar hoje de “ordem”, ou *status-quo*, é a organização do capitalismo e do Estado, que pode ou não encarar outras forças políticas que lhe ofereçam ameaça. Estar desorganizados, mal organizados ou isolados, significa não constituir uma resistência adequada ao capitalismo e ao Estado e, por conseqüência, não conseguir aumentar significativamente a força social da organização que deve ter como objetivo substituí-los pelo socialismo libertário. Podemos dizer que “quem não se organiza, quem não procura a cooperação dos outros e não oferece a sua, em condições de reciprocidade e solidariedade, põe-se necessariamente em estado de inferioridade e permanece uma engrenagem in-

consciente no mecanismo social que outros acionam a seu modo, e em sua vantagem”⁴. A desorganização, a má organização e o isolamento, na realidade, terminam por sustentar o capitalismo e o Estado, visto que não possibilitam a constituição da força social necessária. Ao não se tomar parte, de maneira adequada, na relação de forças ou conflito permanente da sociedade, acaba-se reproduzindo a “ordem”. Por isso “se não buscamos a associação e a organização bem articuladas, acabamos por não conseguir exercer qualquer influência nas lutas e conseqüentemente na sociedade de hoje”⁵. Assim,

aqueles que não possuem ou meios ou a consciência bastante desenvolvidas para organizar-se livremente com aqueles que possuem interesses e sentimentos em comum, sofrem a organização construída por outros indivíduos, geralmente constituídos em classe ou grupo dirigente com o fim de explorar, para seu próprio benefício o trabalho dos demais. E a opressão milenar da massa por parte de um pequeno número de privilegiados tem sido sempre conseqüência da incapacidade da maior parte dos indivíduos para colocarem-se em acordo e organizar-se com os outros trabalhadores para a produção, o desfrute e a eventual defesa contra aqueles que querem explorá-los ou oprimi-los. [...] Permanecer isolado, atuando ou querendo atuar cada um por sua conta, sem se entender com os outros, sem se preparar, sem unir em um feixe potente as débeis forças dos indivíduos, significa condenar-se à impotência, desperdiçar a própria energia em

pequenos atos sem eficácia e rapidamente perder a fé no objetivo e cair na completa inação.⁶

A desorganização e a má organização se reproduzem no nível social – dos movimentos sociais, em que se deveria constituir e desenvolver a organização popular – com a dificuldade de acúmulo de força social, fazendo com que o espontaneísmo natural deste nível não consiga levar a cabo o conjunto das transformações sociais desejadas. No nível político – do anarquismo, em que se deveria desenvolver a organização específica anarquista – com a dificuldade de influenciar o nível social a possuir formas e meios adequados. O isolamento e o individualismo fazem com que nem existam, da maneira desejável, os níveis político e social, não articulando nem organização popular, nem organização anarquista. Além disso, desorganização, má organização e isolamento são fatores impeditivos para a constituição do socialismo libertário, já que acreditamos que ele só poderá ser construído com muita organização.

Organização significa a coordenação de forças ou “a associação com um objetivo comum e com as formas e os meios necessários para atingir este objetivo”⁷. Assim, devemos pensar em formas e meios para a organização popular, de maneira que esta possa superar o capitalismo e o Estado, e, por meio da revolução social, construir o socialismo libertário – seu objetivo. Ao mesmo tempo, devemos pensar em formas e meios para a organização específica anarquista, de maneira que esta possa construir a organização popular e influenciá-la, dando a ela o caráter desejado, e chegar ao socialismo libertário por

meio da revolução social – seu objetivo. Em seguida trataremos com mais detalhes destes dois níveis de organização. Primeiramente, trataremos do nível social, em que atuam os movimentos sociais e no qual devemos buscar a construção da organização popular. Depois, do nível político, de desenvolvimento da organização específica anarquista.

Ao falarmos de força social, é importante definirmos o que entendemos por este termo. Consideramos que todo indivíduo, como agente social que é, possui naturalmente uma força social que é a energia que pode ser aplicada para alcançar seus objetivos. Esta força varia de uma pessoa para outra e mesmo nas mesmas pessoas durante um período de tempo. Para atingir os objetivos, freqüentemente os indivíduos utilizam-se de instrumentos que podem ampliar sua força social. Muitas coisas podem ser utilizadas para se aumentar a força social tais como: armamentos, informações, treinamentos, técnicas adequadas, otimização de recursos, persuasão, máquinas etc. No entanto, o instrumento mais importante para isso é a organização, que pode se dar de maneira autoritária, por meio do domínio, ou de maneira libertária, por meio da livre associação.

Em uma organização autoritária, a força social de diversos agentes (por exemplo no Estado com um exército, ou em uma empresa com o trabalho assalariado) é alienada, colocando-os em situação de domínio perante a organização (nestes casos o Estado e o patrão) e fazendo com que contribuam para um objetivo alheio, diferente dos seus. É exatamente assim que se constitui hoje a força social do sistema vigente, ou seja, por meio

da alienação de diversos agentes que contribuem com os objetivos do capitalismo, que não são os mesmos que os seus. Em uma organização libertária, é a livre-associação, ou a organização antiautoritária, que produz o aumento de força social – estando ela sempre associada com outros instrumentos.

A organização que se dá por meio da livre associação é imprescindível para nosso projeto de transformação social, pois quando indivíduos atuam em conjunto, sua força social não é a simples soma das forças individuais e sim muito mais do que isso. Vejamos o exemplo de Proudhon para explicar o assunto. “Duzentos trabalhadores puseram de pé, em algumas horas, sobre a base, o obelisco de Luxor; alguém supõe que um só homem, em duzentos dias, teria chegado a consegui-lo?”.⁸ Certamente não, isso porque há uma “força imensa que resulta da união e da harmonia dos trabalhadores, da convergência e da simultaneidade dos seus esforços”.⁹ No exemplo acima, a organização dos trabalhadores deu a eles uma força coletiva, possibilitando um resultado maior do que a simples soma dos resultados individuais. Assim, podemos concluir que para poder levar a cabo nosso projeto de transformação social, é fundamental a associação, pois é por meio dela, e somente por meio dela, que poderemos acumular a força social necessária para derrubar o capitalismo e o Estado.

No entanto, para o necessário ganho permanente de força social que deve ocorrer nesta forma antiautoritária de organização, tanto no nível da organização popular, quanto no nível da organização anarquista, reconhecemos ser fundamental

[...] certa disciplina, não automática, mas voluntária e refletida, estando perfeitamente em acordo com a liberdade dos indivíduos, foi e será necessária, sempre que muitos indivíduos, livremente unidos, empreendam um trabalho ou uma ação coletiva qualquer. Esta disciplina não é mais do que a concordância voluntária e refletida de todos os esforços individuais para um fim comum. No momento da ação, no meio da luta, os papéis dividem-se naturalmente, de acordo com as aptidões de cada um, apreciadas e julgadas por toda a coletividade: uns dirigem e ordenam, outros executam ordens. Mas nenhuma função se petrifica, nem se fixa e não fica irrevogavelmente ligada a qualquer pessoa. Os níveis e a promoção hierárquica não existem, de modo que o comandante de ontem pode ser o subalterno de hoje. Ninguém se eleva acima dos demais, ou se se eleva, é somente para cair no instante seguinte, como as ondas do mar, voltando sempre ao nível saudável da igualdade.¹⁰

Obviamente que esta disciplina não deve “seguir o modelo autoritário, tanto de opressão dos membros [...], quanto pela forma [das] cobranças, que [...] também devem considerar o respeito e a ética. [...] É uma grande preocupação diferenciarmos a autodisciplina que aqui pregamos da disciplina militar, exploratória e opressora em sua essência e que, de nosso ponto de vista, não segue rumos diferentes do que os outros autoritarismos que bem conhecemos.”¹¹ Para diferenciar a disciplina, muito pregada pelos autoritários desta disciplina que

defendemos, escolhemos utilizar o termo autodisciplina, afirmando que “a autodisciplina é o motor da organização autogestionária”¹², sendo para nós, juntamente com o comprometimento e a responsabilidade, imprescindível para a construção de uma organização antiautoritária que tenha por objetivo aumentar sua força social. Esta autodisciplina, a nosso ver, é menor na organização popular e maior na organização específica anarquista, variando de acordo com o contexto. Em períodos de maior turbulência social, aumenta a necessidade desta autodisciplina. Em momentos de refluxo, ela pode ser menor.

Para nós, como enfatizamos, o objetivo da organização popular, enquanto forma de resistência ativa e articulada, é, aumentando progressivamente sua força social, “superar o capitalismo e o Estado, e, por meio da revolução social, construir o socialismo libertário”. Este aumento de força social pode ser conseguido com diversos instrumentos, mas principalmente a organização das classes exploradas com o maior número de pessoas possível e bom nível de organização – o que implica necessariamente autodisciplina, comprometimento e responsabilidade. Além disso, como também já definimos, o objetivo da organização específica anarquista é “construir a organização popular e influenciá-la, dando a ela o caráter desejado, e chegar ao socialismo libertário por meio da revolução social”. Para isso, a organização específica deve constituir-se como uma organização de minoria ativa anarquista, com alto grau de autodisciplina, comprometimento e responsabilidade. Pensada desta maneira, “a organização, longe de criar a autoridade, é o único remédio contra ela e o único meio para que cada

um de nós habitue-se a tomar parte ativa e consciente no trabalho coletivo”¹³.

Notas:

¹ Errico Malatesta. “A Organização I”. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Imaginário, 2000, p. 49. Partido anarquista para Malatesta é a mesma coisa que organização específica anarquista.

² Fabio López López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*, p. 75.

³ Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: *Anarco-Comunismo Italiano*. São Paulo, Luta Libertária, s/d, p. 109.

⁴ Errico Malatesta. “A Organização das Massas Operárias Contra o Governo e os Patrões”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 39.

⁵ FARJ. “A Propriedade é um Roubo”. In: *Protesta!* 4, p. 7.

⁶ Errico Malatesta. “La Organización”. Excerto de *Pensiero e Volontà*, 16 de maio de 1925. In: Vernon Richards. *Op. Cit.* pp. 83-85.

⁷ *Idem*. “A Organização I”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 51.

⁸ Pierre-Joseph Proudhon. “1^{ere}. Mémoire sur la Propriété”. In: *A Nova Sociedade*, p. 35.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Mikhail Bakunin. “Táctica e Disciplina do Partido Revolucionário”. In: *Conceito de Liberdade*, pp. 198-199.

¹¹ FARJ. “Reflexões Sobre o Comprometimento, a Responsabilidade e a Autodisciplina”.

¹² *Ibidem*.

¹³ Errico Malatesta. “A Organização II”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 59.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A ORGANIZAÇÃO POPULAR

*É o próprio povo, são os famintos,
são os deserdados os que têm de abolir a miséria.*

Ricardo Flores Magón

*Organizar as forças do povo para realizar
tal revolução [social], é o único fim
daqueles que desejam sinceramente a liberdade.*

Mikhail Bakunin

*Favorecer as organizações populares de todos os tipos
é a consequência lógica de nossas idéias fundamentais e,
assim, deveria fazer parte integrante de nosso programa.*

Errico Malatesta

Mencionamos, algumas vezes, anteriormente, a organização popular e nossa expectativa em relação a ela. Já definimos que seu objetivo é “superar o capitalismo e o Estado, e, por meio da revolução social, construir o socialismo libertário”, e por isso a entendemos como verdadeira protagonista no processo de transformação social. Também mencionamos que o nível em que se desenvolvem os movimentos sociais e no qual se deve buscar a construção e o aumento de força social da orga-

nização popular é o que chamamos de nível social. Neste momento, buscaremos discutir os movimentos sociais, suas desejáveis características e formas de atuação, além de como eles podem contribuir na construção no desenvolvimento da organização popular.

Ao tratarmos deste nível social, devemos pensar nas possibilidades do povo, que deve ser o grande agente da transformação social proposta por nós. É inegável que há uma força social latente nas classes exploradas, mas entendemos que é somente por meio da organização que esta força pode sair do campo das possibilidades e tornar-se uma força social real. A questão se coloca, então, da seguinte maneira:

É verdade que há [no povo] uma grande força elementar, uma força sem dúvida nenhuma superior à do governo, e à das classes dirigentes tomadas em conjunto; mas sem organização uma força elementar não é uma força real. É nesta incontestável vantagem da força organizada sobre a força elementar do povo que se baseia a força do Estado. Por isso, o problema não é saber se eles [o povo] se podem sublevar, mas se são capazes de construir uma organização que lhes dê os meios de chegar a um fim vitorioso – não por uma vitória fortuita, mas por um triunfo prolongado e derradeiro.¹

A partir da organização e de sua aplicação no campo prático, esta força cresce exponencialmente, oferecendo a possibilidade real de combate ao capitalismo e ao Estado. Isso porque “temos conosco a justiça, o di-

reito, mas nossa força ainda não é suficiente”². Como falamos anteriormente, será o aumento permanente da força social da organização das classes exploradas que poderá proporcionar a transformação social desejada.

Para a construção de uma organização que nos dê os meios de chegar aos fins desejados – revolução social e socialismo libertário – consolidando a vitória, defendemos um modelo de criação e desenvolvimento do que chamamos organização popular.

Primeiramente, justificamos a organização conforme já definimos anteriormente, sendo ela a “coordenação de forças ou ‘a associação com um objetivo comum e com as formas e os meios necessários para atingir este objetivo’”. Já falamos também que a organização multiplica a força social do povo e é somente por meio dela que podemos oferecer uma oposição capaz de derrubar o capitalismo e o Estado. Este modelo de organização que reivindicamos é fruto da livre associação dos membros das classes exploradas.

Pela associação, eles [os trabalhadores] instruem-se, informam-se mutuamente, e põem fim, por seus próprios esforços, a essa fatal ignorância que é uma das principais causas de sua escravidão. Pela associação, eles aprendem a ajudar-se, conhecer-se, apoiar-se um no outro, e acabarão por criar uma força mais formidável do que aquela de todos os capitalistas burgueses e de todos os poderes políticos reunidos.³

Em segundo lugar, justificamos esta organização como sendo popular, dando a ela um caráter classista.

Ou seja, neste modelo de organização deve estar mobilizado todo o conjunto das classes exploradas, também conforme definido anteriormente. É uma prioridade, portanto, o envolvimento de todos os setores que sofrem de maneira mais dura os impactos do capitalismo. Quando a organização possui um caráter classista isso estimula e dá forças à luta de classes. Desta maneira, a organização popular é construída de baixo para cima, da “periferia para o centro” e fora dos centros de poder do atual sistema.

A organização popular é constituída por meio da vontade de luta do povo. Assim, ela não é fruto de um movimento espontâneo, mesmo sabendo que muitas expressões da luta de classes surgem espontaneamente. Ela é necessária também por não acreditarmos – diferente do que defenderam muitos socialistas no século XIX – que a sociedade capitalista caminha para seu próprio fim, ou que o socialismo é o resultado de uma evolução natural do capitalismo. Já nos parece bastante claro que devemos pensar em um modelo de organização como ferramenta de luta, pois, de outra forma, o capitalismo e o Estado não deixarão de existir.

Entendemos a organização popular como resultado de um processo de convergência de diversas organizações sociais e diferentes movimentos populares, que são fruto da luta de classes. Por este motivo, acreditamos que devemos favorecer todos os tipos de organizações e movimentos desse tipo, entendendo este apoio como consequência de nossas idéias mais fundamentais. Estas organizações e movimentos foram chamados no passado de “movimentos de massas”, mas a vertente autoritária

do socialismo acabou dando uma conotação ao termo “massa” de “massa de manobra”, de um movimento sem consciência que deveria ser dirigido e guiado por uma vanguarda, que estaria organizada em um partido verticalizado. Ou seja, os autoritários trataram os movimentos de massas a partir de uma perspectiva hierárquica, buscando dominá-los.

Consideramos imprescindível a participação social e popular no processo de transformação social. Os movimentos de massa podem ser chamados de organizações sociais, movimentos populares, mas também de movimentos sociais, termo que utilizaremos daqui para frente.

Um movimento social é uma associação de pessoas e/ou de entidades que possuem interesses comuns na defesa ou na promoção de determinados objetivos frente à sociedade. Estes movimentos podem estar nos mais diferentes lugares da sociedade e ter as mais diferentes bandeiras de luta, que mostram as necessidades daqueles que estão em torno do movimento, uma causa em comum. Como vimos, a sociedade de hoje proporciona à maior parcela da sociedade uma situação de sofrimento e de privações e isso serve, muitas vezes, como fator de associação, que dá corpo às organizações de defesa dos interesses do povo.

Por meio das organizações fundadas para a defesa de seus interesses, os trabalhadores adquirem a consciência da opressão em que se encontram e do antagonismo que os divide dos patrões [ou da classe dominante] começam a desejar uma vida melhor, habitua-se à luta coletiva e

à solidariedade e podem chegar a conquistar aquelas melhorias que são compatíveis com a persistência do regime capitalista e estatal.⁴

Os movimentos sociais são fruto de um tripé composto pela necessidade, vontade e organização. Este tripé motiva a criação de diversos movimentos sociais por todo mundo; e no Brasil, isso não é diferente. Há aqui movimentos de sem-terra, sem-teto, desempregados, comunitários, pela qualidade e melhor preço dos transportes. Há movimentos de catadores de lixo reciclável, indígenas, estudantis, de direitos humanos, sindicais, feministas, negros, gays, de conselhos populares, artísticos, culturais, ambientalistas, entre tantos outros. Estes movimentos têm em comum o fato de surgirem a partir da dominação e da exploração da sociedade em que vivemos, sendo, muitos deles, fruto da luta de classes.

No entanto, não são muitos os movimentos sociais que buscam construir a organização popular ou mesmo combater o capitalismo e o Estado. Muitos deles estão imbuídos de características e valores da sociedade capitalista e, mais do que isso, muitas vezes estão propagando estas características e estes valores. A maior parte desses movimentos, que poderíamos chamar reformistas, acredita que há solução para suas questões dentro do capitalismo. Ou seja, o fim de grande parte destes movimentos é a obtenção dos ganhos de curto prazo, dentro do capitalismo, e nada mais. Além disso, na maioria dos casos, os movimentos sociais não estão devidamente articulados entre si e realizam cada um a sua luta, sem articulação entre elas. Portanto, não apontam nem para

um início de construção da organização popular. Isso mostra que, apesar de haver uma série de movimentos sociais, o fato é que as características e formas de atuação destes movimentos não estão, na sua grande maioria, em acordo com aquilo que pensamos ser apropriado. Os meios que vêm escolhendo não conduzem aos fins defendidos por nós.

Os movimentos sociais que defendemos, e que pensamos estarem contribuindo com nosso projeto político, possuem certas características e formas de atuação.

Eles são os mais fortes possível, com o maior número de pessoas e boa organização, estando voltados para a luta que elegeram como prioritária. Então, um movimento de sem-terra deve abarcar todos aqueles que estão dispostos a lutar pela terra, um movimento de sem-teto deve abarcar todos os que estão dispostos a lutar pela moradia e assim por diante. Assim, acreditamos que os movimentos sociais não devem caber e encerrar-se dentro de uma ideologia, seja ela qual for. Não acreditamos em movimentos sociais anarquistas, marxistas, social-democratas ou de qualquer outra ideologia específica. Portanto, nos movimentos sociais que nos dispomos a criar ou a desenvolver devem “caber” pessoas das mais diferentes ideologias. Para nós, um movimento social anarquista, ou de qualquer outra ideologia, só tenderia a cindir a classe dos explorados, ou mesmo aqueles que estão interessados em lutar por uma determinada causa. Ou seja, é a necessidade, e não a ideologia, a força que deve impulsionar a criação e o desenvolvimento dos movimentos sociais. Assim “nenhuma teoria filosófica ou política deve entrar, como fundamento essencial, e como

condição oficial obrigatória no programa [...]. Mas isso não implica que não possam e não devam ser livremente discutidas [...] todas as questões políticas e filosóficas.”⁵

Apesar de acreditamos que os movimentos sociais não devem caber dentro do anarquismo, pensamos que o anarquismo deve ser, o máximo possível, difundido dentro dos movimentos sociais. Mais à frente, discutiremos como isso deve ser feito e com que objetivo. Por ora, basta dizer que os movimentos sociais que defendemos não são e nem devem ser anarquistas, mas sim, terreno fértil ao anarquismo.

Da mesma forma pensamos ser a questão da religião. Apesar de, no nível político, termos posições anticlericais, pensamos que no nível social não se deve insistir com esta questão, impedindo de lutar os membros das classes exploradas que tenham crenças religiosas. Nas classes exploradas, muitos possuem crenças religiosas e há como trabalhar esta questão dentro dos movimentos, sem impedir estas pessoas de lutar. Há muitos grupos religiosos progressistas nos movimentos sociais, que fazem parte do amplo campo da esquerda e com os quais há possibilidade de trabalho. Os movimentos sociais “devem buscar uma base comum, uma série de princípios simples sobre os quais todos os trabalhadores, quaisquer que sejam [suas opções políticas e religiosas], sendo ao menos trabalhadores sérios, ou seja, homens duramente explorados e sofridos, estão e devem estar de acordo”⁶.

Outra característica importante aos movimentos sociais é a autonomia, que se dá fundamentalmente na relação com o Estado, os partidos políticos, os sindicatos burocratizados, a Igreja, entre outros. Os movimentos

sociais têm de tomar decisões e agir por conta própria, tratando de seus próprios assuntos, independente de organismos que exerçam, ou busquem exercer, domínio sobre eles. Portanto, aqueles que desejam chefiar, mandar ou fazer com que os movimentos sociais sirvam aos seus próprios fins não devem ter influência sobre eles, já que não lutam pelo bem coletivo dos movimentos, mas utilizam a máxima de que servir a si mesmo é a melhor forma de servir aos outros.

Os movimentos sociais não devem estar ligados a políticos ou a qualquer setor do Estado, pois sabemos que estes, quando se aproximam querendo ajudar, na imensa maioria dos casos estão procurando “base” para seus interesses político-partidários, ou visando acalmar os movimentos, estabelecendo interlocuções deles com a institucionalidade do Estado. Conhecendo bem a concepção autoritária dos partidos, sabemos que seu interesse é sempre aparelhar os movimentos sociais, sejam estes partidos reformistas ou revolucionários. No primeiro caso, participam das eleições, e vêm nos movimentos sociais uma fonte de votos. No segundo, procuram um “movimento de massa” que sirva de base, para a vanguarda que desejam ser. Neste caso, os partidos políticos querem chefiar e mandar nos movimentos sociais, achando-se superiores a eles, e julgando ser os iluminados que trarão consciência às classes exploradas. Muitas vezes seus membros são intelectuais que querem saber, melhor do que o próprio povo, o que é melhor para ele. Outros organismos que buscam aparelhar, como sindicatos burocráticos e Igrejas, também não ajudam os movimentos sociais.

Toda essa gente deve ser afastada do movimento social, pois não defendem os interesses do movimento social, mas seus próprios interesses. O movimento social não precisa de chefes, de dirigentes ou de gente que queira usá-lo. O movimento social precisa de gente que queira apoiá-lo e lutar junto com ele, mas não lutar por ele, no seu lugar. Lugar que é legitimado pela necessidade de sobrevivência e pela dignidade que possuem as causas que promovem a verdadeira solidariedade.⁷

O que os movimentos sociais precisam é de pessoas que querem apoiá-lo, independente de suas origens de classe, por considerarem justa sua luta. Não há qualquer problema em pessoas que apóiam os movimentos sociais não estarem nas condições exatas dos outros militantes. Assim, consideramos justo que pessoas empregadas apoiem a luta dos trabalhadores desempregados, que pessoas que possuem moradia apoiem a luta dos sem-teto, e assim por diante. Mesmo os membros oriundos das classes médias podem, e inclusive devem, se são pessoas éticas, aproximar-se dos setores mais explorados do povo e oferecer seu apoio. Esta solidariedade deve ser sempre bem recebida, já que é importante para os movimentos sociais. Um dever ético, como colocou Kropotkin, ao incitar a luta dos membros das classes médias ao lado do povo. Dizia ele:

[...] vós todos que possuís conhecimentos, talentos, se tendes coração, vinde, pois, vós e vossos companheiros, colocá-los a serviço daqueles que

mais precisam. E saíam que se vierdes, não como senhores, mas como camaradas de luta; não para governar, mas para inspirar-vos em um novo meio; menos para ensinar do que para conceber as aspirações das massas, adivinhá-las e formulá-las, e depois trabalhar, sem descanso, continuamente, [...] para fazê-los entrar na vida – saíam que então, mas só então, vivereis uma vida completa.⁸

Esta candidatura de apoio aos movimentos sociais deve estar condicionada às atitudes daqueles que pretendem atuar nesta situação. Tanto os apoios, quanto os militantes que são organicamente legitimados, devem demonstrar que estão muito mais dispostos a ouvir do que a falar. Eles devem se inteirar da situação e das circunstâncias daqueles que formam os movimentos sociais e lutar ombro a ombro, crescer com eles e não definir de maneira autoritária e vertical seus caminhos e formas. Neste caso, o apoio ou militante verá que o mais relevante será contrastar sua ideologia com a realidade do grupo e não tentar reduzir o movimento social às suas certezas ideológicas.

Além disso, quando falamos de autonomia devemos ter em mente que a autonomia, para nós, não significa ausência de luta ideológica ou mesmo ausência de organização. Quando se estimula a “não-ideologia”, o espontaneísmo freqüente, quando se renuncia o projeto e o programa revolucionários – muitas vezes chamando isso de autonomia – abrimos espaço e deixamos um terreno livre para a classe dominante, os burocratas e os autoritários que ocuparão estes espaços.

Outra característica importante dos movimentos sociais é sua combatividade. Ao reivindicarmos que devem ser combativos, queremos dizer que os movimentos sociais devem estabelecer suas conquistas impondo sua força social e não depender de favores ou boas ações de quaisquer setores da sociedade, incluindo o Estado. A combatividade também se caracteriza por uma postura de defesa da luta de classes fora do Estado. Como entendemos o Estado como um forte pilar de sustentação do capitalismo, não acreditamos que os movimentos sociais possam exercer sua política dentro dele, sem que isso signifique uma forma de legitimar o capitalismo. A aproximação que os Estados fazem dos movimentos sociais são sempre uma forma de cooptá-los, de fazer um certo “pacto social”, que visa acalmar os ânimos da luta de classes e tem como objetivo garantir a legitimidade do sistema. Independente de os movimentos sociais serem mais ou menos violentos, o fato é que eles devem sempre manter-se combativos, confrontando o capitalismo e o próprio Estado.

Defendemos, também, a ação direta, como forma de ação política que se opõe à democracia representativa. Os movimentos sociais não devem ter por objetivo a confiança em políticos que atuam dentro do Estado, para que representem seus interesses. Sabemos que a máquina do sistema representativo transforma a todos que nela entram, não permitindo – mesmo aos bem intencionados – que os políticos eleitos realizem ações em prol das classes exploradas. Mesmo os políticos “de esquerda” confundem os meios com os fins e mais confundem do que esclarecem os movimentos sociais, não sendo, por-

tanto, o meio mais correto para sua emancipação. A ação direta acontece quando o próprio movimento social

em reação constante contra o meio atual, nada espera dos homens, das potências ou das forças exteriores a ele, mas [...] cria suas próprias condições de luta e retira de si mesmo seus meios de ação. [...] Portanto, a ação direta é a clara e pura concreção do espírito de revolta: materializa a luta de classes que ela faz passar do campo da teoria e da abstração ao campo da prática e da realização. Em conseqüência, a ação direta é a luta de classes vivida no dia-a-dia, é o assalto permanente contra o capitalismo.⁹

Desta maneira, os movimentos sociais não confiam sua ação aos políticos, mas a realizam por conta própria, colocando em prática o mote da AIT, de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. A luta por esta emancipação deve ser feita de maneira estratégica, tornando a ação direta mais ou menos violenta, conforme as circunstâncias pedirem. Quando ela precisar ser violenta, deve sempre ser entendida como resposta, como autodefesa em relação ao sistema de dominação e exploração em que vivemos.

A ação direta é a forma de fazer política dos movimentos sociais, sendo que

afirmamos que a política, no sentido que a defendemos, não tem sentido partidário, mas sim sentido de gestão daquilo que é público, de todos. A política que é feita pelo povo, devida-

mente organizado, decidindo efetivamente sobre tudo o que lhe diz respeito. A política que defendemos é aquela que se coloca hoje como uma luta dos trabalhadores, organizada de baixo para cima, contra a exploração e a opressão de que somos vítimas. É nas mobilizações sociais que enxergamos alguma perspectiva de mudança política significativa na sociedade.¹⁰

Neste caso, os movimentos sociais não lutam para ter poder no Estado ou em suas instâncias institucionais de poder. Eles estão sempre organizados fora do Estado, defendendo a devolução do poder político ao povo. Assim, acreditamos que o problema não é quem ocupa o Estado, mas o próprio Estado.

É somente desta maneira que entendemos o conceito de poder popular, defendido por outros grupos e organizações. Se por poder popular entendemos a crescente força social das organizações das classes exploradas, que estão inseridas em uma disputa permanente com o capitalismo e com o Estado, então estamos de acordo. No entanto, há aqueles que defendem o poder popular como a sustentação de vanguardas descoladas da base, hierarquia, partidos autoritários, reivindicações do Estado e burocracias de vários tipos. Quando poder popular significa este segundo modelo, então estamos em completo desacordo.

Além da ação direta, como forma de fazer a política, os movimentos sociais, na forma como os entendemos, têm a necessidade, caso se proponham agentes de uma significativa transformação social, de utilizar a

democracia direta como método de tomada de decisões. A democracia direta acontece nos movimentos sociais quando todos os que neles estão envolvidos participam efetivamente do processo de tomada de decisões. Com a utilização deste método, as decisões são tomadas de maneira igualitária (todos possuem a mesma voz e o mesmo poder de voto) em assembleias horizontais, onde os assuntos são discutidos e deliberados. Não há pessoas ou grupos que discutem os assuntos e que deliberam fora das assembleias; não há hierarquia ou chefes que mandam em outras pessoas que obedecem.

A democracia direta exercida neste modelo pode-se comparar ao funcionamento do socialismo libertário que explicamos anteriormente. Ou seja, os movimentos sociais se coordenam internamente pelos princípios da autogestão e se articulam, nos casos de necessidade, pelo federalismo. É importante ressaltarmos que atuando desta forma, estamos incorporando em nossos meios de luta, posições defendidas para os fins que desejamos atingir, confirmando a máxima de que “os fins estão nos meios”. As próprias lideranças e funções assumidas são temporárias, rotativas e revogáveis.

Neste modelo de movimento social, há uma importância para a conduta militante com ética e responsabilidade. A ética, que norteia uma conduta militante correta, está embasada em princípios que se opõem ao capitalismo e ao Estado e que sustentam a cooperação, a solidariedade e o apoio mútuo. Ela ainda norteia o comportamento militante que atua sem prejuízos para com os outros, que estimula o apoio, não permitindo as posturas que visam a cisão ou a disputa interna desleal. A

responsabilidade, princípio que se opõe aos valores do capitalismo, estimula que os militantes dos movimentos sociais tenham iniciativa, que assumam responsabilidades e as cumpram – isso evitará que poucos fiquem sobrecarregados com as muitas tarefas –, que tenham atitudes condizentes com o espírito de luta e que contribuam da melhor forma com os movimentos sociais.

A solidariedade e o apoio mútuo também são princípios que devem ser estimulados nos movimentos sociais. Em oposição ao individualismo do capitalismo, a união das classes exploradas para combate ao capitalismo e ao Estado deve ser estimulada. Ao sair do isolamento e buscar associar-se, juntando-se a outras pessoas que querem construir um mundo mais justo e igualitário, as pessoas constroem a solidariedade de classe. Esta se dá na associação de uma pessoa com outra para formar um movimento social ou mesmo de um movimento social com outro, na busca da construção da organização popular e da superação do capitalismo e do Estado. Neste caso, os limites do Estado não devem ser reconhecidos, pois os movimentos sociais têm de se solidarizar pelos interesses de classe, e não dos interesses nacionais. Quando são pautados pelos interesses de classe, os movimentos sociais são internacionalistas.

Também, os movimentos sociais constituem um espaço privilegiado para o desenvolvimento de cultura e educação popular. É a cultura, como forma de ser e de viver das classes exploradas, que dará corpo à educação popular. Todos que estão mobilizados desenvolvem seu aprendizado e as novas formas, manifestações, linguagens, experiências e vivências traduzem o espírito da

luta. Como não há um saber acabado, é o processo de troca entre os militantes que permite esta educação, em que não há um professor e um aluno; todos são professores e alunos. Todos aprendem e todos ensinam. Assim se dá a construção de uma educação que respeita a cultura popular e capacita os militantes a partir dos diálogos, dos debates, das trocas de experiências. Neste processo, é possível contrapor os valores do capitalismo que são transmitidos, todos os dias, pelos meios de comunicação, pelas escolas e outras vias de reprodução.

Além disso, a própria “ginástica revolucionária” proporcionada pelas experiências de luta, ao mesmo tempo em que trará conquistas de curto prazo, será responsável por auxiliar este processo de educação, contribuindo com as experiências práticas de busca da liberdade, por meio da própria liberdade.

As conquistas de curto prazo, chamadas reformas, quando conquistadas pelos movimentos sociais, servirão como maneiras de diminuir o sofrimento daqueles que lutam e ao mesmo tempo os ensinará as lições da organização e da luta. Entendemos, assim, que “tomaremos ou conquistaremos as eventuais reformas no mesmo espírito daquele que arranca pouco a pouco do inimigo o terreno que ele ocupa, para avançar cada vez mais”¹¹. E julgamos que ao lutar pelas reformas, os movimentos sociais não se tornam reformistas – que são aqueles que entendem as reformas como um fim. Mesmo com a luta pelas reformas, eles podem sustentar uma prática revolucionária, e ser contra o reformismo, visto que “se somos contra o reformismo, não é porque as melhorias parciais não nos interessam, mas porque acreditamos que o reformismo é

um obstáculo não somente à revolução, mas até mesmo às reformas”¹².

Esta afirmação abre espaço para uma outra característica que julgamos fundamental nos movimentos sociais: a perspectiva revolucionária de longo prazo. Neste caso, a idéia é que os movimentos sociais, além de terem suas bandeiras específicas (terra, moradia, trabalho etc.) possam ter como objetivos a revolução e a construção de uma nova sociedade. Entendemos que as lutas de curto e médio prazo são complementares com esta perspectiva de longo prazo e não excludentes. Com a perspectiva de longo prazo, os movimentos têm maior poder de conquista, visto que quanto mais longínquo os objetivos, maiores são as conquistas, não sendo as primeiras conquistas o fim da luta. Muitos movimentos sociais que não possuem perspectiva de longo prazo, ao terem suas reivindicações atendidas (terra para os sem-terra, moradia para os sem-teto, trabalho para os desempregados etc.) acham que isso é o fim da linha. Para nós, este é somente o primeiro passo e, mesmo que conquistado, deve estimular outras lutas e mobilizações em torno de outros problemas que acometem nossa sociedade. É esta perspectiva que também proporciona uma visão crítica dos movimentos sociais em relação ao capitalismo e ao Estado, deixando-os alertas para as tentativas de conciliação de classe e cooptação. Esta perspectiva também estimula a solidariedade e o apoio mútuo, visto que as classes exploradas não se vêem mais fragmentadas, mas como parte de um todo que luta por uma nova sociedade. Assim, os movimentos sociais defendem uma perspectiva de longo prazo que é revolucionária,

no sentido que quer substituir uma sociedade fundada na iniquidade, na exploração da imensa maioria dos homens por uma minoria opressiva, no privilégio, no ócio, e em uma autoridade protetora de todas essas belas coisas, por uma sociedade fundada nessa justiça igual para todos e na liberdade de todos. [...] Quer, em resumo, uma organização econômica, política e social, na qual todo ser humano, sem prejuízos para suas particularidades naturais e individuais, encontra uma igual possibilidade de desenvolver-se, instruir-se, pensar, trabalhar, agir e desfrutar a vida como homem.¹³

Um outro ponto importante que deve ser mencionado é o fato de os movimentos sociais serem, muitas vezes, fruto de ações e mobilizações espontâneas das classes exploradas. Este fato para nós é natural e entendemos sempre ter de conviver com ele. Em situações extremas, setores da população se revoltarão ou se mobilizarão por diversos motivos: para denunciar uma injustiça, para responder a um ataque do sistema, para conseguir o que comer, um lugar para morar etc. Se por um lado defendemos a organização, acreditamos, por outro, que devemos sempre apoiar estes momentos de mobilização popular espontânea. Os objetivos organizacionais devem ir se dando no meio da luta. Não devemos, portanto, questionar o espontaneísmo quando ele assim acontece, mas sim, implicados nas lutas, tentar catalizar as forças para que se chegue ao grau necessário de organização. A interação desta dinâmica própria dos movimentos sociais, que naturalmente contém grande grau

de espontaneidade, com os contextos sociais que variam (repressão, legislação, mudanças de forças políticas em jogo etc.) fará com que os movimentos sociais tenham, naturalmente, fluxos e refluxos. Haverá momentos em que as circunstâncias proporcionarão uma realidade de lutas mais radicalizadas e permanentes. Em outras, proporcionarão contextos de dificuldade para articulação, desmotivação, medo etc. Ou seja, é natural que existam contextos de fluxos e refluxos.

Em certas épocas, que são geralmente as precursoras dos grandes acontecimentos históricos, dos grandes triunfos da humanidade, tudo parece avançar num passo acelerado, tudo respira força: as inteligências, os corações, as vontades, tudo vai em uníssono, tudo parece ir à conquista de novos horizontes. Então, estabelece-se em toda a sociedade, como uma corrente elétrica que une os indivíduos mais afastados num mesmo sentimento e as inteligências mais díspares num mesmo pensamento que imprime a todos a mesma vontade. [...] Mas há outras épocas sombrias, desesperantes, fatais, onde tudo respira a decadência, a prostração e a morte, e que manifestam um verdadeiro eclipse da consciência pública e privada. São os refluxos que segue sempre as grandes catástrofes históricas.¹⁴

Pensamos ser nossa obrigação avaliar corretamente o contexto e atuar de maneira conforme. Nos momentos em que o contexto apontar um fluxo, devemos atacar, atuando com toda a força e proporcionando toda a orga-

nização necessária. Nos momentos em que o contexto apontar um refluxo, devemos saber conviver com os problemas, “manter a chama acesa”, e aguardar os momentos certos para voltar a nos mobilizar.

Enfim, nossa concepção é que devemos romper o isolamento dos indivíduos criando e estimulando o desenvolvimento dos movimentos sociais com as características aqui colocadas. Esta é uma primeira etapa de nossa estratégia permanente. Depois disso, em uma segunda etapa, entendemos ser necessária a articulação de vários movimentos sociais para a constituição do que estamos chamando em todo o texto de organização popular, sendo ela a confluência dos movimentos sociais em combate permanente ao capitalismo e ao Estado.

Buscando aumentar permanentemente a força social da organização popular e com sua radicalização, entendemos ser possível chegar à revolução social e assim constituir o socialismo libertário. Neste processo de transformação social, entendemos que as classes exploradas possuem um papel imprescindível; “esta massa, [...] sem a forte ajuda da qual o triunfo da revolução nunca será possível”¹⁵.

Notas:

¹ Mikhail Bakunin. “Necessidades da Organização”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 136.

² *Idem. A Dupla Greve de Genebra*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007, p. 94.

³ *Ibidem*. p. 90.

⁴ Errico Malatesta. “Los Anarquistas y los Movimientos Obreros”. Excerto de *Il Risveglio* 1-15 out. 1927. In: Vernon Richards. *Op. Cit.* p. 111.

⁵ Mikhail Bakunin. “Unidade e Programa das Forças Revolucionárias...”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 163.

⁶ *Idem*. “La Política de la Internacional”. In: In: Frank Mintz (org.). *Bakunin: crítica y acción*, p. 85. Apesar de ser um crítico feroz das questões clericais, Bakunin sustentava que mesmo os trabalhadores religiosos deveriam integrar o movimento operário. Pensamos, como ele, que a religião não deve dividir os movimentos sociais. Sobre a crítica de Bakunin a Deus e à religião ver: Mikhail Bakunin. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000 e Mikhail Bakunin. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*.

⁷ Univ. Popular / MTD - RJ. *Capitalismo, Anticapitalismo e Organização Popular*. Rio de Janeiro: UP/MTD-RJ (no prelo).

⁸ Piotr Kropotkin. “Aos Jovens”. In: *Palavras de um Revoltado*, p. 67.

⁹ Emile Pouget. *L'Action Directe*.

¹⁰ FARJ. “A Política não é para os Políticos”. In: *Libera 136*. Rio de Janeiro, 2006.

¹¹ Errico Malatesta. “Anarquismo e Reforma”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, p. 146.

¹² *Idem*. “Quanto Pior Estiver, Melhor Será”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, p. 67.

¹³ Mikhail Bakunin. *A Dupla Greve de Genebra*, pp. 92-93.

¹⁴ *Idem*. “Algumas Condições da Revolução”. In: *Conceito de Liberdade*, pp. 128-129.

¹⁵ *Idem*. “Educação Militante”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 147.

A ORGANIZAÇÃO ESPECÍFICA ANARQUISTA

Se [ao revolucionário] falta a idéia diretriz de sua ação,
não será outra coisa senão um barco sem bússola.

Ricardo Flores Magón

*Uma organização anarquista deve fundar-se,
na minha opinião, sobre a plena autonomia,
sobre a plena independência, e, portanto,
a plena responsabilidade dos indivíduos e dos grupos;
o livre acordo entre os que crêem ser útil unir-se para
cooperar com um fim comum; o dever moral
de manter os compromissos aceitos e não fazer
nada que contradiga o programa aceito.*

Errico Malatesta

A ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA

Durante esse texto, tratamos algumas vezes da organização específica anarquista e de nossa expectativa em relação a ela. Como definimos anteriormente, seu objetivo é “construir a organização popular e influenciá-la, dando a ela o caráter desejado, e chegar ao socialismo libertário por meio da revolução social”. Colocamos, ainda, que a entendemos como o nível político de atuação.

A organização específica anarquista é o agrupamento de indivíduos anarquistas que, por meio de suas próprias vontades e do livre acordo, trabalham juntos com objetivos bem determinados. Para isso, ela se utiliza das formas e meios necessários para que estes objetivos sejam atingidos, ou para que, pelo menos, que se caminhe em direção a eles. Assim, podemos considerar a organização anarquista como “[...] o conjunto dos indivíduos que têm um objetivo em comum e se esforçam para alcançá-lo, é natural que se entendam, unam suas forças, compartilhem o trabalho e tomem todas as medidas adequadas para desempenhar esta tarefa”¹. Por meio da organização anarquista, os anarquistas articulam-se no nível político e ideológico, para colocar em prática uma política revolucionária, e conceber os meios – a maneira de se trabalhar – que deverão apontar para os objetivos finalistas: a revolução social e o socialismo libertário. Esta prática política, que busca os objetivos finalistas, deve ser realizada

criando uma organização que possa cumprir as tarefas do anarquismo, não somente no momento de preparar a revolução social, mas igualmente depois. Tal organização deve reunir todas as forças revolucionárias do anarquismo, e se preocupar imediatamente com a preparação das massas para a revolução social e com a luta pela realização da sociedade anarquista.²

Esta organização é fundamentada em acordos fraternais, tanto para seu funcionamento interno, quanto para sua atuação externa, não havendo em seu seio rela-

ções de dominação, exploração ou mesmo alienação, o que a constitui uma organização libertária. A função da organização específica anarquista é coordenar, convergir e aumentar permanentemente a força social das atividades militantes anarquistas, constituindo uma ferramenta de luta sólida e consistente, que é um meio fundamental para a busca dos objetivos finalistas. Portanto,

[...] é preciso unir-se e organizar-se: primeiro para discutir, depois para reunir os meios para a revolução, e finalmente, para formar um todo orgânico que, armado com seus meios e fortalecido por sua união possa, quando soar o momento histórico, varrer do mundo todas as aberrações e todas as tiranias [...]. A organização é um meio de se diferenciar, de se precisar um programa de idéias e de métodos estabelecidos, um tipo de bandeira de reunião para se partir ao combate sabendo-se com quem se pode contar e tendo-se consciência da força que se pode dispor.³

Para constituir esta ferramenta de combate sólida e consistente, é imprescindível que a organização anarquista possua, bem determinadas, as linhas política e estratégica-tática – que se dão por meio da unidade teórica e ideológica, e da unidade estratégica e tática. Esta organização de linhas bem definidas, articula os anarquistas no nível político e ideológico, e desenvolve sua prática política no nível social – o que a caracteriza uma organização de minoria ativa, visto que o nível social é sempre muito maior que o nível político. Esta

prática política toma corpo quando a organização anarquista de minoria ativa realiza o trabalho social em meio à luta de classes, buscando a inserção social, que toma corpo a partir do momento que a organização anarquista consegue influenciar os movimentos sociais com os quais trabalha. Devidamente organizados como minoria ativa, os anarquistas constituem uma força social muito maior na realização do trabalho social e têm maiores chances de possuir inserção social. Além do trabalho e da inserção social, a organização específica anarquista realiza outras atividades: a produção e a reprodução de teoria, a propaganda anarquista, a formação política, a concepção e a aplicação de estratégia, as relações políticas e sociais e a gestão de recursos. Então, podemos dizer que as atividades da organização específica anarquista são:

- Trabalho e Inserção Social
- Produção e Reprodução de Teoria
- Propaganda Anarquista
- Formação Política
- Concepção e Aplicação de Estratégia
- Relações Políticas e Sociais
- Gestão de Recursos

Estas atividades podem ser realizadas de maneira mais ou menos pública, sempre levando em conta o contexto social em que se atua. Dizemos mais ou menos pública, pois acreditamos que “se deve fazer publicamente o que convém que todos saibam e secretamente o que convém ser oculto”⁴. Em momentos de menor repressão, a organização anarquista atua publicamente, realizando a maior propaganda possível, e buscando atrair o maior

número de pessoas. Em momentos de maior repressão, se, “por exemplo, um governo nos proibisse de falar, imprimir, nos reunir, nos associar, e não tivéssemos a força necessária para nos rebelar abertamente, trataríamos de falar, imprimir, nos reunir e nos associar de forma clandestina”⁵.

Nesta atuação, que varia conforme o contexto social, a organização específica anarquista deve sempre defender os interesses das classes exploradas, isso porque a entendemos como uma expressão política desses interesses. Para nós, as idéias do anarquismo

[...] não são senão a mais pura e a mais fiel expressão dos instintos populares. Se elas não correspondem a estes instintos, são falsas; e na medida em que são falsas, serão rejeitadas pelo povo. Mas se estas idéias são uma expressão honesta dos instintos, se representam o verdadeiro pensamento do povo, depressa penetrarão no espírito das multidões revoltadas; e desde que estas idéias encontrem o caminho do espírito popular, avançarão rapidamente para a sua plena realização.⁶

A organização específica anarquista, entendida como expressão política dos interesses das classes exploradas, não atua em seu nome e nunca se coloca sobre elas. Ela não substitui a organização das classes exploradas, mas proporciona aos anarquistas a chance de se colocar a serviço delas.

Nesta prática política de colocar-se a serviço das classes exploradas, a organização anarquista é guiada por uma Carta de Princípios. Os princípios são as proposições

éticas e as noções, ambas inegociáveis, que norteiam toda a prática política, constituindo modelos para a ação anarquista. “O pressuposto da coerência com estes mesmos princípios é que determina a autenticidade ideológica perante o anarquismo.”⁷ Em nosso caso, a Carta de Princípios de 2003⁸ define nove princípios: liberdade; ética e valores; federalismo; autogestão; internacionalismo; ação direta; classismo; prática política e inserção social; apoio mútuo.

Em primeiro lugar, reivindicamos o princípio da *liberdade*, afirmando que “a luta pela liberdade antecede a anarquia”. Assim como pensava Bakunin, sustentamos que “a liberdade individual [...] só pode encontrar sua expressão maior na liberdade coletiva”, sendo que rechaçamos, portanto, as propostas individualistas de anarquismo. A busca do socialismo libertário é, assim, a incessante luta pela liberdade. Outro princípio absolutamente central para nós é o de *ética e valores* que nos faz basear toda nossa prática na ética anarquista, que é um “compromisso militante inegociável”. Por meio da ética, entre outras coisas, defendemos a coerência entre meios e fins e o respeito mútuo.

Reivindicamos o *federalismo* e a *autogestão* como princípios de organização não-hierárquica e descentralizada, sustentados pelo apoio mútuo e pela livre associação, assumindo a premissa da AIT, de que todos têm direitos e deveres. Além disso, são estes princípios que nortearão a gestão da sociedade futura em todos os níveis: gestão econômica, política e social, realizada pelos próprios trabalhadores. Enfatizando a necessidade de as lutas serem autogeridas, afirmamos que “ainda que con-

vivendo com o ultrapassado sistema atual, [a autogestão] potencializa as transformações que apontam para uma sociedade igualitária”.

Ao reivindicar o *internacionalismo*, destacamos o caráter internacional das lutas e a necessidade de nos associarmos pelas afinidades de classe e não das nacionalidades. Um explorado de um país deve ver em um explorado de outro, um companheiro de luta, e não um inimigo. O internacionalismo opõe-se ao nacionalismo e à exaltação do Estado, já que estes constituem um sentimento de superioridade sobre os demais países e povos, e reforçam o etnocentrismo e o preconceito – primeiros passos para a xenofobia. Todos, independente de sua nacionalidade, são iguais e devem ser livres.

A *ação direta* é colocada como um princípio pautado na horizontalidade e que estimula o protagonismo dos trabalhadores, opondo-se à democracia representativa, que, como já especificamos, aliena politicamente. A ação direta coloca o povo à frente de suas próprias decisões e ações, “ligando trabalhadores e oprimidos ao centro da ação política”.

Além disso, escolhemos nos pautar no *classismo*, nos definindo como uma organização de trabalhadores que defendem os explorados, e combatem pela extinção da sociedade de classes e pela criação de uma sociedade em que não existam mais senhores e escravos. Por isso, reconhecemos e damos prioridade à luta de classes. Para nós, há uma necessidade central de se combater de frente os males do capitalismo, e para isso é imprescindível a luta ao lado dos explorados, onde as conseqüências da sociedade de classes tornam-se mais claras e evidentes.

O princípio de *prática política e inserção social* reforça a idéia de que é somente junto das classes exploradas que o anarquismo tem condições de florescer. Portanto, a organização anarquista deve buscar relacionar-se com todas as manifestações das lutas populares, independente de onde elas estejam acontecendo. Afirmamos que a interação da organização anarquista com qualquer manifestação “nos campos social, cultural, do camponato, sindical, estudantil, comunitário, ecológico etc., desde que inserida no contexto das lutas pela liberdade”, contempla a concretização deste princípio.

Como último princípio colocado na Carta, o *apoio mútuo* incentiva a solidariedade nas lutas, estimulando a manutenção de relações fraternas com todos os que trabalham verdadeiramente por um mundo justo e igualitário. Ele incentiva a solidariedade efetiva entre os explorados.

No momento em que realiza o trabalho social, a organização específica anarquista busca influenciar positivamente os movimentos sociais e, ao mesmo tempo, afastar deles a influência negativa de indivíduos e grupos que, ao invés de defender os interesses do povo, estimulando que ele seja protagonista de sua própria emancipação, utilizam-no para a realização de outros objetivos. Sabemos que políticos, partidos, sindicatos, e mesmo outras organizações e indivíduos autoritários – como a Igreja, o tráfico de drogas etc. – constituem obstáculos para a construção da organização popular, visto que penetram nos movimentos sociais, na imensa maioria dos casos, buscando usufruir do número de pessoas que lá está presente para: buscar apoio em eleições, constituir base para

projetos autoritários de poder, obter dinheiro, conquistar fiéis, abrir novos mercados etc. Organizações e indivíduos autoritários não querem apoiar os movimentos sociais, mas sim utilizá-los para realizar seus (das organizações e dos indivíduos autoritários) próprios objetivos, que não condizem com os objetivos dos militantes dos movimentos sociais – ou seja, os autoritários buscam estabelecer uma relação de domínio sobre os movimentos sociais.

Qualquer anarquista que já tenha militado ou mesmo visto como funciona o trabalho nos movimentos sociais sabe que, se não há uma organização consistente, capaz de dar a força necessária aos anarquistas na permanente disputa de espaço político, os autoritários tornam-se hegemônicos e o trabalho dos anarquistas é completamente perdido. Os anarquistas, ao não constituírem a força social necessária, de duas uma: ou serão usados pelos autoritários como tarefeiros (vulgo “buchas”), na realização de seus projetos autoritários de poder, ou serão simplesmente afastados. No primeiro caso, falamos dos anarquistas não-organizados especificamente que vão a reboque dos acontecimentos. Ao não estarem organizados, não exercem a influência necessária por terem pouca força social. Enquanto não incomodam muito, são permitidos nos movimentos sociais. No segundo caso, falamos de anarquistas isolados que começam a exercer certa influência, ou, no entender autoritário, começam a incomodar. Neste caso, são expulsos, afastados ou difamados. São literalmente “atropelados” pelos autoritários. Sem a organização necessária, não conseguem se manter nos movimentos sociais e muito menos exercer a influência desejada.

Isso acontece, pois quando não há a devida organização dos anarquistas, é possível que se estabeleçam organizações autoritárias, ou menos libertárias. Ao tratarmos da permanente disputa de espaço político, não estamos falando que os anarquistas devem lutar pela direção, chefia, ou qualquer posição de privilégio nos movimentos sociais. Falamos, ao contrário, da luta interna que se dá quando queremos influenciar os movimentos sociais a utilizarem as práticas libertárias.

Acreditamos que nunca, em lugar nenhum, há vácuo político. Portanto, a partir do momento em que fazemos prevalecer nossas posições, isso significa, necessariamente, uma diminuição de influência dos autoritários e vice-versa. Por exemplo: ao ver que alguns anarquistas lutam para que um movimento utilize a ação direta e a democracia direta, políticos e partidos aparelhistas serão contra e, a não ser que haja uma organização forte dos anarquistas, com inserção social, e capaz de lutar por estas posições, as posições autoritárias terão grandes chances de prosperar. Ao estarmos devidamente organizados como anarquistas, não vamos a reboque dos acontecimentos, conseguimos marcar as nossas posições e exercer nossa influência nos movimentos sociais, passando a ter verdadeira inserção. É por meio da organização específica anarquista que conseguimos estar devidamente organizados para o trabalho que queremos desenvolver nos mais diversos movimentos sociais.

A organização anarquista deve ser a continuação de nossos esforços e da nossa propaganda; ela deve ser a conselheira libertária que nos

guia em nossa ação de combate cotidiano. Podemos nos basear em seu programa para difundir a nossa ação em outros campos, em todas as organizações especiais de luta particulares nas quais possamos penetrar e levar nossa atividade e ação: por exemplo, nos sindicatos, nas sociedades antimilitaristas, nos agrupamentos anti-religiosos e anticlericais etc. Nossa organização especial pode servir igualmente como um terreno para a concentração anarquista (não de centralização!), como um campo de acordo, de entendimento e de solidariedade a mais completa possível entre nós. Quanto mais estivermos unidos, menor será o perigo de que sejamos arrastados nas incoerências ou, que desviemos nosso ímpeto de luta para batalhas e escaramuças onde, outros que não estão de forma alguma de acordo conosco, poderiam cortar-nos as mãos.⁹

Assim, a organização anarquista, além de ser responsável por sua prática política nos diversos campos, serve para aumentar a força social dos anarquistas dentro deles. Dentre as diversas forças presentes nestes espaços, os anarquistas devem se destacar e conseguir concretizar suas posições.

Esta prática política em diversos campos exige que a organização anarquista divida-se em frentes, que são os agrupamentos internos que levam a cabo o trabalho social. Geralmente, as organizações que trabalham com esta metodologia, sugerem que se desenvolvam três frentes básicas: sindical, comunitária e estudantil. Diferentemente, acreditamos que as frentes devem se dividir,

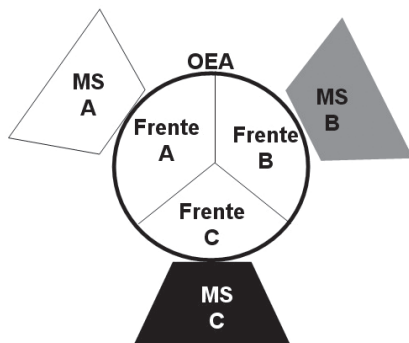
não a partir destes espaços se inserção pré-estipulados, mas sim com base nos trabalhos práticos da organização. Em nosso entender, não deve haver a obrigação de se desenvolver trabalhos nestas três frentes e, além disso, é possível que haja outros espaços interessantes que exijam frentes dedicadas.

Cada organização deve buscar os espaços mais propícios para o desenvolvimento de seu trabalho social e, a partir desta necessidade prática, formar suas frentes. Assim, se houver trabalho no meio estudantil, pode haver uma frente estudantil. Se houver trabalho sindical, pode haver uma frente sindical. No entanto, se outros trabalhos se desenvolverem, por exemplo, com os movimentos rurais, ou com os movimentos urbanos etc., as frentes devem acompanhar esta divisão. Ou seja, ao invés de ter somente uma frente comunitária que trabalha com os movimentos sociais rurais e urbanos, pode-se criar uma frente de movimentos rurais e uma outra frente de movimentos urbanos. Neste sentido, defendemos um modelo de frentes dinâmicas, que dão conta da divisão interna da organização específica anarquista, para a realização prática dos trabalhos sociais, da melhor maneira possível.

As frentes são responsáveis, em seu respectivo espaço de trabalho, pela criação e desenvolvimento de movimentos sociais e também por garantir que os anarquistas ocupem espaço político – espaço este que está em permanente disputa – e exerçam a devida influência nestes movimentos.

No caso de nossa organização, iniciamos os trabalhos sociais divididos em duas frentes. A “frente comu-

nitária”, que agrega os trabalhos de gestão da Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL), do Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro (CCS-RJ) e seus trabalhos comunitários, do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC) e do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP). A outra era a “frente de ocupações” que estava envolvida com as ocupações urbanas e a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST). Com a mudança na conjuntura, deixamos a FIST, continuamos com o trabalho com as ocupações e passamos a nuclear alguns ocupantes, e muitos outros desempregados, no Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Este movimento passou a ter grande relevância nesta frente. Assim, a “frente de ocupações” passou a se chamar “frente de movimentos sociais urbanos”. Da mesma forma, por julgarmos necessário, constituímos uma terceira frente: a “frente agroecológica” (Anarquismo e Natureza), a partir de trabalhos práticos em movimentos sociais rurais, de ecologia e agricultura, que começaram a ser desenvolvidos pela organização. Desta maneira, sustentamos que as frentes se adaptam ao contexto prático de trabalho. Ilustremos como isso funciona na prática.



Sendo OEA a organização específica anarquista (dividida nas frentes A, B e C) e MS os movimentos sociais, a OEA se divide internamente nas frentes que atuam, cada uma, em um determinado MS ou setor de MS. Neste caso, supondo-se que a OEA trabalhe com três MS, ou com três setores de MS, ela se divide para o trabalho em três frentes. A frente A trabalha com o MS A ou com o setor A de determinados MS. A frente B trabalha com o MS B ou com o setor B de determinados MS, e assim por diante. Dando exemplos práticos: a OEA pode estar dividida em frente sindical (A), frente comunitária (B) e frente estudantil (C) e cada uma delas atuará em um MS. A frente A atuará no movimento sindical, a frente B no comunitário e a C no estudantil. No nosso caso, hoje nossa OEA está dividida em três frentes: movimentos sociais urbanos (A), comunitária (B) e agroecológica (Anarquismo e Natureza) (C). Cada uma delas tem trabalho em um ou mais movimentos sociais. A frente A no movimento sem-teto e no MTD, a frente B no movimento comunitário e a frente C nos movimentos rurais, de ecologia e agricultura.

Além desta divisão interna em frentes, que funciona para o trabalho social, a organização específica anarquista utiliza, tanto para seu funcionamento interno quanto externo, a lógica do que chamamos “círculos concêntricos” – fortemente inspirada no modelo organizacional bakuninista. O principal motivo de adotarmos esta lógica de funcionamento é porque, para nós, a organização anarquista precisa prever diferentes instâncias de atuação. Estas diferentes instâncias devem potencializar seu trabalho permitindo, ao mesmo tempo, reunir

militantes preparados e com alto grau de compromisso, e aproximar pessoas simpáticas à teoria ou prática da organização – que podem ser mais ou menos preparadas, mais ou menos compromissadas. Em suma, os círculos concêntricos buscam resolver um importante paradoxo: a organização anarquista precisa ser fechada o suficiente para ter militantes preparados, compromissados e alinhados politicamente; e aberta o suficiente para aproximar novos militantes.

Grande parte dos problemas que acontece nas organizações anarquistas se dá por elas não funcionarem pela lógica dos círculos concêntricos e por não preverem estas diversas instâncias de atuação. Uma pessoa que se diz anarquista e que se interessa pelos trabalhos da organização, apesar de não conhecer em profundidade a linha política deve estar na organização? Um leigo, interessado nas idéias anarquistas deve estar na organização? Como se relacionar com “libertários” – no conceito mais amplo do termo – que não se dizem anarquistas? Eles devem estar na organização? E os membros mais velhos, que já desenvolveram trabalhos importantes, mas que hoje querem estar próximos, mas não se dedicam às atividades permanentes da organização? E aqueles que só podem dedicar um raro tempo para a militância? As questões são muitas. Outros problemas acontecem por haver dúvidas na realização do trabalho social. A organização deve se apresentar como uma organização anarquista nos movimentos sociais? No trabalho social, ela pode fazer alianças com outros indivíduos, grupos e organizações que não são anarquistas? Neste caso, quais são os pontos em comum para se defender? Como realizar o

trabalho social em um campo com pessoas de ideologias diferentes, mantendo a identidade anarquista? Como fazer para o anarquismo não perder sua identidade quando em contato com os movimentos sociais? Neste ponto também há muitas questões.

Os círculos concêntricos têm por objetivo proporcionar um lugar claro para cada um dos militantes e simpatizantes da organização. Além disso, buscam facilitar e potencializar o trabalho social da organização anarquista; e finalmente, estabelecer um fluxo para a captação de novos militantes.

Na prática, a lógica dos círculos concêntricos se estabelece da forma seguinte. Dentro da organização específica anarquista só estão anarquistas que, em maior ou menor medida, podem elaborar, reproduzir e aplicar a linha política da organização, internamente, nas frentes e atividades públicas. Também em maior ou menor medida, os militantes devem poder auxiliar na elaboração da linha estratégica-tática da organização, assim como ter capacidade plena de reproduzi-la e aplicá-la. Na organização, os militantes assumem funções internas – sejam elas executivas, deliberativas ou extraordinárias – e também externas, no que diz respeito ao trabalho social. As funções assumidas pelos militantes dentro da organização obedecem à autogestão e ao federalismo, ou seja, às decisões horizontais, em que todos os militantes têm o mesmo poder de voz, de voto, e que, em casos específicos, há a delegação com mandato imperativo. As funções a serem realizadas pelos delegados devem ser muito bem definidas, para que eles “não possam agir em nome da associação a não ser quando seus membros lhes tenham

explicitamente autorizado; eles devem executar somente aquilo que os associados decidiram e não ditar aos associados o rumo a seguir”¹⁰. Além disso, as funções devem buscar uma certa rotatividade, que terá por objetivo habilitar a todos e evitar posições ou funções cristalizadas.

A organização específica anarquista pode ter somente um círculo de militantes, estando todos eles na mesma instância, ou ter mais de um círculo, sendo os critérios definidos coletivamente e podendo ser, por exemplo, o tempo em que a pessoa está na organização ou sua condição de elaboração das linhas política ou estratégica-tática. Assim, os militantes mais novos ou com menos condições de elaboração das linhas podem estar em um círculo mais externo (distante) e os militantes mais experientes, com mais condições de elaboração das linhas em outro mais interno (próximo). Não há hierarquia entre os círculos, mas a idéia é que quanto mais “para dentro”, ou quanto mais próximo, está o militante, mais condições ele tem de formular, compreender, reproduzir e aplicar as linhas da organização. Quando mais “para dentro” está o militante, maior é o seu nível de compromisso e mais ele delibera. Quanto mais ele se oferece para a organização, mais ele é cobrado por ela. São os militantes que decidem este seu nível de compromisso e, baseado nesta escolha, eles participam ou não das instâncias de deliberação. Assim, os militantes escolhem o quanto querem se comprometer e, quanto mais eles se comprometerem, mais eles decidirão. Quanto menos eles se comprometerem, menos eles decidirão.

Isso não significa que a posição dos mais comprometidos vale mais do que a dos menos comprometidos.

Significa que eles participarão de instâncias decisórias diferentes. Por exemplo: os mais comprometidos participarão com voz e voto dos Congressos, que definirão as linhas política e estratégica da organização; os menos comprometidos não participarão dos Congressos, ou participarão somente como ouvintes, e participarão das assembléias mensais onde as táticas e aplicações práticas das linhas são definidas.

Assim, dentro da organização específica anarquista pode haver um ou mais círculos, que devem ser sempre definidos pelo nível de compromisso dos militantes. Em caso de haver mais de um nível, isso deve estar claro para todos, e os critérios para mudança de nível disponível para os militantes. É, portanto, o militante que escolhe onde ele quer estar.

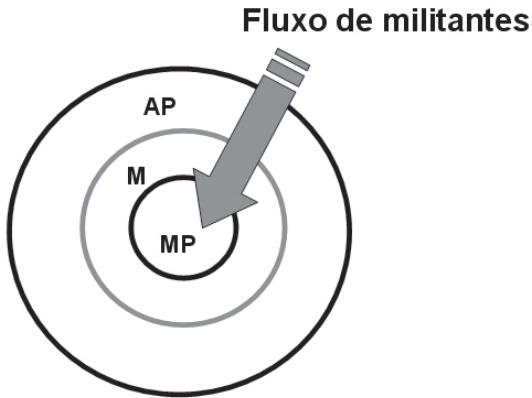
O próximo círculo, mais externo e distante do núcleo da organização anarquista, já não faz parte da organização, mas possui uma importância fundamental: o nível dos militantes de apoio. Esta instância busca agrupar todas as pessoas que possuem afinidades ideológicas com a organização anarquista. Os militantes de apoio são responsáveis por auxiliar a organização em seus trabalhos práticos, como por exemplo: na edição de panfletos, periódicos ou livros; na divulgação de material de propaganda; no auxílio no trabalho de produção de teoria ou de análises de conjuntura; na realização de atividades práticas para o trabalho social: atividades comunitárias, auxílio nos trabalhos de formação, atividades de logística, auxílio na organização dos trabalhos etc. Esta instância de apoio é onde as pessoas que possuem afinidades com a organização anarquista e seus trabalhos têm

contatos com outros militantes, podem aprofundar o conhecimento sobre a linha política da organização, conhecer melhor as atividades realizadas, aprofundar sua visão do anarquismo etc.

Portanto, a instância de apoio possui a importante função de auxiliar a organização anarquista a colocar em prática as suas atividades, buscando aproximar os interessados. Esta aproximação tem como objetivo futuro que alguns destes militantes de apoio tornem-se militantes da organização. A organização específica anarquista aproxima o maior número possível de militantes de apoio e, no trabalho prático, identifica aqueles que se interessam em entrar na organização e que possuem um perfil adequado para a militância. A proposta de entrada na organização pode ser feita dos militantes da organização para os militantes de apoio e vice-versa. Mesmo sendo cada militante que escolhe nível de compromisso que quer ter com a organização e onde quer estar, o objetivo da organização anarquista é sempre ter o maior número de militantes nos círculos mais internos, com maior nível de compromisso.

Vamos dar um exemplo prático: suponhamos que uma organização tenha deliberado trabalhar, internamente, com dois níveis de compromisso – ou dois círculos. Quando os militantes são novos, ingressam em um nível de “militante” e quando se passam seis meses e o militante está preparado e comprometido, ele passa ao nível de “militante pleno”. Vamos supor também que esta organização resolva ter um nível de militantes de apoio. O objetivo da organização será aproximar o maior número possível de militantes de apoio e, com base na

afinidade de cada um com a organização, passá-los ao nível de militante e, depois de seis meses, estando preparados, ao nível de militante pleno. Ilustremos como isso pode funcionar na prática.



Sendo AP o nível de militantes de apoio, M de militantes e MP de militantes plenos, o objetivo é o fluxo apontado pela flecha cinza. Passar de AP para M e de M para MP. Quem tiver interesse, segue este fluxo e quem não tiver, fica onde achar melhor. Por exemplo, se uma pessoa quer dar auxílios esporádicos, e não mais do que isso, pode querer ficar sempre em AP. A questão aqui é que toda vontade de trabalho de pessoas afins deve ser aproveitada pela organização. Não é porque uma pessoa tem pouco tempo, ou porque prefere ajudar de vez em quando que ela deve ficar afastada. Dentro de uma organização específica anarquista, deve haver lugar para todos os que querem contribuir. “O critério de seleção que nunca falha são os feitos. A aptidão e a eficácia do militante são medidas, fundamentalmente,

pelo entusiasmo e a aplicação com que desempenha suas tarefas.”¹¹

A lógica dos círculos concêntricos exige que cada militante e a própria organização tenham muito bem definidos os direitos e deveres de cada um dos níveis de compromisso. Isso porque não é justo que alguém tome decisões sobre aquilo que não vai cumprir. Um militante de apoio, que frequenta as atividades uma vez por mês e faz contribuições esporádicas, por exemplo, não pode deliberar sobre regras ou atividades que terão de ser cumpridas ou realizadas diariamente, visto que ele estará deliberando algo muito mais para os outros militantes do que para si mesmo.

É uma prática muito comum em grupos libertários, pessoas que possuem contribuições esporádicas decidirem sobre questões que quem acaba cumprindo ou realizando são os membros com contribuições mais permanentes. É muito fácil para um militante que aparece de vez em quando querer definir, por exemplo, a linha política da organização, já que não é ele que terá de seguir esta linha na grande maioria do tempo.

Estas são formas desproporcionais de tomada de decisão em que uns acabam deliberando algo para que outros realizem. No modelo dos círculos concêntricos, buscamos um sistema de direitos e deveres de forma que cada um tome decisões dentro daquilo que poderá e deverá cumprir depois. Assim, é normal que os militantes de apoio deliberem somente sobre aquilo que eles mesmos poderão realizar. Da mesma forma, é normal que os militantes da organização deliberem sobre aquilo que irão realizar. Desta maneira, tornamos proporcionais as

deliberações e seus cumprimentos e isso implica que a organização tenha critérios claros de entrada, definindo bem quem faz e quem não faz parte dela, e em que nível de compromisso estão os militantes.

Um importante critério de entrada é que todos os militantes que entrarem na organização devem concordar com sua linha política. Para isso, a organização anarquista deve possuir material teórico que explicita esta linha – de maneira menos aprofundada para quem ainda não é membro da organização e de maneira mais aprofundada para militantes. Quando alguém se interessa pelo trabalho da organização anarquista, mostrando interesse de aproximação, deve-se colocar esta pessoa como militante de apoio, passando a dar a ele o acompanhamento necessário. Como militante de apoio, depois de conhecer a linha política de maneira um pouco mais aprofundada, e de possuir afinidades com os trabalhos práticos da organização, a pessoa pode mostrar interesse em ingressar na organização ou a organização pode manifestar seu interesse para que este militante de apoio seja um militante. Em ambos os casos, o militante de apoio deve receber acompanhamento permanente da organização anarquista, que lhe passará material teórico que aprofunde sua linha política. Um ou mais militantes que conheçam bem esta linha discutirão, debaterão dúvidas, farão esclarecimentos. Havendo acordo do militante de apoio com a linha política da organização, e havendo acordo de ambas as partes, o militante integra a organização. É importante que em um período inicial cada novo militante tenha um acompanhamento de um outro antigo, que o orientará e preparará para o trabalho.

De qualquer forma, a organização anarquista deve sempre preocupar-se com a formação e o acompanhamento dos militantes de apoio e militantes, de forma que isso possa permitir-lhes mudar de nível de compromisso, se assim quiserem.

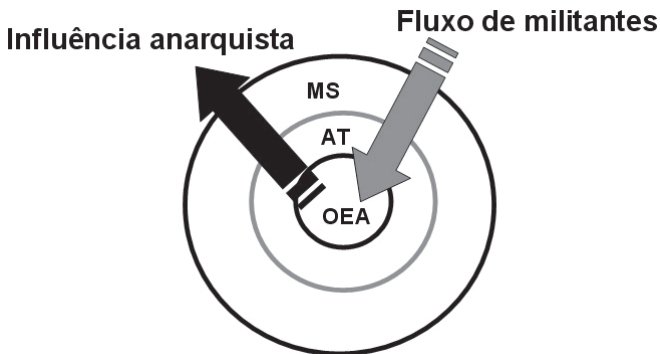
Esta mesma lógica dos círculos concêntricos funciona para o trabalho social. Por meio dela, a organização anarquista se articula para realizar o trabalho social da maneira mais adequada e efetiva. Como vimos, internamente a organização anarquista se divide em frentes, para a realização do trabalho prático. Para esta realização, há organizações que preferem estabelecer relações diretas com os movimentos sociais. Há outras que preferem apresentar-se por uma organização social intermediária, que podemos chamar de agrupamento de tendência.

Participar da tendência supõe aceitar um conjunto de definições que podem ser compartilhadas por companheiros de diversas origens ideológicas, mas que compartilham certas exclusões (a dos reformistas, por exemplo) imprescindíveis, se se procura obter um mínimo de verdadeira coerência operacional. [...] Os agrupamentos de tendência coordenados entre si e enraizados nos setores mais combativos do povo [...] são um nível superior ao anterior [o nível de massas].¹²

O agrupamento de tendência coloca-se então entre os movimentos sociais e a organização específica anarquista, reunindo militantes de ideologias distintas que possuem afinidades em relação a algumas questões práticas.

Como enfatizamos, há organizações anarquistas preferem apresentar-se diretamente nos movimentos sociais, sem a necessidade dos agrupamentos de tendências, e outras preferem apresentar-se por meio deles. Em ambos os casos há pontos positivos e negativos e cada organização deve definir a melhor forma atuar. Como os pontos de vista que defendemos nos movimentos sociais são muito mais práticos do que teóricos, pode ser interessante trabalhar com um agrupamento de tendência, agregando nele pessoas que concordam com algumas ou todas as posições que defendemos nos movimentos sociais (força, classismo, autonomia, combatividade, ação direta, democracia direta e perspectiva revolucionária) e que nos ajudarão a aumentar a força social na defesa destas posições.

Da mesma forma que no esquema acima, a idéia é que a organização específica anarquista busque inserção neste nível intermediário (agrupamento de tendência) e, por meio dele, apresente-se, realize seu trabalho nos movimentos sociais buscando inserção social. Ilustremos novamente como isso funciona na prática.



Sendo OEA a organização específica anarquista, AT o agrupamento de tendência e MS o movimento social, haverá dois fluxos.

O primeiro, da influência da OEA, que buscará se dar no AT e deste no MS. Vejamos alguns exemplos práticos. A organização anarquista que desejar atuar em um sindicato poderá compor uma tendência com outros militantes do movimento sindical que defendam algumas bandeiras específicas (perspectiva revolucionária, ação direta etc.) e por meio desta tendência, influenciar o movimento sindical, ou o sindicato em que se atua. Ou então, a organização anarquista deseja trabalhar com o movimento sem-terra e para isso, reúne no agrupamento de tendência pessoas que defendem posições semelhantes no movimento social (autonomia, democracia direta etc.). Por meio deste agrupamento de tendência, a organização específica anarquista atua no movimento sem-terra e, assim, busca influenciá-lo.

Esta forma de organização objetiva resolver um problema muito comum que encontramos na militância. Quando, por exemplo, conhecemos militantes muito dedicados, revolucionários, que defendem a autogestão, autonomia, democracia de base, democracia direta, etc. e deixamos de atuar com eles por não serem anarquistas. Estes militantes podem atuar com os anarquistas nos agrupamentos de tendência e defender juntos suas posições nos movimentos sociais.

O segundo fluxo que está no desenho mostra o objetivo do fluxo de militantes. Ou seja, neste esquema de atuação, o objetivo é levar as pessoas do movimento social que tenham afinidades práticas com os anarquistas

tas para dentro dos agrupamentos de tendência e dentro dele, aproximar da organização anarquista aqueles que possuem afinidades ideológicas. Da mesma forma que no esquema anterior, se um militante possui grandes afinidades práticas com os anarquistas, mas não é anarquista, ele deve ser membro da tendência e será fundamental para a realização do trabalho social. Se ele possui afinidades ideológicas, poderá se aproximar ou mesmo integrar a organização.

O objetivo da organização anarquista não é transformar todos os militantes em anarquistas, mas saber trabalhar com cada um dos militantes, da maneira mais adequada. Havendo interesses mútuos (do movimento social para a tendência ou da tendência para a organização anarquista) os militantes podem modificar suas posições nos círculos. Não havendo, cada um atua onde achar mais pertinente.

O processo decisório utilizado na organização específica anarquista é a tentativa de consenso, utilizando a votação quando o consenso não for possível. Diferente de parte das organizações e grupos libertários, acreditamos que o consenso não deve ser obrigatório. Como mencionamos anteriormente, além de o consenso ser uma forma de tomada de decisões muito pouco eficiente, tornando-se inviável quanto mais aumenta o número de pessoas envolvidas nas decisões, ele possui o grave problema de dar grande poder a agentes isolados. Em uma organização de 20 militantes, um poderia bloquear o consenso, ou mesmo, se 19 estivessem favoráveis a uma posição e 1 a outra, teria de haver um “meio termo” que consideraria de maneira muito desproporcional

o único dissidente. Para dar a devida eficiência ao processo decisório e não conferir muito poder a agentes isolados, escolhemos este modelo de decisão de tentativa de consenso e, quando não for possível, voto. “Se for no próprio seio da organização que o desacordo surgir, que a divisão entre maioria e minoria aparecer por questões secundárias, sobre modalidades práticas ou sobre casos especiais [...], então poderá ocorrer com maior ou menor facilidade que a minoria se incline a fazer conforme a maioria.”¹³ No caso de votação, todos os militantes da organização, mesmo aqueles que forem voto vencido, têm obrigação de seguir a posição que venceu. Este processo decisório é utilizado para o estabelecimento da unidade teórica e ideológica e também para a unidade estratégica e tática. Voltaremos a elas mais a frente. Neste momento basta enfatizar que para a luta que queremos travar, temos de por fim à dispersão e à desorganização e “a forma de superar isso é criar uma organização que [... se baseie] sobre a base de posições táticas e teóricas específicas, e que nos leve a um firme entendimento de como estas se devem aplicar na prática”¹⁴.

É importante colocar, também, que os militantes devem ter bom-senso na hora das deliberações por voto. Deve-se observar com cuidado as posições dos militantes que estão mais próximos das questões que são votadas, pois estas posições são mais importantes do que as daqueles que não estão próximos, apesar de elas terem o mesmo peso na votação. Quando acontece uma votação, pode ser simples para militantes não envolvidos com a questão que está sendo votada determinar aquilo que

outros terão de fazer. Situações deste tipo exigem cuidado, devendo ser evitadas aquelas em que todos os membros que forem realizar o que foi deliberado percam a votação e sejam obrigados a aplicar o que foi determinado por outros.

Ainda em relação às decisões, no momento em que elas estejam sendo tomadas “deve haver um grande espaço para todas as discussões e todos os pontos de vista devem ser analisados com todo o cuidado”¹⁵. Após a deliberação, se dividem “as responsabilidades, ficando os membros formalmente responsáveis por sua execução”, já que “a organização não faz nada por si só”. Então, “todas as atividades que se deliberar e que forem de responsabilidade da organização terão, de um jeito ou de outro, de ser executadas pelos seus membros” e, para esta execução, há a “necessidade de se dividir as atividades entre os militantes, buscando sempre um modelo que distribua bem essas atividades e que fuja da concentração de tarefas sobre os membros mais ativos ou capazes”. “A partir do momento em que um militante assume uma ou mais tarefas para com a organização, ele tem a obrigação de realizá-la e uma grande responsabilidade perante o grupo [...]. É a relação de compromisso que o militante assume com a organização.”

Além disso, acreditamos ser relevante, mais uma vez, reafirmarmos que “a autodisciplina é o motor da organização autogestionária” sendo isso também válido para a organização específica anarquista. Assim, “cada um que assume uma responsabilidade deve ter disciplina o suficiente para executá-la. Da mesma forma, quando a organização determina uma linha a seguir ou

algo a se realizar, é a disciplina individual que fará com que aquilo que se deliberou coletivamente se realize.” Pontuemos:

nós também pedimos disciplina, porque, sem entendimento, sem coordenação de esforços de cada um para uma ação comum e simultânea, a vitória não é materialmente possível. Mas a disciplina não deve ser uma disciplina servil, uma devoção cega aos chefes, uma obediência àquele que sempre diz para não se mexer. A disciplina revolucionária é a coerência com as idéias aceitas, a fidelidade aos compromissos assumidos, é se sentir obrigado a partilhar o trabalho e os riscos com os companheiros de luta.¹⁶

“Acreditamos que para que a nossa luta tenha frutos promissores, é fundamental que cada um dos militantes da organização tenha alto grau de comprometimento, responsabilidade e autodisciplina.”¹⁷ “É a vontade e o compromisso militante que farão com que caminhemos dia após dia, para o desenvolvimento das atividades da organização e para que possamos superar os obstáculos e preparar terreno para nossos objetivos de longo prazo.”¹⁸ Enfim, devemos saber que “a responsabilidade e a disciplina organizacionais não devem horrorizar: elas são companheiras de viagem da prática do anarquismo social”¹⁹.

Esta posição coloca uma relação de co-responsabilidade entre o militante e a organização, sendo que a organização anarquista “será responsável pela atividade revolucionária e política de cada membro, do mesmo

modo que cada membro será responsável pela atividade revolucionária e política”²⁰ da organização anarquista.

TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL

O trabalho social e a inserção social são as atividades mais importantes da organização específica anarquista.

Como já tratamos, vivemos em uma sociedade que coloca em campos opostos a classe dominante e as classes exploradas. Recordemos também que nossa luta é pelo estabelecimento de uma sociedade sem classes, o socialismo libertário. E que a forma de se chegar a esta nova sociedade, em nosso entender, é por meio da luta dos movimentos sociais, de sua conformação em organização popular e da revolução social. Para tanto, todo este processo deve se dar no seio das classes exploradas, que são as verdadeiras protagonistas da transformação social que reivindicamos.

Assim, se a luta do anarquismo aponta para os objetivos finalistas de revolução social e socialismo libertário, e se entendemos serem as classes exploradas as protagonistas da transformação rumo a estes objetivos, não há outro caminho ao anarquismo senão buscar uma forma de interação com estas classes. Por este motivo,

o anarquismo não pode continuar aprisionado nos limites de um pensamento marginal e reivindicado unicamente por uns poucos grupelhos, em suas ações isoladas. Sua influência natural sobre a mentalidade dos grupos humanos em luta é mais

do que evidente. Para que esta influência seja assimilada de modo consciente, ele deve, doravante, se munir de novos meios e iniciar desde já o caminho das práticas sociais.²¹

Na luta de classes, as classes exploradas estão sempre em conflito com a classe dominante. Este conflito pode se manifestar de maneira mais ou menos espontânea, mais ou menos organizada. O fato é que as contradições do capitalismo geram uma série de manifestações das classes exploradas e nós consideramos ser este o melhor terreno para plantar as sementes do anarquismo. Neno Vasco, ao falar da sementeira, utilizava uma metáfora para dizer que os anarquistas deveriam plantar as suas sementes nos terrenos mais férteis. Como já enfatizamos, para nós, este terreno é o campo da luta de classes.

Já que pretendemos plantar nossas sementes no seio da luta de classes, e já que entendemos serem as classes exploradas as protagonistas do processo de transformação social, estamos assumindo que para o anarquismo chegar aos seus objetivos finalistas, as classes exploradas são imprescindíveis. Quando explicitamos este ponto de vista, não estamos idolatrando essas classes ou mesmo assumindo que tudo o que fazem é sempre certo, mas estamos enfatizando que sua participação no processo de transformação social é absolutamente central. Portanto, nós anarquistas, “devemos sempre estar com o povo”²².

A forma de a organização específica anarquista buscar interação com as classes exploradas é por meio do que chamamos trabalho social. O trabalho social é a

atividade que a organização anarquista realiza em meio à luta de classes, fazendo o anarquismo interagir com as classes exploradas. O trabalho social dá ao nível político do anarquismo, um nível social, um corpo sem o qual o anarquismo é estéril. Por meio do trabalho social o anarquismo consegue realizar sua função de ser o fermento das lutas de nosso tempo. O trabalho social da organização anarquista se dá de duas maneiras: 1.) Com o trabalho permanente com movimentos sociais já existentes e 2.) Com a criação de novos movimentos sociais.

Desde nossa fundação, pensamos ser os movimentos sociais terreno privilegiado para nossa atuação, conforme colocado em nossa Carta de Princípios, quando afirmamos: “a FARJ propõe-se a trabalhar – desde já e sem intermediações – no sentido de interferir nas diversas realidades que compõem o universo dos movimentos sociais”²³. Conforme tratamos anteriormente, entendemos os movimentos sociais como resultado de “um tripé composto pela necessidade, vontade e organização”. Assim, os anarquistas organizados devem buscar estimular a vontade e a organização para uma mobilização que se baseie fundamentalmente na necessidade das classes exploradas. Estas, na maioria dos casos, estão desmobilizadas por “não terem o sentimento do seu direito, nem a fé na sua força; e como nem têm este sentimento, nem esta fé, [...] continuam a ser, durante séculos, escravos impotentes”²⁴. Neste processo de mobilização, devemos estimular este sentimento e esta fé. A partir de então, a questão da necessidade torna-se central, pois é por meio dela que se dá a mobilização. Poucos são aqueles que estão dispostos a lutar por uma idéia que só trará resulta-

dos de longo prazo. Por isso, para mobilizar o povo, devemos, antes de tudo, tratar das questões e dos problemas concretos que o afligem e que estão próximos a ele. Para conquistar sua confiança e a adesão

[...] é preciso começar por falar-lhe, não dos males gerais de todo o proletariado internacional, nem das causas gerais que lhe dão nascença, mas dos seus males particulares, cotidianos, privados. É preciso falar-lhe de sua profissão e das condições do seu trabalho, precisamente na localidade em que habita; da duração e da grande extensão do seu trabalho cotidiano, da insuficiência de seu salário, da maldade do seu patrão, da carestia dos víveres e da sua impossibilidade de nutrir e de instruir convenientemente sua família. E propondo-lhes meios para combater os seus males e para melhorar a sua posição, não é preciso falar-lhe logo dos objetivos gerais e revolucionários. [...] Primeiramente só é preciso propor-lhes objetivos que seu bom senso natural e sua experiência cotidiana não possam ignorar a utilidade, nem repeli-los.²⁵

Desta mesma forma, no processo de mobilização, pode-se colocar a questão de as pessoas não possuírem empregos, de não possuírem um lugar para morar etc. Por isso, a função da organização anarquista é explicitar as necessidades e mobilizar em torno delas. Seja na criação de movimentos sociais ou no trabalho com movimentos já existentes, a idéia central é sempre mobilizar em torno da necessidade.

Os movimentos sociais são as instâncias em que se dá a mobilização das classes exploradas e, portanto, são esses movimentos que fazem com que elas tenham uma prática política. Sua prática política desenvolve-se por meio de “toda atividade que tenha por objeto a relação [de confronto] dos explorados e oprimidos com os organismos do poder político, o Estado, o governo e suas distintas expressões”²⁶ além de outros organismos de sustentação do sistema capitalista. A prática política busca colocar o povo em combate contra as forças do sistema que o oprime e, portanto, incita o enfrentamento a estas forças, “a defesa e a ampliação das liberdades públicas e individuais, a capacidade de propostas que correspondam ao interesse geral da população ou a aspectos parciais do mesmo”. A prática política também pode ser “a insurreição como instância de questionamento violento a uma situação que queremos mudar [... e também] as propostas que, recolhendo as reivindicações populares enfrentam os organismos de poder, apresentam soluções a questões gerais e concretas e obrigam aqueles organismos de poder a adotá-las e torná-las válidas para o conjunto da sociedade”.

Por meio de sua prática política, os movimentos sociais devem impor todas suas conquistas às forças do capitalismo e do Estado. O povo deve exigir, impor e realizar, ele mesmo, todas as melhorias, conquistas, liberdades desejadas, conforme for sentindo necessidade, por meio da organização e da vontade. Estas reivindicações devem ser permanentes e aumentar progressivamente, exigindo cada vez mais, e buscando completa emancipação das classes exploradas.

Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, sua principal utilidade reside na própria luta. É por ela que os trabalhadores aprendem a defender seus interesses de classe, compreendem que os patrões e os governos têm interesses opostos aos seus, e que não podem melhorar suas condições, e ainda menos se emancipar, senão unindo-se entre si e tornando-se mais fortes. [...] Se conseguirem obter o que desejam, viverão melhor. Ganharão mais, trabalharão menos, terão mais tempo e força para refletir sobre as coisas que os interessam; e eles sentirão de repente desejos e necessidades maiores. Se não obtiverem êxito, serão levados a estudar as causas de seu fracasso e a reconhecer a necessidade de maior união, maior energia; e compreenderão, enfim, que para vencer, segura e definitivamente, é preciso destruir o capitalismo.²⁷

A prática política dos movimentos sociais traduzida nas lutas pelas conquistas de curto prazo traz o sentido pedagógico de ganho de consciência aos militantes, em caso de vitórias ou mesmo de derrotas.

Da mesma maneira funciona a prática política da organização específica anarquista. Afirmamos anteriormente que entendemos o anarquismo como uma ideologia e, neste caso, “um conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos, que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política”. O trabalho social é a principal parte da prática política da organização anar-

quista que, neste caso, interage com as classes exploradas organizadas nos movimentos sociais, retirando o anarquismo dos pequenos círculos e semeando amplamente suas idéias no seio da luta de classes.

Apesar disso, para nós, mais do que simplesmente interagir com os movimentos sociais, o trabalho social da organização específica anarquista deve buscar influenciá-los na prática, fazendo com que tenham determinadas características de funcionamento. Chamamos de inserção social o processo de influência dos movimentos sociais a partir da prática anarquista. Assim, a organização anarquista possui trabalho social quando cria ou desenvolve trabalho com movimentos sociais e possui inserção social quando consegue influenciar os movimentos com as práticas anarquistas.

A inserção social não tem por objetivo “ideologizar” os movimentos sociais, transformando-os em movimentos sociais anarquistas. Diferentemente, ela busca dar a eles algumas características determinadas, de forma que possam caminhar para a construção e desenvolvimento da organização popular, e apontar para a revolução social e o socialismo libertário. Busca fazer os movimentos sociais irem o mais longe possível.

Não queremos “esperar que as massas se tornem anarquistas” para fazer a revolução; tanto mais de que estamos convencidos de que elas nunca se o tornarão se inicialmente não derruirmos, pela violência, as instituições que as mantêm em escravidão. Como precisamos do concurso das massas para constituir uma força ma-

terial suficiente, e para alcançar o nosso objetivo específico que é a mudança radical do organismo social graças à ação direta das massas, devemos nos aproximar delas, aceitá-las como elas são e, como parte das massas, fazê-las ir o mais longe possível. Isso se quisermos, evidentemente, trabalhar de fato para realizar, na prática, nossos ideais, e não nos contentar em pregar no deserto, para a simples satisfação de nosso orgulho intelectual.²⁸

Recordemos que defendemos a posição que é a ideologia que deve estar dentro dos movimentos sociais e não os movimentos sociais que devem estar dentro da ideologia. A organização específica anarquista interage com os movimentos sociais buscando influenciá-los a ter as formas mais libertárias e igualitárias possíveis.²⁹ Apesar de tratarmos o anarquismo e os movimentos sociais como níveis de atuação diferentes, acreditamos que há uma relação de influência mútua entre os dois. Esta relação, complementar e dialética, faz com que o anarquismo influencie os movimentos sociais, e que os movimentos sociais influenciem o anarquismo. Quando tratamos da inserção social, estamos falando da influência do anarquismo nos movimentos sociais. Nesta relação, apesar de sustentarmos uma separação entre os níveis político (da organização anarquista) e social (dos movimentos sociais), não acreditamos que há hierarquia nem domínio do nível político para o nível social. Não acreditamos também que o nível político lute pelo social ou à frente dele, mas sim com ele, sendo esta, uma relação ética. Em sua atuação como minoria ativa, a organização especí-

fica anarquista luta com as classes exploradas e não por elas ou à frente delas, visto que “não queremos emancipar o povo, queremos que o povo se emancipe”³⁰. Discutiremos à frente, com um pouco mais de detalhes, esta relação entre a organização específica anarquista e os movimentos sociais.

Ao tratarmos da inserção social como a influência que a organização específica anarquista exerce nos movimentos sociais, entendemos ser importante detalhar um pouco mais, o que entendemos por “influenciar”. Influenciar, para nós, significa causar modificações sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas, por meio de persuasão, dos conselhos, dos exemplos, das orientações, inspirações e práticas. Antes de tudo, consideramos que na própria sociedade há, a todo tempo, uma multiplicidade de influências entre os diferentes agentes que influenciam e são influenciados. Podemos mesmo dizer que “renunciar a exercer influência sobre outros significa renunciar à ação social, ou inclusive à expressão dos próprios pensamentos e sentimentos, o que [...] é tender à inexistência”³¹. Mesmo a partir de uma perspectiva antiautoritária, esta influência é inevitável e saudável.

Na natureza, como na sociedade humana, que em si mesma não é outra coisa que natureza, todo ser humano está submetido à condição suprema de intervir da maneira mais positiva sobre a vida dos outros – intervindo de maneira tão poderosa quanto permite a natureza particular de cada indivíduo. Rechaçar esta influência recíproca significa conjurar a morte no pleno sentido da palavra. E quando pedimos liberdade

para as massas não pretendemos ter abolido a influência natural exercida sobre elas por qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos.³²

No trabalho prático, esta influência deve se dar a partir das características que buscamos dar aos movimentos sociais. Anteriormente, quando tratamos dos movimentos sociais e da organização popular, detalhamos mais estas características. Portanto, não nos ocuparemos neste momento, novamente, de detalhar todas elas. Apenas pontuaremos, mais uma vez e de maneira breve, quais são as características que devemos sustentar nos movimentos sociais. São elas: força, classismo, combatividade, autonomia, ação direta, democracia direta e perspectiva revolucionária.

Os movimentos sociais devem ser fortes, sem caber dentro de uma ideologia, já que impor a causa do anarquismo aos movimentos sociais “não seria outra coisa senão uma ausência completa de pensamento, de objetivo e de conduta comum, e [...] deveria conduzir, necessariamente, a uma impotência comum”³³. Devem ser classistas e possuir corte de classe, o que significa buscar participação ampla das classes exploradas e sustentar a luta de classes; devem ser combativos, estabelecendo suas conquistas por meio da imposição de sua força social; devem ser autônomos em relação ao Estado, aos partidos políticos, aos sindicatos burocratizados, à Igreja, entre outros organismos burocráticos e/ou autoritários, tomando suas decisões e agindo por conta própria.

Além disso, devem utilizar a ação direta como forma de ação política, em oposição à democracia repre-

sentativa. “Fundamentalmente se trata de fazer prevalecer o protagonismo das organizações populares, brigando pela menor mediação possível e assegurando que a mediação necessária não implique no surgimento de centros de decisão separados dos interessados”³⁴. Os movimentos sociais devem, ainda, utilizar a democracia direta como método de tomada de decisões, o que se dá nas assembléias horizontais em que todos os militantes decidem efetivamente, de maneira igualitária. A democracia direta não dá espaço a “nenhum gênero de privilégios, sejam estes econômicos, sociais ou políticos; [... e constitui] uma institucionalidade onde a revogabilidade dos membros está imediatamente assegurada e onde, portanto, não há espaço à habitual irresponsabilidade política que caracteriza a democracia representativa”³⁵. Finalmente, a perspectiva revolucionária, que “deve ser introduzida e desenvolvida nele[s] por um trabalho constante dos revolucionários que atuam fora e dentro de seu seio, mas não pode ser a manifestação natural e normal de sua função”³⁶.

A inserção social da organização específica anarquista nos movimentos sociais que se dá pela influência, deve apontar, em um segundo momento para a conexão das lutas e a criação da organização popular, buscando permanentemente aumentar sua força social.

Para a realização do trabalho e da inserção social a organização anarquista deve atentar para algumas questões.

A mobilização deve acontecer, principalmente, pela prática, pois é em meio à luta que o povo nota que pode conquistar mais e mais. Muito mais do que falar, deve-

mos ensinar pelo fazer, pelo exemplo, que é “melhor do que pelas explicações verbais que [o trabalhador] recebe dos seus camaradas, depressa reconhece todas as coisas pela sua própria experiência pessoal doravante inseparável e solidária com a do outros membros”³⁷. É muito relevante considerarmos que o processo de mobilização e de influência passa, além dos aspectos objetivos da luta, pelos aspectos subjetivos. Nossa prática vem mostrando que para se mobilizar e influenciar os movimentos sociais é muito importante utilizar, não só os aspectos racionais e objetivos, mas também aspectos emocionais e subjetivos, sendo eles os laços afetivos e amigáveis ou relacionamentos que naturalmente vão sendo construídos no seio das lutas. É também relevante identificar as pessoas dos bairros, das comunidades, dos movimentos, dos sindicatos etc. que possuem influência sobre os demais (lideranças locais oriundas das bases e legitimadas por elas) e focar nelas os esforços. Estas pessoas são muito importantes para auxiliar na mobilização das bases, para potencializar a influência anarquista, ou ainda, para integrar os agrupamentos de tendência. Feita desta maneira, a mobilização termina funcionando como uma certa “conversão”, sendo importante observar que

[...] só se pode converter os que sentem necessidade de ser convertidos, os que já trazem nos seus instintos ou nas misérias da sua posição quer exterior, quer interior, tudo o que quiserem dar-lhes; nunca converterão os que não sentem necessidade de nenhuma mudança, nem mesmo os que, desejando sair de uma posição da qual

estão descontentes, são impelidos, pela natureza dos seus hábitos morais, intelectuais e sociais, a procurar uma posição em um mundo que não é o das vossas idéias.³⁸

Neste processo de mobilização, a organização específica anarquista deve sempre, independente de qualquer coisa, atuar com ética, tratando de não querer estabelecer relações de hierarquia ou de domínio com os movimentos sociais; de dizer a verdade e nunca enganar o povo e sempre sustentar a solidariedade e o apoio mútuo em relação aos outros militantes. Da mesma maneira, deve ter uma postura propositiva, buscando construir e fazer os movimentos caminharem para frente e não só ficar apresentando posições críticas.

Mesmo quando as posições da organização anarquista não forem majoritárias, elas devem ser evidenciadas, deixando claros os pontos de vista que defende. Quando em contato com movimentos hierarquizados, a organização anarquista deve sempre ter em mente que o que interessa a ela é sempre a base dos movimentos sociais. Portanto, para qualquer tipo de trabalho, a organização deve sempre se aproximar, não dos dirigentes e daqueles que detêm as estruturas de poder dos movimentos sociais, mas sim dos militantes de base, que geralmente são oprimidos pela direção e que constituem a periferia, e não o centro dos movimentos.

Outra questão que deve ser observada é que os militantes da organização específica anarquista devem conhecer bem o ambiente em que estão atuando, possuindo presença constante nos movimentos sociais em

que se propõem a realizar trabalho social. O conhecimento do “terreno” em que se atua é fundamental para saber quais são as forças políticas em jogo, quem são os possíveis aliados, quem são os adversários, onde estão as forças, as fraquezas, as oportunidades, e os riscos. A presença constante é importante para que os militantes anarquistas estejam completamente integrados com os outros militantes dos movimentos sociais, que tenham reconhecimento, legitimidade, que sejam ouvidos, que sejam queridos, que sejam pessoas bem-vindas.

Em um esquema estratégico, podemos entender que a organização específica anarquista deve realizar o trabalho social, já que “como anarquistas e como trabalhadores, devemos incitá-los e encorajá-los [os trabalhadores] à luta e lutar com eles”³⁹. Incitando e encorajando o povo, devemos buscar a inserção social, e conseguir que os movimentos sociais trabalhem da forma mais libertária e igualitária possível. Com inserção social nos movimentos sociais, devemos conectar as lutas e construir a organização popular. Assim, conseguiremos estimular seu permanente aumento de força social e preparar as classes exploradas para a revolução social, já que “nosso objetivo é preparar o povo, moral e materialmente, para esta expropriação necessária; é tentar e renovar a tentativa, tantas vezes quanto a agitação revolucionária nos der a ocasião para fazê-lo, até o triunfo definitivo”⁴⁰, com o estabelecimento do socialismo libertário. Podemos dizer, então, que a função da organização específica anarquista no trabalho e inserção social é ser o “motor das lutas sociais. Um motor que nem as substitui e nem as representa”⁴¹. Julgamos poder constituir este

motor “participando combativamente no dia a dia de lutas dos movimentos populares em atividade, em um primeiro momento, no Brasil, na América Latina e, em especial, no Rio de Janeiro.”⁴²

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE TEORIA

Outra importante atividade da organização específica anarquista é a produção e a reprodução de teoria. Entendemos a teoria como “[um] conjunto de conceitos coerentemente articulados entre si [...], um instrumento, uma ferramenta, [que] serve para fazer um trabalho, serve para produzir o conhecimento que necessitamos produzir”⁴³. A teoria é fundamental tanto para a concepção de estratégia, como para a propaganda que a organização realiza. A estratégia busca aumentar a eficiência da atuação da organização anarquista ao passo que a propaganda é importantíssima no sentido de promover as idéias anarquistas.

Assim, entendemos este conjunto de conceitos coerentemente articulados – a teoria – como uma ferramenta imprescindível para a prática, para a realização de um trabalho concreto. Portanto, “se não nos serve para produzir novos conhecimentos úteis para a prática política, a teoria não serve para nada”⁴⁴.

Ao ser produzida no seio da organização específica anarquista, a teoria formaliza conceitos, visando fazer com que a organização: 1.) compreenda a realidade em que está atuando, 2.) trate de realizar um prognóstico dos objetivos do processo de transformação social e 3.)

defina as ações que serão realizadas para colocar em prática este processo. Chamamos este esquema de estratégia, e trataremos dele a seguir com maiores detalhes.

Ao buscar compreender a realidade em que se atua, a teoria ordena informações e dados, formaliza o entendimento do momento histórico em que se atua e a definição das características econômicas, políticas, sociais. Ou seja, realiza o diagnóstico completo da realidade em que a organização específica anarquista atua. Neste caso é importante, além de leituras gerais, se pensar regionalmente onde se atua, pois, caso isso não for feito, corre-se o risco de aplicar uma metodologia equivocada ao processo de transformação social (a “importação” de teorias prontas de outras épocas e outros contextos). No entanto, para nós a teoria não se encerra aí. É por meio dela que a organização anarquista faz um prognóstico dos objetivos que a transformação social que pretende imprimir ao sistema capitalista. A concepção do socialismo libertário e do processo revolucionário de transformação, só podem ser pensada, hoje, a partir de uma perspectiva teórica, já que na prática não estamos vivendo em um momento revolucionário.

Assim, a teoria organiza os conceitos que definem a transformação para a sociedade futura e esta própria sociedade, que são os objetivos finalistas da organização específica anarquista. A teoria também define como a organização anarquista deve atuar dentro da realidade em que se encontra para chegar aos seus objetivos finalistas. Desta maneira, toda reflexão que fazemos hoje sobre o processo completo de transformação social que pretendemos imprimir à sociedade é uma reflexão teó-

rica, já que, apesar de estar sendo colocado em prática, não acontece de maneira completa, mas parcialmente, com o desenvolvimento das etapas que dizem respeito ao início do processo. Outras etapas estão reservadas ao futuro e, hoje, também só podem ser pensadas de maneira teórica.

A teoria também é muito importante no processo de propaganda, já que, para a promoção das idéias anarquistas é necessário articular conceitos coerentemente. Apesar de a propaganda se dar – de maneira mais ampla – na prática, a teoria também tem nela papel bastante relevante. Quando a teoria é utilizada para a propaganda, ela formaliza o passado, com o estudo e a reprodução de teorias anarquistas, que têm por objetivo aprofundar o nível ideológico e fazer a ideologia anarquista mais conhecida. Pode também se dar em relação ao presente e ao futuro com a divulgação teórica de materiais que expliquem nossas críticas da sociedade presente, nossa concepção de sociedade futura e de processo de transformação social. É importante também que a produção de teoria vise atualizar aspectos ideológicos obsoletos ou que busquem adaptar a ideologia a realidades particulares e específicas. Todo este processo de propaganda teórica é fundamental para agregar pessoas em torno da nossa causa. Quando mais teoria se produzir e se difundir, mais fácil será a penetração do anarquismo em toda a sociedade.

Entendemos que a teoria é fundamental para a prática. Quando trabalhamos com conceitos corretos e bem articulados, a prática é muito mais eficiente. “Se não há linha [teórica] clara e concreta, não há prática política

eficaz”⁴⁵ e a vontade política da organização possui um sério risco de se diluir.

Apesar disso, não acreditamos que para atuar a organização anarquista precise, antes de mais nada, ter uma teoria desenvolvida e aprofundada. Aliás, há organizações que acreditam que o grande problema do anarquismo está na resolução, quase que matematicamente, da teoria anarquista. Para nós, apesar de defendemos com ênfase que a teoria é muito importante para uma prática eficiente, não acreditamos que uma teoria produzida sem contato concreto e prolongado com a prática possa dar quaisquer frutos promissores. A teoria promovida por intelectuais afastados das lutas ou com pouco trabalho social – intelectuais estes que julgam ter entendido a teoria mais do que os outros e encontrado respostas definitivas para as questões teóricas – tem pouca utilidade, pois, é na prática que verificamos se a teoria serve para alguma coisa; prática esta que necessariamente contribui com a teoria. Não acreditamos, como muito destes intelectuais, que apenas com uma teoria, teremos, obrigatoriamente, uma prática eficiente. Se essa teoria não for construída com um amplo e permanente contato com a prática, a chance de ela ter pouca utilidade é enorme.

Quando iniciamos a introdução deste texto com a epígrafe “para teorizar com eficácia é imprescindível atuar”⁴⁶ estávamos nos referindo justamente à idéia de que para a produção teórica coerente e eficiente, não há outra forma senão produzi-la, também, a partir das experiências práticas. Neste caso, não é sempre a teoria que determina a prática. Acreditamos que teoria e prática

são complementares e que a partir da teoria se pratica, mas a partir da prática também se teoriza. Se conseguimos teorizar hoje sobre nossa ideologia, é porque estamos colocando-a “à prova” em nossa prática cotidiana e verificando o que funciona, o que não funciona, o que está atualizado, o que necessita de atualização. Sabemos que, muitas vezes, “na prática, a teoria e outra” e isso vale acima de tudo para o anarquismo. Não é tudo o que se produziu ou se produz teoricamente no anarquismo que serve para a prática que pretendemos. Isso também vale para aspectos que são menos ideológicos, como análises de conjuntura, avaliação das forças políticas em jogo etc. que podem ser teorias até interessantes, mas que se não encontrarem coerência na prática, não nos servirão de nada.

O importante valor que conferimos à prática dá absoluta importância ao processo de trabalho e inserção social. Ele coloca a ideologia anarquista à prova, proporcionando à organização anarquista pensar melhor suas possibilidades, horizontes, ser muito mais pragmática, atuar com os pés no chão e conviver com a vida como ela é, e não como gostaríamos que fosse. Por este motivo, o trabalho e a inserção social possibilitam realizar com melhor precisão toda a produção teórica da organização anarquista.

A partir desta relação de teoria e prática, entendemos o caminhar teórico da organização específica anarquista como uma constante forma de teorizar, praticar, avaliar a teoria e se necessário reformulá-la, teorizar, praticar, e assim por diante.

Muitas organizações anarquistas definem a teoria somente como a compreensão da realidade em que se

está atuando. Desta forma, separam a teoria da ideologia, sendo a primeira este “conjunto de conceitos coerentemente articulados entre si” que serviria somente para a elaboração de respostas para o que chamamos de “primeira questão da estratégia”, ou seja, “onde estamos”. Neste sentido, a teoria se resumiria a buscar um entendimento profundo da realidade em que se atua. Nisso estamos de acordo. No entanto, acreditamos, como especificamos acima, que a teoria também serve para responder a segunda e a terceira questão da estratégia, ou seja, “onde queremos chegar”; e “como pensamos sair de onde estamos e chegar onde queremos”.

Assim, neste esquema estratégico, a teoria não se resume à primeira questão, mas busca responder também a segunda e a terceira questão. Além disso, esta teoria implicada na estratégia necessariamente possui elementos ideológicos e, portanto, neste caso, a teoria e a ideologia, apesar de conceitos distintos, não podem ser claramente separados. A teoria necessariamente carrega aspectos ideológicos e a ideologia necessariamente carrega aspectos teóricos. Há, portanto, um vínculo estreito entre uma e outra.

A partir desta compreensão de relação entre teoria e ideologia, pensamos que a organização específica anarquista deve trabalhar com o que chamamos *unidade teórica e ideológica*. Esta unidade se dá por meio do processo decisório da organização anarquista e tem por objetivo determinar uma linha política (teórica e ideológica) clara que deve, obrigatoriamente, nortear todas as atividades e ações da organização, que “tanto em seu conjunto como nos detalhes, deve estar em concordância

exata e constante”⁴⁷ com a linha definida pela organização. Não acreditamos que seja possível trabalhar com múltiplas concepções teóricas e ideológicas, sem que isso signifique conflitos permanentes e práticas sem eficiência. A falta desta linha política teórica e ideológica conduz a uma falta de articulação ou mesmo a uma articulação conflituosa no conjunto de conceitos, cujo resultado é uma prática equivocada, confusa e/ou ineficiente.

Com esta linha política bem definida, todos sabem como atuar e, no caso de haver problemas práticos, se conhece bem a linha que deverá ser revista. Quando a linha teórica e ideológica não está bem definida e há um problema, há dificuldades para saber o que deve ser revisto. É, portanto, a clareza desta linha que permitirá que a organização se aprofunde teoricamente.

PROPAGANDA ANARQUISTA

A organização específica anarquista também se dedica à propaganda anarquista. “A propaganda não é e não pode ser, senão a repetição contínua, incansável, dos princípios que devem servir-nos de guia na conduta que devemos seguir nas diferentes circunstâncias da vida.”⁴⁸ Assim, entendemos a propaganda como a disseminação das idéias do anarquismo, e, portanto, uma atividade fundamental da organização anarquista. Seu objetivo é fazer o anarquismo ser conhecido e atrair pessoas para nossa causa. A propaganda é uma das atividades da organização anarquista e não a única atividade. Ela

deve ser realizada constantemente e de maneira organizada.

“A propaganda da organização deve ser feita ininterruptamente, bem como a propaganda de todos os outros postulados do ideal anarquista”.⁴⁹ Para ter força, a propaganda precisa ser realizada constantemente. Uma propaganda que é feita de vez em quando, não é suficiente para fazer o anarquismo conhecido e muito menos para aproximar pessoas. Portanto, a primeira afirmação que fazemos é que a propaganda deve ser contínua.

Além disso, a propaganda não deve ser feita de maneira isolada, visto que, como toda atividade não-coordenada, não possui a força desejada. Como vimos, a organização – entendida como a coordenação de forças para a realização de um objetivo – multiplica os resultados do trabalho individual, e isto também vale para a propaganda. Quando estamos organizados, o resultado de nosso trabalho de propaganda – seja esta propaganda teórica ou prática – é multiplicado, e atinge resultados bem superiores à simples soma dos esforços individuais. Portanto, a segunda afirmação que fazemos é que a propaganda deve ser feita de maneira organizada, pois isso multiplica seus resultados.

A propaganda isolada, casual, que se faz muitas vezes para acalmar a própria consciência ou como simples alívio da paixão pela discussão, serve pouco ou nada. Nas condições de inconsciência e de miséria em que se encontram as massas, com tantas forças que as opõem, tal propaganda se esquece antes que seus esforços pos-

sam se acumular e terem resultados férteis. O terreno é muito ingrato para que sementes lançadas ao acaso possam germinar e enraizar-se.⁵⁰

Defendemos que a organização específica anarquista utilize todos os meios que estiver a sua volta para a realização desta propaganda constante e organizada. Primeiramente, no que diz respeito ao âmbito teórico, educacional e/ou cultural com a realização de cursos, palestras, debates, conferências, grupos de estudo, páginas na internet, e-mail, teatro, boletins, jornais, revistas, livros, vídeos, músicas, bibliotecas, atos públicos, programas de rádio, programas de televisão, escolas libertárias etc. Damos muito valor a toda esta propaganda e pensamos que ela é fundamental para atrair pessoas e fazer com que conheçam as críticas e também as propostas construtivas do anarquismo. Assim, é possível desenvolver nas pessoas valores antiautoritários, estimular suas consciências, fazer com que enxerguem a exploração e a dominação de maneira mais crítica, que vejam alternativas de luta e de organização. Estas pessoas podem se aproximar, buscar aprofundar seu conhecimento, envolver-se nas discussões e também organizar-se para a ação.

Este tipo de propaganda, quando realizado em grande escala, é fundamental, pois funciona como um “lubrificante” social que, aos poucos, modifica a cultura em que vivemos e faz com que a introdução das idéias e práticas anarquistas na sociedade seja mais fácil. Este trabalho massivo de propaganda transforma, aos poucos, a consciência das pessoas e faz com que a ideologia do

capitalismo, que já é transmitida em forma de cultura, seja mais questionada e até menos reproduzida. Como entendemos a consciência como uma capacidade que as pessoas possuem de conhecer valores e princípios éticos e de aplicá-los, acreditamos ser esta atividade de propaganda bastante relevante para o ganho permanente de consciência.

Em um primeiro momento para afastar preconceitos e a cultura capitalista; depois, para fazer com que as pessoas passem a ver o autoritarismo de maneira crítica. Finalmente, para levar parte destas pessoas para a luta contra este autoritarismo. Entendemos que qualquer processo de transformação social de objetivos finalistas como os que propomos, dependerá de uma aceitação, ou no mínimo da “não-rejeição”, de setores amplos da população. E a propaganda, neste sentido teórico, educacional e/ou cultural, contribuirá significativamente com isso. Assim, “a propaganda determinada pelos anarquistas organizadores é também uma forma de manifestação para preparar a sociedade futura: trata-se de uma colaboração com a finalidade de constituir um jeito de influenciar o meio ambiente e de modificar as suas condições”⁵¹. No entanto, devemos entender os limites desta propaganda.

A propaganda que diz respeito a este âmbito teórico, educacional e/ou cultural tem como principal objetivo aumentar o nível de consciência. Portanto, visa transformar as idéias das pessoas. E este é o motivo de enxergarmos neste modelo de propaganda sérios limites. Este ganho de consciência não significa, de maneira alguma, que a exploração e a dominação da sociedade

capitalista tenderão a diminuir. Não significa também que, necessariamente, as pessoas irão se organizar para lutar. Hoje, os grandes meios de comunicação e mesmo o crescimento das cidades, a fragmentação comunitária, dentre outros fatores, dificultam muito a propaganda em escala massiva e devemos lembrar que, mesmo quando não havia estas dificuldades, e quando a propaganda anarquista era muito forte – com centros de cultura funcionando permanentemente, jornais com tiragens altíssimas e periodicidade diária – a transformação social não foi garantida. No limite, podemos considerar que, ainda com todas as dificuldades que existem para realizarmos uma propaganda “de massa”, o ganho de consciência não significa obrigatoriamente organização e luta e nem o fim, ou mesmo a diminuição, da exploração e da dominação. Poderíamos dizer que, em uma situação hipotética, em que todos estão conscientes, ainda assim, continuaríamos a ser explorados e dominados. Portanto,

[...] nem os escritores, nem os filósofos, nem as suas obras, nem enfim os jornais socialistas, constituem ainda o socialismo vivo e forte. Este último só encontra existência real no instinto revolucionário esclarecido, na vontade coletiva e na organização [...] – e quando este instinto, esta vontade e esta organização faltam, os melhores livros do mundo não são senão teorias no vazio e sonhos impotentes.⁵²

Por este motivo justificamos que, além da propaganda que se dá no âmbito teórico, educacional e/ou cultural, devemos sustentar também, e principalmente,

uma propaganda que se dá na luta e na organização, ou seja, uma propaganda no trabalho social, com vista à inserção social.

Ao se dar no âmbito da luta de classes e dos movimentos sociais, o trabalho de propaganda anarquista tem por objetivo mobilizar, organizar e influenciar os movimentos sociais com a prática anarquista. Recordemos, insistentemente, que a influência dos movimentos pelo anarquismo significa buscar que tenham as características que defendemos: força, classismo, combatividade, autonomia, ação direta, democracia direta e perspectiva revolucionária. Para conseguir esta influência, a organização específica anarquista realiza sua propaganda, enfaticamente, por meio das palavras, e principalmente do exemplo⁵³.

Entendemos todo o processo de trabalho e inserção social que tratamos anteriormente como o principal trabalho de propaganda que a organização anarquista deve desenvolver. Na luta, enquanto minoria ativa, os anarquistas criam movimentos sociais, integram movimentos já existentes e buscam influenciá-los o quanto for possível, sempre pelo exemplo, a funcionarem da forma mais libertária e igualitária possível. Este trabalho se trata, portanto,

de educar para a liberdade, de elevar a consciência da sua [do trabalhador] própria força e da sua capacidade a homens habituados à obediência e à passividade. É necessário, portanto, proceder de maneira que o povo atue por si mesmo ou pelo menos que ele creia fazê-lo por ins-

tinto e inspiração própria, ainda que, na realidade, a coisa lhe tenha sido sugerida.⁵⁴

Desta forma, a propaganda anarquista serve para todo o processo de trabalho dos anarquistas enquanto minoria ativa no seio dos movimentos sociais e na própria criação da organização popular.

Quando fazemos propaganda anarquista, devemos pensar, necessariamente, no campo mais propício para isso. Entendemos que a melhor propaganda é aquela que realizamos em meio aos movimentos sociais que dão forma à luta de classes. Desta maneira, buscando as conquistas de curto prazo, trabalhando em meio ao povo organizado pela necessidade, entendemos poder plantar as sementes do nosso anarquismo por meio da propaganda, e conduzir a sociedade a um processo revolucionário que abra caminho ao socialismo libertário. Não que outras alternativas não nos sirvam, mas esta reflexão de “onde e para quem fazer propaganda” deve sempre ser feita.

FORMAÇÃO POLÍTICA, RELAÇÕES E GESTÃO DE RECURSOS

Finalmente, trataremos um pouco sobre outras atividades da organização específica anarquista: formação política, relações e gestão de recursos.

A formação política é fundamental para o funcionamento da organização anarquista. No nível político, da organização específica anarquista, a formação possui

como principal objetivo aumentar o conhecimento e a profundidade teórica e ideológica dos militantes da organização. Ela também dá suporte aos novos militantes para que as diferenças de nível de formação entre os menos e os mais formados sejam as menores possíveis e para que o alto nível de discussão dentro da organização não seja prejudicado por estas diferenças. Em termos gerais, a formação política promove o desenvolvimento teórico e ideológico da organização e garante a unidade. Para os militantes de apoio da organização específica anarquista, a formação política oferece as bases teóricas e ideológicas para que sua linha política seja compreendida.

A formação política do nível político aprofunda as problemáticas históricas, atuais e futuras, da mesma forma que o conhecimento sobre outras correntes ideológicas e movimentos sociais. Ela é promovida de várias maneiras: pelos cursos e cadernos de formação de militantes, pelos seminários de formação, pela autoformação que os militantes fazem por conta própria, entre outras.

No nível social, dos movimentos sociais, a organização anarquista também trabalha com a formação política no sentido de promover o desenvolvimento da teoria e da ideologia. Esta formação serve, em um primeiro momento, para mobilizar as pessoas. Depois, para formar militantes de base e dar o suporte necessário para que estes possam se desenvolver teoricamente e, se possível, integrar os agrupamentos de tendência. Finalmente, a formação política busca desenvolver os militantes que atuam no agrupamento de tendência e, havendo afinidades ideológicas, integrá-los na organização anarquista.

Esta formação política no nível social é fundamental para politizar os militantes. Para que os movimentos sociais tenham as características desejadas e para que apontem para a construção da organização popular, é fundamental que se politize os militantes o máximo possível, e nisso, a formação política tem destacado papel.

Praticamente, esta formação política do nível social também pode se dar de várias maneiras: com o aprofundamento de problemáticas históricas, atuais e futuras e com o conhecimento do anarquismo e de movimentos sociais; com cursos e cadernos de formação sociais; com palestras e debates; entre outras.

A formação política possui grande importância em todo o movimento pretendido para a militância dentro da lógica dos círculos concêntricos apresentada anteriormente, tanto no nível político, quanto no nível social.

As relações da organização específica anarquista também são fundamentais e dividem-se, da mesma forma, nos níveis político e social.

No nível político, a organização anarquista busca se relacionar com organizações, grupos e indivíduos de todas as localidades, de maneira que isso possa contribuir com sua atuação. As relações podem ser mais ou menos orgânicas, mais ou menos formais. De qualquer maneira, é importante possuir interlocutores e visar organizações confederais mais amplas, que agrupem diversas organizações anarquistas. No nível social, busca conhecer e se relacionar com movimentos sociais, vincular-se mais ou menos a eles, ou ainda ter contato com outros organismos como universidades, conselhos, fundações, ONGs, organismos de direitos humanos, ecológicos etc.

A gestão de recursos da organização específica anarquista é feita por meio dos projetos de auto-sustentação, que acontecem com a arrecadação de fundos dos próprios militantes, de outras pessoas ou mesmo por meio de iniciativas como cooperativas etc. e que são fundamentais para sustentar a organização anarquista e todas as suas atividades. Mesmo sendo contra a lógica do capitalismo, enquanto vivermos dentro dele teremos de conseguir arrecadar e gerir fundos para a realização de nossas atividades. Estes fundos são importantes: para a realização dos trabalhos sociais (transporte dos militantes etc.); para a compra de livros; para a impressão de material de propaganda (panfletos, jornais, livros, vídeos etc.); para estruturas da organização (manutenção de espaços etc.); para viagens e outras atividades.

AS RELAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO ESPECÍFICA ANARQUISTA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Tratamos, até aqui, por várias vezes, da separação entre os níveis político e social de atuação. Pretendemos expor, com um pouco mais de detalhes, o que entendemos por cada um destes níveis, as forças e fraquezas de cada um deles e, principalmente, a forma que entendemos poder relacionar um e outro.

Para nós, o nível social é o âmbito em que se desenvolvem os movimentos sociais e no qual deve se buscar a construção e aumento de força social da organização popular. Ele tem como atores privilegiados os movimentos

sociais, mas não está resumido a eles. Neste nível, quando tratamos dos movimentos sociais, já enfatizamos que eles não devem caber dentro de uma ideologia, mas devem ser formados em torno da necessidade; uma causa comum e concreta. Eles devem estar organizados em torno de questões pragmáticas e concretas que busquem, em caso de vitórias, melhorar as condições de vida das classes exploradas. Os movimentos sociais podem estar organizados para lutar pela questão da terra, por moradia, por trabalho, para defender os trabalhadores dos patrões, para reivindicar melhorias na comunidade, para defender muitas outras questões. Dentro desses movimentos devem estar todos aqueles que têm interesse na luta por estas questões e que poderão se beneficiar, caso a luta seja vitoriosa.

Como vimos, quanto mais esses movimentos sociais estiverem organizados e possuírem estas características desejadas (força, classismo, combatividade, autonomia, ação direta, democracia direta e perspectiva revolucionária), mais eles terão condições de construir a organização popular e aumentar permanentemente sua força social. Entendemos que é somente com a convergência dos diversos movimentos sociais na construção da organização popular que teremos condições de superar o capitalismo e o Estado, e construir o socialismo libertário por meio da revolução social. Ou seja, o nível social é o nível mais importante para a transformação social que pretendemos imprimir à sociedade e, sem ele, qualquer mudança que se pense não poderá ter resultados outros senão a criação de uma nova classe de exploradores. Portanto, o nível social é o grande protagonista no processo de transformação social.

Apesar disso, como vimos, algumas características são inerentes a este nível social, o que acaba complicando este processo de transformação social (movimentos sociais → organização popular → revolução social → socialismo libertário). Primeiramente, pois as diversas forças políticas que interagem com os movimentos sociais, e os próprios movimentos sociais, muitas vezes fazem com que eles não tenham as características desejadas para que este processo de transformação aconteça.

As dificuldades que surgem a partir das forças autoritárias que atuam nos movimentos sociais são muitas: há organizações que buscam ideologizar os movimentos, fazendo com que sejam fracos; há organizações que tentam aparelhá-los, fazendo-os funcionar para seus próprios fins (que são diferentes dos fins dos movimentos); há movimentos que não buscam o envolvimento das classes exploradas e acabam se tornando uma “vanguarda” descolada das bases; há movimentos que funcionam somente com a ajuda dos governos e dos capitalistas; há movimentos completamente atrelados a políticos, partidos, e outros agrupamentos autoritários; há movimentos que querem eleger candidatos e só participar politicamente por meio da democracia representativa; há movimentos que sustentam uma relação hierárquica em que a direção decide e a base somente obedece; há movimentos reformistas; há movimentos isolados que não querem se conectar com outros; há movimentos que não produzem teoria e análise de conjuntura; dentre muitas outras.

Outras dificuldades surgem pelo próprio funcionamento dos movimentos sociais. Como eles estão sempre

organizados em torno de lutas de curto prazo, há um risco muito grande de seu objetivo último terminar sendo a simples vitória nessas lutas. Quando isso acontece, muitos movimentos sociais passam a ser movimentos reformistas – ou seja, movimentos cujo fim é um ajuste ou uma conquista dentro do sistema capitalista. Estas lutas de curto prazo, na maioria das vezes, distanciam os movimentos sociais da luta revolucionária. Além disso, como na maioria dos casos estes movimentos são formados de maneira espontânea, há, inegavelmente, uma dificuldade de organização para levar a cabo qualquer luta de longo prazo. “Por isso, o espontaneísmo, as mobilizações espontâneas de massas, reflexo de um acúmulo de problemas sem solução que logo ‘estouram’, se não forem canalizados e instrumentalizados adequadamente, dificilmente transcendem ao plano político em termos de modificar as relações de poder.”⁵⁵ Como vimos, os movimentos sociais ainda estão muito sujeitos a variações de conjuntura, e elas, por vezes, são responsáveis pela desmobilização. Estes processos de refluxo fazem, também, muitas vezes, com que se perca o acúmulo e o aprendizado nas lutas.

Ou seja, se por um lado o nível social deve ser o grande protagonista da transformação social, por outro ele possui sérios limites para que isso aconteça. Entendemos que esta transformação será o resultado de um complemento deste nível social, feito pelo nível político.

O nível político é o âmbito em que se desenvolve a organização específica anarquista. Diferente do nível social, o nível político é um nível ideológico; um nível anarquista. “O problema do poder, decisivo em uma

transformação social profunda, só pode ser resolvido a nível político, através da luta política. E esta requer uma forma específica de organização: a organização política revolucionária.”⁵⁶

Este nível político deve, necessariamente, interagir com o nível social, pois entendemos que sem o nível social, o nível político é incapaz de realizar a transformação social desejada. Assim, o nível político tem absoluta necessidade do nível social, que, como falamos, é o protagonista da transformação social.

Não é possível uma insurreição, nem um processo de luta prolongada estando de costas ou distantes das massas. A predisposição espontânea dessas, que é função da organização política canalizar em termos de organização e desenvolver ideologicamente, tem sempre um papel absolutamente principal. Não se pode realizar uma revolução à margem ou apesar da gente. E menos construir um novo sistema social sem a adesão inicial pelo menos de um setor bastante amplo do povo.⁵⁷

A organização específica anarquista tem por objetivo colocar em prática uma política revolucionária que concebe os meios de se chegar aos objetivos finalistas (revolução social e socialismo libertário), sempre com uma atuação baseada na estratégia. Para isso, organiza-se como minoria ativa coordenando as atividades militantes ideológicas que funcionam como fermento para as lutas do nível social. A principal atividade realizada por este nível político é o trabalho social que acontece

quando o nível político interage com o nível social. Neste contato, o nível político busca influenciar o nível social o quanto for possível, fazendo-o funcionar da maneira mais libertária e igualitária possível. Vimos que isso pode acontecer diretamente entre a organização anarquista e os movimentos sociais, ou pelos agrupamentos de tendência. A partir do momento que o nível político consegue isso – ainda que parcialmente – dizemos que ele possui inserção social. É somente por meio desta inserção social que entendemos ser possível construir a organização popular e, aumentando sua força social, chegar aos objetivos finalistas. Portanto, para nós, assim como o nível político tem necessidade do nível social, o nível social também tem necessidade do nível político.

Daí a necessidade de uma atividade ideológica de esclarecimento (e de dispor dos elementos necessários a ela) que não é contraditória, mas complementar a outros níveis de luta (econômico, militar etc.). Por atividade ideológica não entendemos, obviamente, a pregação intelectual, “educacionista”, que se remete mais ou menos exclusivamente à difusão de “teoria” revolucionária, ainda que, esclareçamos, esta também possui sua importância. Atividade ideológica é algo mais que a mera difusão de conhecimentos teóricos. Os fatos, a própria prática política, são ingredientes, elementos decisivos da integração de um nível de consciência revolucionária. [...] Um resultado ideológico essencial firma-se em demonstrar diante do povo uma perspectiva de vitória, um caminho de esperan-

ça, de confiança na possibilidade de uma transformação profunda, revolucionária. [...] E esta função “demonstrativa” [...] é função de uma minoria politicamente organizada, com um nível ideológico, de consciência que não pode ser gerada na prática espontânea das massas. Um nível que supõe a superação do espontaneísmo.⁵⁸

Assim, entendemos que os níveis político e social são complementares. Isto porque o nível político, neste processo de influência que se dá quando acontece a inserção social, busca dar ao nível social as características desejadas, que muitas vezes lhes faltam – algumas delas pelas influências de forças políticas autoritárias e outras pelo próprio funcionamento deste nível social.

Nesta interação com o nível social, o nível político deve: lutar para que os movimentos não sejam ideologizados; para afastar a influência negativa de todos os autoritários impedindo que usem os movimentos sociais para seus próprios fins; envolver o máximo possível as classes exploradas no processo de luta e fazendo com que elas sejam as verdadeiras protagonistas da transformação social; fazer com que os movimentos não vivam de ajudas e favores da classe dominante, mas que imponham suas conquistas pela força; fazer com que os movimentos não estejam vinculados a políticos, partidos, e outros agrupamentos autoritários; que não busquem a eleição de representantes no sistema parlamentar, mas que façam sua própria política; para que todos dos movimentos possam discutir e deliberar todas as questões, da maneira mais democrática possível; para que não haja hierarquia; para

que os movimentos utilizem as conquistas de curto prazo para construir um projeto revolucionário de longo prazo; para que os movimentos sociais se conectem e construam a organização popular; para que auxiliem na elaboração e na produção de teoria e das análises de conjuntura necessárias; para que o espontaneísmo seja transformado em organização; para que, nos casos de refluxo, o acúmulo e o aprendizado nas lutas não se percam.

O nível social tem como característica os fortes fluxos e refluxos, pois variam mais que o nível político, em relação à conjuntura. Assim, uma importante função nível político é garantir a continuidade da ideologia e o acúmulo das lutas nos momentos de refluxos (ou mesmo de fluxos) do nível social. Isso porque “a organização política [anarquista] é também o âmbito em que se vai acumulando a experiência de luta popular, tanto em nível nacional como internacional. Uma instância que impede que se dilua o saber que os explorados e os oprimidos vão adquirindo com o tempo.”⁵⁹ Nos momentos de fluxo dos movimentos sociais, o papel da organização específica anarquista é impulsioná-los. Nos momentos de refluxo, seu papel é “manter a chama acesa”, ou seja, aguardar e preparar as novas oportunidades de agir.

O anarquismo não aspira à conquista do poder político, à ditadura. Sua principal aspiração é ajudar as massas a tomar a via autêntica da revolução social e a construção do socialismo. Mas não basta que as massas tomem o caminho da revolução social. Também é necessário manter esta orientação da revolução e de seus obje-

tivos: a supressão da sociedade capitalista em nome da sociedade dos trabalhadores livres.⁶⁰

Desta forma, o processo de influência do nível político para o nível social busca garantir que ele possua as características desejadas. Nos casos de elas já existirem, então o nível político somente acompanha, em caso de elas não existirem, ele luta para que elas existam.

Quando definimos o nível político como a organização específica anarquista de minoria ativa, estamos buscando um significado oposto ao da organização autoritária de vanguarda. Os autoritários, ao também proporem uma diferenciação entre os níveis político e social, acreditam que o nível político possui uma relação de hierarquia e domínio em relação ao nível social. Assim, a hierarquia e o domínio de dentro do seu nível político (dos partidos autoritários) se reproduzem em suas relações com o nível social. Da mesma maneira, os autoritários entendem a reprodução da consciência, que funciona com hierarquia e domínio dentro do nível político, e que no seu entender, deve ser levada do nível político para o nível social, dos “conscientes” para os “inconscientes”. Assim funciona a relação de hierarquia e domínio do nível político para com o nível social. A relação não é de mão dupla, do político para o social, e vice-versa, mas sim, uma relação de mão única, somente do político para o social – que termina sendo uma correia de transmissão das idéias do político. A idéia autoritária, que sustenta a vanguarda como um facho de luz que tem o objetivo de iluminar o caminho do povo, é um exemplo disso. O nível social, na escuridão, dependeria da luz do

nível político. Sabemos, por diversos exemplos históricos, que nesta relação em que o nível político luta pelo social, o nível político obtém posições de privilégio.

Porém, nós anarquistas não podemos emancipar o povo, queremos que o povo se emancipe. Não acreditamos no bem que vem do alto e se impõe pela força; queremos que o novo modo de vida social surja das vísceras do povo, que corresponda ao grau de desenvolvimento alcançado pelos homens e que possa progredir na medida em que eles progridem. A nós importa, portanto, que todos os interesses e todas as opiniões encontrem em uma organização consciente a possibilidade de fazer-se valer e de influir sobre a vida coletiva em proporção a sua importância.⁶¹

A relação entre os níveis político e social implica, necessariamente, para qualquer organização específica anarquista, uma discussão séria sobre a questão da ética. Assumimos desde o início: “a FARJ respeitará os firmes preceitos éticos que a sustentam, promovendo o desenvolvimento de uma cultura política que se baseie no respeito à pluralidade de perspectivas e à afinidade de objetivos”⁶².

É por meio da ética, e somente por meio dela, que a organização anarquista não atua como um partido autoritário (mesmo que revolucionário). A ética do anarquismo, diferente de todas as outras ideologias, sustenta uma posição única de relação entre os níveis político e social. Por este motivo, a ética é absolutamente central a qualquer organização anarquista que queira realizar

trabalho com os movimentos sociais. Diferentemente da organização de vanguarda, o nível político organizado como minoria ativa, que atua com ética, não possui relação de hierarquia e nem de domínio em relação ao nível social. Para nós, como enfatizamos, os níveis político e social são complementares e possuem uma relação dialética. Neste caso, o nível político complementa o nível social, assim como o nível social complementa o político.

Ao contrário do que propõem os autoritários, a ética da horizontalidade que funciona dentro da organização específica anarquista se reproduz em sua relação com os movimentos sociais. Quando em contato com o nível social, a organização específica anarquista atua com ética e não busca posições de privilégio, não impõe sua vontade, não domina, não engana, não aliena, não se julga superior, não luta pelos movimentos sociais ou à frente deles. Luta com os movimentos sociais, não avançando nem um passo sequer além do que eles pretendem dar.

Entendemos que a partir desta perspectiva ética de nível político, não existe fogo que não seja aceso coletivamente; não há como ir à frente, iluminando o caminho do povo, enquanto o próprio povo vem atrás na escuridão. O objetivo da minoria ativa é, com ética, estimular, estar junto ombro a ombro, prestar solidariedade quando ela é necessária e solicitada. Por isso, diferentemente da vanguarda, a minoria ativa é legítima.

A candidatura individual de apoio ao movimento social deve estar condicionada às atitudes dos que nessa situação pretendem atuar. O apoio, ou mesmo militante organicamente legitimado,

deve demonstrar que está disposto a ouvir muito mais do que falar. Deve se inteirar das circunstâncias em que vivem os membros naturais que compõem o movimento social específico no qual está atuando. Como parte de um todo, ou seja, de uma organização, deve crescer com ela e não, de forma autoritária e vertical, definir seus caminhos e sua forma. É importante lembrar que um processo de construção coletivo é sempre e, antes de tudo, um processo de autoformação. Com o tempo, se seguidos os devidos códigos do grupo, e só dele, o apoio ou militante perceberá que o mais importante é contrastar sua ideologia com a realidade do grupo e não tentar reduzir o movimento social às suas certezas ideológicas.⁶³

Isso não significa que defendemos um certo tipo de “basismo”, que entende ser correto tudo aquilo que defendem os movimentos sociais. Sabemos que estes movimentos, na maioria das vezes, possuem características diferentes das desejadas por nós, e o que é pior: de tempos em tempos dão guinadas à direita, e sustentam posições capitalistas ou mesmo ditatoriais, como foi o caso do fascismo. Portanto, se por um lado não acreditamos que devemos estar à frente dos movimentos sociais, também não acreditamos que devemos estar atrás deles, seguindo todas as suas vontades. Queremos estar em posição de igualdade e, ao vermos que se distanciam das posições que julgamos ser as mais corretas para o pretendido projeto de transformação social, lutarmos internamente e buscarmos influenciá-los a terem as características já explicitadas.

Não é que acreditamos que as massas têm sempre razão ou que queiramos sempre segui-las em seus humores mutáveis. Temos um programa, um ideal a fazer triunfar, e é por isso que nos distinguimos da massa e somos homens de partido. Queremos agir sobre ela, impeli-la ao caminho que acreditamos ser o melhor; mas como nosso objetivo é libertar e não dominar, queremos habituá-la à livre iniciativa e à livre ação.⁶⁴

Além disso, ao contrário dos autoritários, para nós, o nível social influencia e deve sempre influenciar o nível político. Ou seja, o nível político, ao confrontar sua ideologia com a prática do nível social também terá contribuições importantíssimas e que devem ser acrescentadas à organização anarquista. Só entendemos ser possível o nível político conceber uma teoria revolucionária consistente, a partir do momento que tem contato com a prática no nível social. Assim, defendemos que esta via de mão dupla entre o político e o social tem também muito a acrescentar ao nível político.

Pensamos que esta divisão entre os níveis político e social será necessária até o momento em que a revolução social estiver consolidada e assegurada, estando o socialismo libertário em funcionamento. Neste momento, o nível político deve fundir-se no nível social.

NECESSIDADE DE ESTRATÉGIA, TÁTICA E PROGRAMA

É imprescindível que a organização específica anarquista trabalhe com estratégia. Podemos definir estraté-

gia, a partir da formulação de respostas para três questões: 1.) Onde estamos? 2.) Onde queremos chegar? 3.) Como pensamos sair de onde estamos e chegar onde queremos? A estratégia é, então, a formulação teórica de um diagnóstico da presente situação, a concepção da situação em que se deseja chegar e de um conjunto de ações que terão por objetivo transformar a presente situação, fazendo-a chegar na situação desejada. Podemos, ainda, dizer que “entendemos a estratégia como um conjunto de elementos reunidos de maneira sistemática e coerente que aponta para grandes objetivos de tipo finalista. [...] e] une os objetivos finalistas com a realidade histórica específica”⁶⁵.

Conceber nossa estratégia de transformação social é o que estamos tentando realizar neste texto. Primeiramente, refletindo sobre a primeira questão, e mapeando o capitalismo e o Estado, que dão corpo à sociedade de dominação e exploração, depois, refletindo sobre a segunda questão, tratando de conceber nossos objetivos finalistas de revolução social e socialismo libertário. Finalmente, refletindo sobre a terceira questão e propondo uma transformação social que se dê a partir dos movimentos sociais, constituídos em organização popular, em interação permanente com a organização específica anarquista. Tudo isso, considerando prioritariamente os interesses das classes exploradas. Assim, por trás da concepção de todo este material teórico, está um raciocínio estratégico. Neste caso, a estratégia foi usada para conceber uma proposta de transformação social da atual sociedade, buscando conduzi-la ao socialismo libertário, o que podemos chamar de estratégia perma-

nente, uma estratégia muito ampla que dá conta de nossos objetivos de longo prazo.

A estratégia também pode ser concebida de maneiras menos amplas, e até mesmo restritas. Qualquer ação que a organização específica anarquista, ou mesmo os militantes, pretenda levar a cabo, pode ser concebida de maneira estratégica. Uma frente da organização anarquista, por exemplo, pode conceber seu trabalho “respondendo” assim às três questões colocadas anteriormente:

- 1.) Hoje não temos inserção no movimento comunitário de um determinado bairro que está crescendo muito e julgamos que lá pode ser desenvolvido um bom trabalho.
- 2.) Desejamos, em um ano, poder estar realizando um trabalho social regular com alguma inserção.
- 3.) Para isso, trataremos de realizar a aproximação deste movimento, conhecê-lo mais de perto, começar uma prática permanente de trabalho social, buscando inserção social.

Da mesma forma, um militante pode, por exemplo, fazer uma proposta de autoformação política, também respondendo às três questões.

- 1.) Tenho deficiências em uma determinada questão teórica e creio que isso está prejudicando minha militância.
- 2.) Gostaria, em seis meses, de resolver este problema, pois creio que isso vai me dar mais possibilidades na militância.
- 3.) Vou realizar isso, primeiramente, conversando com os companheiros mais experientes da minha organização e pedindo uma orientação de onde eu posso encontrar material sobre o assunto, depois vou ler todo o material e propor um debate com outros companheiros, finalmente, formalizarei minhas idéias em um texto e apresentarei à organização para os companheiros darem suas opiniões.

Em resumo, tudo na organização, do mais complexo ao mais simples, pode e deve ser realizado de maneira estratégica.

Na organização específica anarquista, a questão de elaboração de estratégia é tratada da maneira seguinte. Deve haver sempre um amplo debate sobre a estratégia, incluindo as três questões listadas acima. A organização anarquista deve buscar realizar um diagnóstico da realidade dentro da qual ela atua, fixar os objetivos finalistas de longo prazo, e o mais importante que é determinar os diversos períodos e ciclos de luta, cada um com seus respectivos objetivos. Essa linha “macro” (de diagnóstico, objetivos de médio e longo prazo) é chamada de estratégia e os grandes objetivos, os objetivos estratégicos. A estratégia, em seguida, é detalhada em uma linha mais “micro”, ou seja, tática, que determina os objetivos de curto prazo e as ações que são colocadas em prática por militantes ou grupos de militantes que visam atingir os objetivos táticos de curto prazo. Obviamente, o alcance dos objetivos táticos deve contribuir com a aproximação, ou mesmo com o alcance, dos objetivos estratégicos.

Quando esta linha estratégica-tática da organização está estabelecida, um plano de ação é determinado e cada militante tem uma função bem definida e objetivos claros a serem atingidos. É interessante que se estabeleçam prazos para as realizações das ações, com aferimentos dos resultados nos finais de cada período ou ciclo. Estes aferimentos são feitos por avaliações de como caminharam as atividades, se elas rumaram para onde estávamos imaginando, se erramos em alguma coisa. Em

resumo: vemos se estamos caminhando rumo aos objetivos estabelecidos, ou se estamos nos distanciando deles. Se for o primeiro caso, corrigimos os erros, fazemos ajustes e prosseguimos no mesmo caminho. Se for o segundo, mudamos as ações táticas e eventualmente a estratégia, fazendo o mesmo processo novamente dentro de algum tempo. É este processo de caminhar, avaliar, prosseguir, reavaliar etc. que faz a organização caminhar com estratégia e prosseguir corretamente na luta. Assim,

[...] a estratégia proporciona somente lineamentos gerais para um período. É a tática que a encarna na realidade concreta, atual, o que a traduz em feitos. As opções táticas, à medida que respondem a problemas mais precisos, concretos e imediatos, podem ser mais variadas, mais flexíveis. Todavia, não podem estar em contradição com a estratégia. Uma concepção estratégica-tática adequada tem de levar em conta, como dissemos, a situação real e o período para o qual se prevê.⁶⁶

A estratégia deve ser a mesma, enquanto o diagnóstico da realidade em que se atuar e os objetivos forem os mesmos. “Se a situação geral experimentou mudanças muito importantes, isso alteraria as condições dentro das quais tem de trabalhar a organização e esta, se quer atuar com eficácia, teria que revisar sua estratégia para adaptá-la à nova situação.”⁶⁷ Da mesma forma funcionam os objetivos. Se os objetivos se modificam, por exemplo, em uma situação pós-revolucionária, a estratégia pode ser modificada. Disso decorre a importância

tanto da compreensão da situação atual em que vivemos, e também do estabelecimento de objetivos precisos e claros, componentes imprescindíveis na elaboração da estratégia, já que “em política não existe nenhuma prática honesta e útil possível sem uma teoria e um objetivo claramente determinados”⁶⁸. Estabelecidos o diagnóstico da presente sociedade que pretendemos transformar e “o fim a que se deseja chegar, por vontade ou por necessidade, o grande problema da vida consiste em encontrar o meio que, segundo as circunstâncias, conduza com maior segurança e de modo mais econômico ao fim pré-fixado”⁶⁹.

A linha estratégica é formalizada em um programa, que norteia todas as ações da organização e de seus militantes. “Nunca se deve renunciar ao programa socialista revolucionário, claramente estabelecido, tanto pela forma como pela substância.”⁷⁰ Entendemos, portanto, que

a estratégia deve ganhar vida em um programa de ação que estabeleça pautas gerais para um período ou etapa. Um programa deve ter suas raízes nas realidades dos diferentes níveis de nossa sociedade. Nossa estratégia não está em condições de avançar, de se desenvolver, se não tem um contato fluente com problemas concretos existentes nas distintas conjunturas que compõem uma etapa de ação.⁷¹

Ou seja, para que a linha estratégica seja estabelecida e formalizada no programa, é imprescindível o contato com a prática, que possibilita uma teorização

com conhecimento. Este contato permitirá também o desdobramento tático correto da estratégia. O programa

[...] constitui a plataforma comum a todos os militantes na organização anarquista. Sem esta plataforma, a única cooperação que poderia haver estaria baseada em desejos sentimentais, vagos e confusos, e não haveria uma real unidade de perspectivas. [...] O programa não é um conjunto de aspectos secundários que agrupam (ou freqüentemente, que não dividem) as pessoas que pensam de maneira semelhante, mas sim um corpo de análises e propostas que só é adotado por aqueles que crêem nele e que decidem difundir este trabalho e transformá-lo em realidade.⁷²

Por meio do programa, a organização específica anarquista faz conhecer a sua proposta estratégica de transformação social. Ao mesmo tempo em que ele serve para nortear a ação dos militantes da organização, ele serve para marcar as posições da organização para outras pessoas que não fazem parte dela, tornando público este conjunto de análises e propostas.

O conjunto de estratégia, tática e programa dá à organização uma forma de atuação planejada por meio da qual é possível conseguir os melhores resultados. O planejamento é imprescindível para qualquer organização anarquista.

A concepção estratégica da organização específica anarquista possui, inevitavelmente, um componente ideológico. A ideologia

constitui um motor essencial da ação política e um componente inevitável de toda estratégia. Toda prática política supõe motivos determinados e um sentido que só se fazem claramente discerníveis na medida em que se explicitam e organizam como ideologia.⁷³

No entanto, não devemos confundir ideologia e estratégia. Em relação à ideologia, a estratégia é muito mais flexível, já que varia de acordo com o contexto social, a conjuntura. Portanto, a ideologia anarquista pode possuir estratégias distintas, já que cada organização atua em contextos e conjunturas completamente diferentes. Quando falamos de tática, isso é uma verdade ainda maior. Como a composição social de cada localidade é distinta, assim como as forças políticas, as posições do governo, das forças da reação etc. é natural que em cada contexto e conjuntura se apliquem táticas diferentes para a prática política do anarquismo. Por exemplo: há locais e contextos em que vale a pena considerar o sindicalismo como um espaço de trabalho social, há outros que não, e assim por diante.

Afirmamos anteriormente que a organização específica anarquista deve trabalhar com *unidade estratégica e tática*, que se dá pelo processo decisório já descrito, que busca o consenso e em caso de ele não ser possível opta pelo voto, vencendo a maioria. Neste caso, todos os militantes da organização são obrigados a seguir a posição vencedora. Como em qualquer outro processo de decisão, as questões são bem colocadas, debatidas, e há tentativa de conciliação dos diferentes pontos de vista.

Não sendo possível esta conciliação, a organização deve sintetizar as principais propostas e votar. Assim, a organização decide, por consenso ou por voto, as respostas para as três questões da estratégia. Formula a linha estratégica-tática e todos caminham no mesmo sentido. Periodicamente avalia esta linha, podendo reformulá-la.

Ressaltemos que todas as decisões são tomadas coletivamente, sem nenhum tipo de imposição. No entanto, com prioridades e responsabilidades estabelecidas, cada militante não pode fazer aquilo que achar melhor, por conta própria. Cada um tem obrigação, perante a organização, de realizar aquilo que se comprometeu e aquilo que foi definido como prioritário. Obviamente que, como enfatizamos, devemos sempre tentar conciliar as atividades que cada um gosta de fazer, com as responsabilidades estabelecidas pela organização, mas nem sempre temos de fazer só aquilo que gostamos.

O modelo de organização específica anarquista implica que os militantes devem fazer coisas que não gostam muito ou deixar de fazer algumas coisas que gostam. Isso, para fazer com que a organização caminhe com estratégia. Caminhar com estratégia faz da organização anarquista uma organização coerente e efetiva; uma organização voltada para a militância séria, comprometida, em que os militantes fazem aquilo que estabeleceram como prioridade e trabalham nas tarefas que contribuem da maneira mais efetiva possível para a consolidação de seus objetivos estratégicos. A prática relativamente comum de muitos grupos e organizações anarquistas de ir realizando diferentes ações, à torto e à direita, entendendo que elas estão contribuindo com um

todo comum, não é aceita. Ao contrário deste modelo, a prática com estratégia

se trata de não ir fazendo o que saia, nem estimar isoladamente cada coisa que aparece, nem desanimar porque o avanço não é imediatamente visível. Se trata de fixar objetivos e avançar rumo a eles. De escolher ação e estabelecer prioridades em função desses objetivos. Isso implica, claramente, que haverá atividades que não realizaremos, fatos nos quais não estaremos. Eles podem ser importantes e até espetaculares, mas não contam se não se encaixam nos propósitos para a etapa de nosso programa. Em outros casos, estaremos em minoria absoluta ou com grandes complicações, em atividades que condizem com nossos objetivos. Escolher o que mais gostamos ou o que nos traz menos complicações não é uma política correta.⁷⁴

Voltando ao caso de votação para o estabelecimento de estratégia, é importante colocar que quem está deliberando é a organização e não um indivíduo ou outro, portanto, quando uma questão estratégica é resolvida por meio de votação, independente do voto de cada um, todos os militantes da organização possuem a obrigação de seguir a posição determinada coletivamente. Esta é uma posição marcante no modelo de organização que defendemos, pois as posições tiradas coletivamente não são recomendações, mas sim parte de uma linha estratégica que deve, necessariamente, ser seguida por todos.

Para nós, “organização significa coordenação de forças com um objetivo comum, e obrigação de não promover ações contrárias a este objetivo”⁷⁵. Devemos enfatizar que a liberdade de se unir a uma organização é igual à liberdade de se desligar de uma, e, no caso de uma individualidade ou minoria se sentir frequentemente desprezada pelas decisões da maioria, possui toda a liberdade de cindir. É importante frisar que as decisões estratégicas, mesmo que tomadas por meio de votação, são decisões coletivas e não disputas individuais dentro da organização.

Em termos estratégicos, esta unidade permitirá que todos na organização remem o barco no mesmo sentido e possam multiplicar os resultados das forças militantes. Assim, todos têm uma leitura semelhante de onde estamos, de onde queremos chegar e de como caminhar de um ponto a outro.

Notas:

¹ Errico Malatesta. “A Organização II”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 55.

² Nestor Makhno. “Nossa Organização”. In: *Anarquia e Organização*. São Paulo, Luta Libertária, s/d, p. 31.

³ Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: *Anarco-Comunismo Italiano*, pp. 107, 110-111.

⁴ Errico Malatesta. “La Propaganda Anarquista”. Excerto de *Pensiero e Vountà*, 19 de janeiro de 1925. In: Vernon Richards. *Op. Cit.* p. 171.

⁵ *Ibidem.* p. 172.

⁶ Mikhail Bakunin. “Mobilização do Proletariado”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 134.

⁷ FARJ. “Carta de Princípios”.

⁸ *Ibidem.* As aspas dos próximos sete parágrafos referem-se a este documento.

⁹ Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: *Anarco-Comunismo Italiano*, p. 116.

¹⁰ *Ibidem.* p. 124.

¹¹ Juan Mechoso. *Acción Directa Anarquista: una historia de FAU*. Montevideo: Recortes, s/d, p. 199. As citações do livro de Mechoso referem-se a documentos da Federação Anarquista Uruguaia (FAU).

¹² *Ibidem.* pp. 190; 192.

¹³ Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: *Anarco-Comunismo Italiano*, p. 121.

¹⁴ Dielo Trouda. “El Problema de la Organización y la Noción de Síntesis”.

¹⁵ FARJ. “Reflexões Sobre o Comprometimento...”. As aspas não identificadas deste e do próximo parágrafo referem-se a este artigo.

¹⁶ Errico Malatesta. “Ação e Disciplina”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, p. 24.

¹⁷ FARJ. “Reflexões Sobre o Comprometimento...”

¹⁸ *Ibidem.*

¹⁹ Nestor Makhno. “Sobre a Disciplina Revolucionária”. In: *Anarquia e Organização*, p. 34.

²⁰ Dielo Trouda. “Plataforma organizativa por una Unión General de Anarquistas”.

²¹ Nestor Makhno. “Nossa Organização”. In: *Anarquia e Organização*, p. 32.

²² Errico Malatesta. “Programa Anarquista”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 23.

²³ FARJ. “Carta de Princípios”.

²⁴ Mikhail Bakunin. “Algumas Condições da Revolução”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 127.

²⁵ *Idem*. “Educação Militante”. In: *Conceito de Liberdade*, pp. 145-146.

²⁶ FAU. “Declaración de Principios”. As aspas deste parágrafo são deste mesmo documento.

²⁷ Errico Malatesta. “Programa Anarquista”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 18.

²⁸ *Idem*. “A Propósito de Revolução”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, p. 55.

²⁹ Em “Em Torno de Nosso Anarquismo”, Malatesta enfatiza: “Provocar, tanto quanto nos seja possível, o movimento, nele participando com todas as nossas forças, **imprimindo-lhe o caráter mais libertário e mais igualitário que seja**; apoiar todas as forças progressivas; defender o que é melhor quando não se puder obter o máximo, mas **conservar sempre bem claro nosso caráter de anarquistas**”. [grifos nossos] Ver *Escritos Revolucionários*, p. 80.

³⁰ Errico Malatesta. “A Organização das Massas Operárias...”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 40.

³¹ Mikhail Bakunin. “Libertad e Igualdad”. In: G. P. Maximoff (org.). *Escritos de Filosofia Política vol. II*. Madrid: Alianza Editorial, 1990, p. 9.

³² *Ibidem*.

³³ *Idem*. “Táctica e Disciplina do Partido Revolucionário”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 192.

³⁴ FAU. “Declaración de Principios”.

³⁵ *Ibidem.*

³⁶ Errico Malatesta. “Los Anarquistas y los Movimientos Obreros”. Excerto de *Umanità Nova*, 6 de abril de 1922. In: Vernon Richards. *Op. Cit.* p. 114.

³⁷ Mikhail Bakunin. “Educação Militante”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 146.

³⁸ *Ibidem.* “Operários, Camponeses, Burgueses e Intelectuais”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 110.

³⁹ Errico Malatesta. “Programa Anarquista”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 18.

⁴⁰ *Ibidem.* p. 17.

⁴¹ FAU. “Declaración de Principios”.

⁴² FARJ. “Carta de Princípios”.

⁴³ FAU. *Huerta Grande: a Importância da Teoria.*

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ *Ibidem.*

⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁷ Dielo Trouda. “Plataforma organizativa por una Unión General de Anarquistas”.

⁴⁸ Errico Malatesta. “Programa Anarquista”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 7.

⁴⁹ Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: *Anarco-Comunismo Italiano*, p. 97.

⁵⁰ Errico Malatesta. “La Propaganda Anarquista”. Excerto de *L'Agitazione*, 22 de setembro de 1901. In: Vernon Richards. *Op. Cit.* p. 172.

⁵¹ Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: *Anarco-Comunismo Italiano*, pp. 115-116.

⁵² Mikhail Bakunin. “Algumas Condições da Revolução”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 130.

⁵³ No Regulamento da Seção da Aliança da Democracia Socialista de Genebra, redigido por Bakunin, ele recomenda: “Não se pode tornar seu membro sem ter aceitado, sincera e completamente, todos os seus princípios. Os membros antigos são obrigados e os membros recentes têm de prometer **fazer à sua volta, segundo suas possibilidades, a mais ativa propaganda, tanto pelo seu exemplo, como pelas suas palavras**” [grifos nossos]. Ver *Conceito de Liberdade*, p. 201.

⁵⁴ Errico Malatesta. “La Propaganda Anarquista”. Excerto de *L'Adunata dei Refrattari*, 26 de dezembro de 1931. In: Vernon Richards. *Op. Cit.* p. 170.

⁵⁵ Juan Mechoso. *Op. Cit.* p. 194.

⁵⁶ *Ibidem.*

⁵⁷ *Ibidem.* p. 195.

⁵⁸ *Ibidem.*

⁵⁹ FAU. “Declaración de Principios”.

⁶⁰ Dielo Trouda. “Plataforma organizativa por una Unión General de Anarquistas”.

⁶¹ Errico Malatesta. “La Organización”. Excerto de *L'Agitazione*, 18 de junho de 1897. In: Vernon Richards. *Op. Cit.* p. 89.

⁶² FARJ. “Carta de Principios”.

⁶³ UP / MTD - RJ. *Op. Cit.*

⁶⁴ Errico Malatesta. “Enfim! O que é a ‘Ditadura do Proletariado’”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*, p. 87.

⁶⁵ FAU. *Resoluciones Sobre el Tema Estrategia*.

⁶⁶ Juan Mechoso. *Op. Cit.* p. 196.

⁶⁷ *Ibidem.*

⁶⁸ Mikhail Bakunin. “Programa Revolucionário e Programa Liberal”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 188.

⁶⁹ Errico Malatesta. “Los Fines y los Medios”. Excerto de *L'En Dehors*, 17 de agosto de 1892. In: Vernon Richards. *Op. Cit.* p. 69.

⁷⁰ Mikhail Bakunin. “Programa Revolucionário e Programa Liberal”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 188.

⁷¹ FAU. *Resoluciones Sobre el Tema Estrategia.*

⁷² George Fontenis. “Manifiesto Comunista Libertário”.

⁷³ Juan Mechoso. *Op. Cit.* p. 197.

⁷⁴ FAU. *Resoluciones Sobre el Tema Estrategia.*

⁷⁵ Errico Malatesta. “A Organização II”. In: *Escritos Revolucionários*, pp. 59-60.

ESPECIFISMO: ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA, PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E INFLUÊNCIAS

*A ausência de organização visível, normal e aceita
por cada um de seus membros torna possível
o estabelecimento de organizações arbitrárias,
menos libertárias.*

Luigi Fabbri

Desde que o termo “especificismo” chegou ao Brasil, ainda em meados da década de 1990, houve uma série de polêmicas ou mesmo de confusões em torno dele. Houve, e infelizmente ainda há, pessoas que dizem que o especificismo não é anarquismo, acusam as organizações especificistas de serem partidos políticos, dentre outros absurdos. Quando reivindicamos a FARJ como uma organização anarquista especificista, estamos buscando, mais do que qualquer outra coisa, situar dentro da discussão sobre organização anarquista, quais são as posições que defendemos.

O termo especificismo foi criado pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e, por ele, nos referimos a uma concepção de organização anarquista que possui dois eixos fundamentais: organização e trabalho/inserção

social. Estes dois eixos estão baseados nos conceitos clássicos do anarquismo de atuação diferenciada nos níveis político e social (conceito bakuninista) e de organização específica anarquista (conceito malatestiano). Portanto, o termo especificismo, apesar de ter sido concebido recentemente, refere-se às práticas organizacionais anarquistas que existem desde o século XIX. Além desses dois eixos, há uma série de outras questões organizacionais que são definidas dentro do especificismo e que buscaremos desenvolver em seguida. Portanto, as duas principais referências clássicas do especificismo são Bakunin e Malatesta. Isso não significa que desconsideremos outros importantes teóricos como Proudhon e Kropotkin – utilizamos neste texto muitas referências teóricas deles – mas acreditamos que, para a discussão de organização anarquista, Bakunin e Malatesta possuem propostas mais adequadas para nossa atuação.

Nos próximos parágrafos, pretendemos retomar de maneira breve algumas discussões que fizemos ao longo deste texto, e principalmente deste último capítulo, situá-las e compará-las com outras posições existentes dentro do anarquismo. Acreditamos que mais do que afirmar as posições que defendemos – o que fizemos até aqui – cabe realizarmos algumas críticas fraternais a outras concepções de organização (ou de desorganização) presentes no anarquismo e comparar, com base em alguns pontos escolhidos, nossa concepção com outras.

Talvez o melhor contraponto com o modelo de organização especificista, seja o que chamamos de modelo de síntese, ou sintetismo. Este modelo foi formalizado teoricamente em dois documentos homônimos, chama-

dos “A Síntese Anarquista”, um de Sebastièn Faure e outro de Volin. Histórica e mundialmente, foi a *Plataforma* do Dielo Trouda que estabeleceu este contraponto. Pretendemos retomar parte deste debate sobre organização anarquista, apesar de, na nossa concepção, o especificismo ser mais amplo que o plataformismo – ainda que possua sua significativa influência.

A síntese defende um modelo de organização anarquista em que estejam todos os anarquistas (anarco-comunistas, anarco-sindicalistas, anarco-individualistas etc.) e, portanto, apresenta muitas das características que criticaremos a seguir. Sabemos que várias destas características não estão necessariamente ligadas ao modelo sintetista de organização. No entanto, é inegável que muitas delas se reproduzam em organizações deste tipo, principalmente por influência do individualismo, mas não somente dele. Reconhecemos que dentro de organizações sintetistas também há militantes sérios e comprometidos com o anarquismo social e, portanto, não queremos que as críticas pareçam generalizadas. Apesar de nunca questionarmos se estas organizações são anarquistas (para nós, todas elas são), elas, na maioria dos casos, não convergem com nossa maneira de pensar a organização anarquista.

Antes de tudo, quando tratamos neste texto da “organização específica anarquista”, a partir desta perspectiva especificista, não estamos falando de qualquer organização de anarquista. Há diversas organizações anarquistas que não são especificistas. Portanto, o especificismo implica em muito mais do que se defender a organização anarquista.

Tratemos das diferenças entre o especificismo e outras formas de organização anarquista.

A primeira diferença está na forma de entender o próprio anarquismo. Como pontuamos no início deste texto, entendemos o anarquismo como uma ideologia, ou seja, um “um conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos, que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política”. Neste caso, buscamos diferenciar esta compreensão de anarquismo de uma outra, puramente abstrata e teórica, que estimula somente o livre pensar, sem necessariamente conceber um modelo de transformação social. O anarquismo pensado somente a partir deste modelo de observação crítica da vida, oferece uma liberdade estética e de possibilidades infinitas. No entanto, se assim for concebido, não oferece possibilidades reais de transformação social, visto que não é colocado em prática, em ação. Não possui a prática política que busca os objetivos finalistas.

O especificismo defende um anarquismo que, como ideologia, busque conceber um modelo de atuação que transforme a sociedade de hoje no socialismo libertário por meio da revolução social. Este processo, necessariamente, passa pela organização das classes exploradas em organização popular e exige a utilização da violência, entendida fundamentalmente como resposta à violência do atual sistema. Outras correntes anarquistas são contra a violência e acreditam que a transformação social pode se dar de outras maneiras.

Outra diferença está em torno da própria questão da organização. Para nós, a organização é uma questão

absolutamente central ao tratarmos de anarquismo. Sem ela, acreditamos ser impossível conceber qualquer projeto político sério e que tenha por objetivo chegar à revolução social e ao socialismo libertário.

Há correntes anarquistas sustentam posições “anti-organização”, ou mesmo espontaneístas, e acreditam que qualquer forma de organização é autoritária ou avessa ao anarquismo. Para estas correntes, a formação de uma mesa para coordenar uma assembléia é autoritária, a formação de um grupo para trabalhar nos movimentos sociais é autoritária. Enfim, para estes anarquistas, as lutas devem se dar de maneira espontânea, os ganhos, caso vierem, deverão vir de maneira espontânea, a conexão entre lutas deve ser espontânea e o mesmo o capitalismo e o Estado, se forem derrubados, será por uma mobilização espontânea. Talvez, ainda, depois de uma eventual revolução social, as coisas evoluirão por sua própria conta, entrando nos eixos sem maiores esforços. Estes anarquistas acreditam que a organização prévia não é necessária, outros pensam que ela nem mesmo é desejável.

Alguns indivíduos anarquistas que defendem estes pontos de vista e que se dispõem a realizar trabalho social, não conseguem lidar com as forças autoritárias e, sem a devida organização, terminam sendo tarefeiros e “buchas” para projetos autoritários ou saem frustrados por não conseguirem espaço nos movimentos sociais.

Pontuamos anteriormente que concebemos a organização específica anarquista como uma organização de minoria ativa. Assim, ela é uma organização de anarquistas que se agrupam no nível político e ideológico e

que realizam sua principal atividade no nível social, que é mais amplo, buscando ser o fermento das lutas. No modelo especificista, há obrigatoriamente esta diferenciação entre os níveis político e social de atuação.

Diferentemente, há anarquistas que concebem a organização anarquista como um amplo agrupamento que federa todos aqueles que se intitulam anarquistas, servindo como um espaço de convergência para a realização de ações com completa autonomia. No anarquismo, de maneira ampla, também esta divisão entre os níveis político e social não é aceita por todas as correntes, que compreendem a organização anarquista de maneira difusa, podendo ser ela um movimento social, uma organização, um grupo de afinidades, um grupo de estudos, uma comunidade, uma cooperativa etc.

Mesmo o conceito de anarco-sindicalismo, em diversos momentos, buscou suprimir esta diferença de atuação entre níveis, misturando a ideologia anarquista com o sindicalismo. Estas e outras tentativas de ideologizar os movimentos sociais, no nosso entender, enfraquecem tanto os movimentos sociais – que não funcionam mais em torno de questões concretas como terra, moradia, emprego etc. –, quanto o próprio anarquismo, já que não permitem o aprofundamento das discussões ideológicas, que são feitas em meio ao movimento social. Enfraquece também, pois o objetivo destes anarquistas de tornar todos os militantes dos movimentos sociais anarquistas é impossível, a não ser que se reduzam e enfraqueçam significativamente os movimentos. Desta forma, ou mesmo por ver que é natural encontrar pessoas de ideologias diferentes nos movimentos sociais que

nunca serão anarquistas, estes anarquistas se frustram, e muitas vezes se afastam das lutas. Como conseqüência disso, fazem, frequentemente, o anarquismo fechar-se em si mesmo.

A organização anarquista de minoria ativa é muitas vezes entendida, por outras correntes do anarquismo, como similar à organização autoritária de vanguarda. Como fizemos questão de pontuar, quando concebemos esta separação entre os níveis político e social, não queremos dizer com isso que queremos estar à frente dos movimentos sociais e nem que o nível político possui qualquer hierarquia ou domínio em relação ao nível social.

Há também uma diferença em relação ao espaço privilegiado para a prática do anarquismo. Nós especificistas acreditamos que este espaço é a luta de classes. Antes de tudo, já consideramos que não vivemos apenas em uma sociedade, mas em uma sociedade de classes. Independente da forma que pensemos a diferença destas classes, nos parece impossível negar que a dominação e a exploração aconteçam em níveis diferentes em nossa sociedade e que o fator econômico tem grande influência sobre isso. Para nós, o anarquismo nasceu no seio do povo e é lá que ele deve estar, tomando uma posição clara em favor das classes exploradas que estão em conflito permanente na luta de classes. Portanto, quando discutimos “onde jogar as sementes do anarquismo”, para nós é claro que deve ser no seio da luta de classes; nos espaços em que as contradições do capitalismo são mais evidentes.

Há anarquistas que não sustentam este viés classista do anarquismo e, o que é pior, há aqueles que o

acusam de ser assistencialista, ou de querer “fazer apologia dos pobres”. Negando a luta de classes, a maioria desses anarquistas acredita que como a definição clássica de classes de burguês e proletário não dá conta da sociedade de hoje, então se poderia dizer que não existem mais classes; ou que este seria um conceito anacrônico. Discordamos radicalmente destas posições e acreditamos que, independente de como formos definir as classes – se daremos mais ou menos ênfase ao caráter econômico etc. – é inegável que existam contextos e circunstâncias em que as pessoas sofrem mais os efeitos do capitalismo. E é nestes contextos e nestas circunstâncias que queremos priorizar o nosso trabalho.

Quando buscamos aplicar o anarquismo à luta de classes, reivindicamos o que chamamos de trabalho social, e que definimos anteriormente como “a atividade que a organização anarquista realiza em meio à luta de classes, fazendo o anarquismo interagir com as classes exploradas”. Como também dissemos, para nós, esta deve ser a principal atividade da organização específica anarquista. Por meio do trabalho social, defendemos que a organização anarquista deva buscar a inserção social, “processo de influência dos movimentos sociais a partir da prática anarquista”.

Há anarquistas que não defendem este trabalho com vistas à inserção social. Parte não acredita que isso seja prioridade, e outra parte, o que é mais complicado, acredita que é autoritário. Para os anarquistas que pensam que trabalho/inserção social não são prioritários, parece que outras atividades teriam mais efetividade no desenvolvimento do anarquismo – por mais que geral-

mente isso não seja dito. Apesar de, pelo menos aparentemente, não haver uma formulação estratégica, o que acontece na prática é que estes anarquistas procuram trabalhar com a propaganda, muito restrita às publicações, aos eventos, à cultura. Como já enfatizamos, esta propaganda também é central para nós, mas não é suficiente se for feita sem respaldo de trabalho/inserção social. Com este respaldo, a propaganda é muito mais efetiva. Portanto, a propaganda, no especificismo, deve ser realizada por estes dois vieses: educacional/cultural e de luta com os movimentos sociais.

Os anarquistas que não acreditam que trabalho/inserção social não são e nem devem ser prioridade, preferem trabalhar em outros meios, longe da luta de classes, longe dos movimentos sociais, longe das pessoas de ideologias diferentes. Alguns dizem que como são membros da sociedade, já possuem inserção social. Muitas vezes, terminam sectários, conseguindo conviver apenas com seus pares, e “guetificando” o anarquismo. Isso explica o sectarismo de parte dos anarquistas, que acontece em proporção muito menor com as organizações especificistas.

Muito mais complicada que a posição acima, é a posição defendida por anarquistas que são contra o trabalho e a inserção social; posição bastante comum no meio libertário. Esses anarquistas acreditam que como muitas vezes não são pobres, como muitas vezes não estão em movimentos sociais (não são sem-terra, por exemplo), que é autoritário trabalhar com a comunidade carente ou mesmo com os movimentos sociais, já que “são de fora dessa realidade”. Para eles, é autoritário uma

pessoa que tem onde morar apoiar a luta dos sem-teto; é autoritário freqüentar um movimento comunitário sem ser da comunidade; é autoritário apoiar o trabalho dos catadores de lixo se você não é um deles. Para estes anarquistas, só há legitimidade em se trabalhar com movimentos populares se você é um “popular” e se você faz parte da realidade do movimento. Como geralmente esses anarquistas não estão nessas condições, não se aproximam de movimentos sociais e nem da luta de classes. Terminam por fazer de seu anarquismo um “movimento em si mesmo”, que se caracteriza por ser essencialmente de classe média e de intelectuais, por não buscar contato com as lutas sociais e populares, por não estar em contato com pessoas de ideologia diferentes. Aliás, este anarquismo de classe média e intelectual, quando não busca trabalho e inserção social, termina necessariamente em um de dois caminhos. Ou abandona a proposta de transformação social, ou constitui-se em um agrupamento que luta pelo povo, e não com o povo – assumindo a posição de vanguarda e não de minoria ativa.

O trabalho social, para estes militantes, é muitas vezes comparado ao “entrismo” da esquerda autoritária, pessoas que entram nos movimentos para fazê-los funcionar em seu próprio favor. Na maioria das vezes, defendem um espontaneísmo de que “vir de fora”, “colocar o anarquismo dentro dos movimentos sociais”, é autoritário. Segundo eles, as idéias deveriam surgir espontaneamente. Acusam a discussão, a persuasão, o convencimento, a troca, a influência, externos aos movimentos sociais e, por isso, autoritários.

Dessa posição contrária ao trabalho e à inserção social, nós especificistas também discordamos radicalmente. Como explicamos, para nós o anarquismo não deve ser fechado em si mesmo, e nem se afastar dos movimentos sociais e das pessoas de ideologias diferentes. Ele deve servir como ferramenta, como fermento, como motor das lutas de nosso tempo. Para isso, o anarquismo, ao invés de esconder-se deve confrontar-se com a realidade e buscar transformá-la. Para esta transformação, de nada adianta “pregarmos para os convertidos”; temos, necessariamente, que interagir com não-anarquistas.

Já que entendemos que a classe não se define a partir da origem, mas sim a partir da posição que se defende na luta, acreditamos que apoiar movimentos sociais, auxiliar mobilizações e organizações diferentes da realidade que se está incluído é uma obrigação ética de qualquer militante comprometido com o fim da sociedade de classes. Finalmente, acreditamos que o trabalho social traz a prática necessária ao anarquismo, que tem uma contribuição imensa na formulação da linha teórica e ideológica da organização. Esta atividade é, para nós, importantíssima em nossa formulação teórica, pois faz com que teorizemos tendo conhecimento da realidade e da aplicação prática do anarquismo nas lutas. Grupos e organizações que não possuem trabalho social tendem a radicalizar um discurso que não possui respaldo na prática. Quando isso acontece, a tendência é que exista um discurso ultra-radical e revolucionário – muitas vezes acusando outros de reformistas etc. –, mas que não sai da teoria.

Como vimos, no especificismo há unidade teórica e ideológica, um alinhamento em relação aos aspectos teóricos e ideológicos do anarquismo. Esta linha política é construída coletivamente e todos na organização têm obrigação de segui-la. Por considerarmos o anarquismo algo muito amplo, com posições muito variadas ou mesmo contraditórias, nos parece necessário que, entre todas estas posições, devemos extrair uma linha teórica e ideológica a ser defendida e desenvolvida pela organização. Como enfatizamos, esta linha deve, necessariamente, ter vínculo com a prática, já que acreditamos que “para teorizar com eficácia é imprescindível atuar”.

Para anarquistas que não defendem esta unidade, a organização anarquista poderia trabalhar com diversas linhas teóricas e ideológicas. Cada anarquista ou grupo de anarquistas pode ter a sua interpretação do anarquismo e sua própria teoria. Isso é motivo de diversos conflitos e cisões em organizações com esta concepção. Como não há acordo nas questões de saída, são frequentes as brigas, pois alguns acham que os anarquistas devem realizar trabalho com movimentos sociais, outros acham isso autoritário e “coisa de marxista”, alguns acham que a função do anarquismo é realçar o ego dos indivíduos, outros são radicalmente contra, e assim por diante. Para nós, não há como ter uma prática efetiva ou mesmo constituir-se em uma organização, sem que haja acordo em algumas “questões de saída”. Nas organizações que não trabalham com unidade teórica e ideológica, não há aprofundamento neste sentido, visto que com tantos problemas nas questões mais simples, as mais complexas não chegam nem a ser discutidas. Bakunin

estava certo quando afirmou que “quem muito abraça, pouco aperta”¹. É importante

que se compreenda que a divisão que existe neste ponto entre os anarquistas é muito mais profunda do que o que normalmente se acredita, e que supõe igualmente uma inconciliável discordância teórica. Digo isto para responder aos meus bons amigos, favoráveis a um acordo a qualquer preço, que afirmam: “Não criemos problemas de método! A idéia é uma só e a meta é a mesma; permaneçamos pois unidos sem nos rasgarmos por um pequeno desacordo sobre a tática”. Eu, ao contrário, dei-me conta há muito tempo atrás, que nos dilaceramos justamente porque estamos muito próximos, por que estamos artificialmente próximos. Sob o verniz aparente da comunidade de três ou quatro idéias – abolição do Estado, abolição da propriedade privada, revolução, antiparlamentarismo – existe uma diferença enorme na concepção de cada uma destas afirmações teóricas. A diferença é de tal monta que nos impede de tomarmos o mesmo caminho sem querelarmo-nos e sem neutralizar reciprocamente o nosso trabalho ou, se assim quisermos, permanecer em paz, sem renunciarmos àquilo que acreditamos ser verdadeiro. Repito: não existe apenas uma diferença de método, mas sim uma grande diferença de idéias.²

Além da unidade teórica e ideológica, os especificistas defendem a unidade estratégica e tática. Atuar com estratégia, como vimos, implica em realizar um

planejamento de todas as ações práticas que forem realizadas pela organização, buscando verificar de onde se quer sair, onde se quer chegar e como. O anarquismo que trabalha com unidade estratégica e tática faz do planejamento e do alinhamento na atuação prática um forte pilar organizacional. Isso, porque acreditamos que a falta de estratégia dispersa os esforços, fazendo com que muitos deles sejam perdidos. Defendemos um modelo em que se discute coletivamente um caminho a seguir, e junto com este caminho, temos prioridades estabelecidas e responsabilidades atribuídas aos militantes. As prioridades e responsabilidades significam que cada um não vai poder fazer o que lhe passar pela cabeça, quando quiser. Cada um vai ter obrigação, perante a organização, de realizar aquilo que se comprometeu e aquilo que foi definido como prioritário. Obviamente que se buscará conciliar as atividades que cada um gosta de fazer, com as responsabilidades estabelecidas pela organização, mas nem sempre temos de fazer só aquilo que gostamos de fazer. Um modelo especificista implica em termos de fazer coisas que não gostamos muito ou deixarmos de fazer algumas coisas que gostamos muito. Isso, para fazer com que a organização caminhe com estratégia, com todos remando o barco no mesmo sentido.

Criticamos com ênfase as organizações que não trabalham com estratégia. Para nós, não há como trabalhar em uma organização em que cada militante ou grupo faz aquilo que achar melhor, ou simplesmente aquilo que gosta de fazer, acreditando estar contribuindo com um todo comum. Geralmente, quando se agrupa anarquistas de todos os tipos em uma organização, sem que haja

afinidades estratégicas, não há qualquer acordo sobre como atuar. Ou seja, não é possível estabelecer uma forma de caminhar, e há somente um acordo: que as coisas devem ir caminhando.

Como pensar uma organização em que se busca conciliar um grupo que acredita que deve atuar como organização específica no movimento social, com um grupo que acha que a prioridade deve ser a convivência entre amigos, a terapia de grupo ou mesmo a exaltação do papel do indivíduo, considerando autoritário (ou mesmo marxista ou assistencialista) o trabalho com movimento sociais? Há duas maneiras de se trabalhar essas diferenças: ou se discute as questões, e se vive entre brigas e desgastes, que consomem grande parte do tempo, ou simplesmente não se toca nas questões. A maioria das organizações deste tipo opta pela segunda forma.

A fim de estabelecer uma certa coordenação na ação, coordenação necessária, creio eu, entre pessoas que tendem para o mesmo objetivo, impõem-se determinadas condições: um certo número de regras ligando cada um a todos, determinados pactos e acordos renovados frequentemente – se falta tudo isto, se cada um trabalha como lhe apetece, as pessoas mais sérias encontrar-se-ão elas próprias numa situação em que os esforços de uns serão neutralizados pelos dos outros. Disto resultará a desarmonia e não a harmonia e a confiança serena para a qual nós tendemos.³

A unidade teórica e ideológica e a unidade estratégia e tática são atingidas por meio do processo decisó-

rio coletivo, adotado pelas organizações especificistas que é a tentativa de consenso e se este não for possível, a votação, vencendo a maioria. Como também enfatizamos, neste caso, toda organização adota a decisão vencedora. Diferentemente, há organizações que trabalham somente com o consenso, permitindo, muitas vezes, que uma ou outra pessoa tenha influência exacerbada em um processo decisório que envolve um número muito maior de pessoas. Buscando o consenso a qualquer custo, e com o medo de rachar, essas organizações permitem que uma ou outra pessoa consiga ter um peso desproporcional nas decisões, somente para se conseguir o consenso. Outras vezes, se gasta horas com discussões de pouca importância somente para se buscar o consenso. Temos em mente que o processo decisório é um meio e não um fim em si mesmo.

A obrigação de todos seguirem um mesmo caminho – que é regra no especificismo – é o compromisso que a organização possui com a estratégia, pois, se cada vez que uma decisão tomada não agrada parte dos militantes, e esta parte se recusa à realização do trabalho, será impossível a organização caminhar. Em caso de votação, é importante termos em mente que, em uma vez, alguns ganharão a votação e trabalharão na sua proposta, em outra vez, perderão e trabalharão na proposta dos outros companheiros. Com esta forma de tomada de decisão, se dá mais importância para as deliberações coletivas do que para os pontos de vista individuais.

Há diferença, ainda, em pontos centrais que favorecem a organização especificista: o comprometimento, a responsabilidade e a autodisciplina dos militantes com a

organização. No modelo especificista, há alto nível deste compromisso militante. Assim, é imprescindível que os militantes assumam compromissos frente à organização e os cumpram. O compromisso militante imprime uma ligação entre militante e organização, que é uma relação mútua, em que a organização é responsável pelo militante, assim como o militante é responsável pela organização. Assim como a organização deve satisfação ao militante, o militante deve satisfação à organização.

A falta de comprometimento, responsabilidade e autodisciplina constitui um grande problema em muitos grupos e organizações anarquistas. É muito comum as pessoas se aproximarem e participarem mais ou menos das atividades, fazendo somente aquilo que têm interesse, muitas vezes participando de decisões, assumindo compromissos e não os cumprindo ou, simplesmente, não assumindo compromissos. Há muitas organizações que são complacentes com a falta de compromisso militante. É inegável que, por este motivo, essas organizações sejam mais “legais” de se fazer parte, no entanto, são muito pouco efetivas do ponto de vista militante. Como para nós a militância é algo necessário na luta por uma sociedade livre e igualitária, não acreditamos que ela será sempre “legal”. Se tivermos de optar entre um modelo de militância mais efetivo e outro mais “legal”, devemos optar pela efetividade.

Para o trabalho com compromisso militante, o especificismo sustenta uma organização com níveis de compromisso. Como explicamos, defendemos a lógica dos círculos concêntricos em que todos os militantes possuem um espaço bem definido na organização, espaço este que é

determinado pelo nível de compromisso que o militante quer assumir. Quanto mais ele quiser se comprometer, mais dentro da organização ele estará e maior será o seu poder de deliberação. Portanto, tanto no nível político quanto no nível social, há critérios bem definidos de entrada desde as instâncias de apoio ou agrupamentos de tendência até a organização específica anarquista. Só estão dentro da organização específica anarquistas, militantes com afinidade ideológica com a organização.

Ao contrário do modelo especificista, há outras organizações cujo único critério para entrada de militantes é sua definição como anarquistas, independente de que concepção de anarquismo eles tenham. Algumas pessoas participam um pouco da organização, outras são mais comprometidas; uns assumem mais responsabilidades do que outros e todos possuem o mesmo poder de deliberação. Por isso, muitos deliberam sobre atividades que não vão realizar, ou seja, determinam o que os outros vão fazer. Quando uma organização permite que alguém delibere algo e não assuma responsabilidades, ou que assuma responsabilidades e não as cumpra, ela permite um autoritarismo daqueles que vão deliberar e jogar trabalho nas costas de outros companheiros. Enfim, neste outro modelo, cada um se envolve da forma que acha melhor, aparece quando acha que deve, e não há muita cobrança sobre a questão do compromisso militante. Muitos, ao serem cobrados, julgam-se vítimas do autoritarismo. Como explicamos, para nós, este modelo de organização, além de sobrecarregar os militantes mais responsáveis, acaba por permitir esta discrepância de pessoas que não deliberam e trabalham na mesma proporção.

Portanto, não queremos ser este grande “guardachuva” que abarca todos os tipos de anarquistas. Estas amplas (in)definições, aparentemente agregam mais anarquistas na organização, no entanto, acreditamos que não devemos optar pelo critério da quantidade, mas sim da qualidade de militantes.

Não há dúvida que se evitarmos precisar bem o nosso verdadeiro caráter, o número de nossos aderentes poderá tornar-se maior. [...] É evidente, por outro lado, que se nós proclamamos alto os nossos princípios, o número dos nossos aderentes será menor, mas pelo menos serão aderentes sérios, com os quais poderemos contar.⁴

Diferença relevante também se dá em torno da questão do individualismo anarquista. O especificismo significa uma recusa absoluta e completa do individualismo anarquista. Por este motivo, diverge de outras organizações que aceitam trabalhar com os individualistas. Para nós, há dois tipos de individualistas no anarquismo. Um tipo, que era mais comum no passado, de pessoas que preferem trabalhar sozinhas, mas que têm em mente o mesmo projeto que nós. Nestas pessoas, só temos a criticar o fato de que, estando desorganizadas, não conseguem potencializar os resultados de seu trabalho. Um outro tipo, mais em evidência nos dias de hoje, renunciou ao projeto socialista. Baseados na crítica anarquista do Estado, possuem pouca crítica ao capitalismo, e nenhuma atuação no sentido de transformar socialmente a realidade em que vivemos. Colocando-se na condição de simples observadores críticos da sociedade,

constroem um anarquismo a partir de referências e pensadores secundários, simplesmente em torno da crítica. Não possuem qualquer projeto de sociedade e muito menos uma atuação coerente que aponte para esta nova sociedade. Poderíamos nos perguntar:

o que então nos resta do individualismo anarquista? A negação da luta de classes, a negação do princípio de uma organização anarquista, cuja finalidade seja a sociedade livre de trabalhadores iguais: e mais ainda, a charlatanice vazia, estimulando os trabalhadores infelizes com sua existência, a tomar parte recorrendo a soluções pessoais, supostamente abertas a eles enquanto indivíduos libertados.⁵

Assim, exacerbam o papel da liberdade individual, que, apartada da liberdade coletiva, torna-se meramente um gozo egoísta, para o deleite de alguns poucos que podem, por seus privilégios dentro do capitalismo, permitir-se isso. Na realidade, a liberdade individual só pode existir na liberdade coletiva, pois a escravidão de outros limita a liberdade de cada um, e a liberdade individual plena só pode se realizar no momento em que, coletivamente, todos forem livres. Concordamos com Bakunin quando colocou:

Só posso considerar-me e sentir-me livre na presença e em relação a outros homens. [...] Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade do outro, longe de

ser um limite ou a negação da minha liberdade, é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação. Apenas a liberdade dos outros me torna verdadeiramente livre, de forma que, quanto mais numerosos forem os homens livres que me cercam, e mais extensa e ampla for sua liberdade, maior e mais profunda se tornará a minha liberdade. Ao contrário, é a escravidão dos homens que põe uma barreira na minha liberdade. [...] Minha liberdade pessoal assim confirmada pela liberdade de todos se estende ao infinito.⁶

Para nós, é impossível buscar uma liberdade individual em uma sociedade como a nossa, em que milhões não têm acesso às mais básicas necessidades de um ser humano. Não há como se pensar em um anarquismo puramente individual, como uma forma de se colocar no mundo, de ter um estilo de vida diferente. Para os individualistas, na grande maioria dos casos, ser anarquista significa ser artista, boêmio, defender a liberdade sexual de ter relacionamentos abertos ou com mais de um(a) companheiro(a), usar roupas diferentes, ter um corte de cabelo radical, ter comportamentos extravagantes, comer comidas diferentes, definir-se pessoalmente, realizar-se pessoalmente, ser contra a revolução(?!), ser contra o socialismo(?!), possuir um discurso sem pé nem cabeça – gozando da liberdade de estética – enfim, tornar-se apolítico. Discordamos radicalmente desta posição e acreditamos que as influências neste sentido são funestas ao anarquismo, afastando militantes sérios e comprometidos. Finalmente, concordamos com Malatesta quando enfatizou:

É verdade, gostaríamos de poder estar, todos nós, de acordo, e reunir em um único feixe poderoso todas as forças do anarquismo. Mas não acreditamos na solidez das organizações feitas à força de concessões e de restrições, onde não há entre os membros simpatia e concordância real. É melhor estarmos desunidos que mal unidos.⁷

Para nós, escolher o modelo mais adequado de organização anarquista é fundamental para que tenhamos os meios mais adequados e coerentes com os fins que buscamos atingir. Se defendemos o especificismo, que é uma forma de organização anarquista, é porque acreditamos que ele é hoje mais adequado para o trabalho que pretendemos realizar. Entendemos que há anarquistas que não concordam com o especificismo e não achamos que são menos anarquistas por isso. Só exigimos respeito por nossa escolha, assim como nós respeitamos aqueles que fizeram outras escolhas.

* * *

Trataremos à seguir, brevemente, da perspectiva histórica e das influências do especificismo. Como vimos, o termo especificismo foi desenvolvido pela FAU e só chegou ao Brasil nos fins do século XX. Apesar disso, este termo, mais do que criar uma nova concepção de organização anarquista, buscou agrupar uma série de concepções organizacionais anarquistas já existentes, que tomaram corpo desde o século XIX. O especificismo da FAU reivindica influências de Bakunin e Malatesta, da luta

classista do anarco-sindicalismo, do anarquismo expropriador; tudo isso, dentro de um contexto latino-americano. Tentaremos expor, nos próximos parágrafos, a partir de uma concepção própria, como entendemos a experiência histórica do especificismo: as principais experiências passadas, em termos de organização anarquista, que hoje nos influenciam.

A primeira referência histórica do especificismo é Bakunin, a partir das concepções organizacionais que constituíram a atuação dos libertários no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), e que deram corpo ao anarquismo.

A AIT foi articulada a partir de visitas dos representantes de associações operárias francesas à Inglaterra, onde contataram líderes sindicais ingleses e exilados alemães – entre estes últimos, Karl Marx. Politicamente, a composição da AIT surgiu heterogênea: marxistas, blanquistas, republicanos, trade-unionistas e federalistas proudhonianos. Os marxistas acabaram por formar no Comitê Central uma maioria na tomada de decisões, aliando-se com membros de outras correntes e assumindo o controle deste órgão. Tal situação perdurou mesmo após a substituição do Comitê Central pelo Conselho Geral, no Congresso de Genebra de 1866. Vê-se por aí, que os associados anarquistas, sejam inspirados por Proudhon, sejam seguidores de Bakunin, não possuíam força no centro executivo da associação. Eram mais influentes por meio das bases, manifestando isto nos congressos.

Desenvolveram-se duas tendências no seio da AIT: uma centralista e uma federalista. Entre os centralistas autoritários se sobressaíram os comunistas, teorica e poli-

ticamente orientados por Marx, os quais contavam com a AIT como instrumento para levar o proletariado ao poder político. Projetavam constituir um Estado operário aparelhado, para a transformação da sociedade capitalista em comunista, atravessando um período intermediário de reorganização, a ser empreendida necessariamente sob uma ditadura. Entre os federalistas libertários, colocaram-se os anarquistas, que defendiam a revolução social com abolição imediata de todas as instâncias de autoridade e a formação de uma nova sociedade baseada na organização livre e federativa dos trabalhadores, de acordo com suas ocupações, problemas e interesses.

Esta divergência básica se fez presente desde o começo, e mostrou-se bem visível já no Congresso de Genebra, primeira reunião plenária da Internacional. Contra os autoritários, foram os mutualistas proudhonianos que conduziram o debate, apoiados por coletivistas que já pertenciam à AIT, antes que Bakunin tivesse se filiado a ela. Nos congressos de Lausanne (1867) e Bruxelas (1868), o coletivismo veio conquistando espaço em relação ao mutualismo, sendo que na Basileia (1869) os coletivistas compareceram predominando fortemente, entre os avessos à autoridade, e fortalecidos pela presença de Bakunin. Já no campo concorrente, Marx, evitando se comprometer pessoalmente nos congressos, fazia suas intervenções por meio de programas, informes, circulares e propostas do Conselho. Na Basileia, Bakunin apresentou uma proposta contra o direito de herança. Marx lhe opôs; porém, a proposta foi aprovada.

Ainda no contexto da AIT, Bakunin constituiu a Aliança da Democracia Socialista, juntamente com outros

militantes anarquistas, que seria aceita como seção da AIT em meados em 1869. Entendemos a Aliança como uma organização específica anarquista (nível político) que atuava dentro da AIT (nível social). A Aliança era uma organização de minoria ativa composta pelos “membros mais seguros, mais dedicados, mais inteligentes e mais enérgicos, numa palavra, pelos mais íntimos”⁸. Ela foi conformada para atuar secretamente, visando tratar dos assuntos que não se podia tratar publicamente e para atuar como agente catalizador do movimento operário. A Aliança definiu a relação entre os níveis político e social:

A Aliança é o complemento necessário da Internacional... – Mas a Internacional e a Aliança, tendendo para o mesmo objetivo final, perseguem ao mesmo tempo objetivos diferentes. Uma tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, através das diferenças das nações e dos países, através das fronteiras de todos os Estados, num só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão de dar às massas uma direção verdadeiramente revolucionária. Os programas de uma e de outra, sem serem nada opostos, são diferentes pelo grau de seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se o tomarmos a sério, também em germe, mas só em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é a explicação última do programa da Internacional.⁹

A prática da Aliança dentro da AIT fez com que a tendência autoritária buscasse isolar e desqualificar a prática dos libertários. Após o Congresso da Basiléia, os

ataques ao grupo coletivista se intensificam. Marx dirigiu em 1870 duas comunicações privadas do Conselho Geral às seções da AIT, com críticas severas às posturas bakuninistas. Com isto, preparava o clima para a Conferência de Londres do ano seguinte, durante a qual o grupo marxista tentou impor a doutrina da conquista do poder estatal, e para o Congresso de Haia de 1872. Nesta plenária, pediu a expulsão de Bakunin da AIT, o que obteve. Em 1874, a Internacional estava extinta.

A segunda referência histórica do especificismo é Malatesta, militante que chegou a fazer parte da Aliança bakuninista e que foi um representante da corrente organicista do anarco-comunismo. Passada a tradição coletivista do anarquismo da época de Bakunin – que defendia, na sociedade futura, uma distribuição a cada um de acordo com seu trabalho – nasce a corrente anarco-comunista – que defende, a partir de então, uma distribuição a cada um de acordo com suas necessidades. Malatesta caracterizou-se por defender, dentro desta corrente, posições contrárias ao evolucionismo e ao cientificismo, presentes em grande parte do movimento socialista. Para Malatesta, o futuro não estaria necessariamente determinado e só poderia ser modificado a partir da vontade, de uma intervenção voluntarista nos acontecimentos para proporcionar a desejada transformação social.

Crítico ferrenho do individualismo, Malatesta defendia um anarquismo completamente baseado na organização, um anarquismo que poderíamos chamar de “organicista”, e que, assim como o anarquismo de Bakunin, sustentava uma atuação distinta nos níveis político e

social. No nível político, Malatesta desenvolveu sua concepção de organização específica anarquista, à qual deu o nome de partido anarquista¹⁰: “entendemos por partido anarquista o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por conseqüência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer”¹¹. Esta organização deveria atuar nos chamados “movimentos de massa” da época e influenciá-las o máximo possível e os sindicatos foram o campo privilegiado escolhido para atuação dos anarquistas. Malatesta pontuou muito bem as diferenças entre o nível político do anarquismo e do nível social, que constituía, na época, seu espaço de inserção – o sindicalismo:

Na minha opinião, o movimento operário não é mais do que um meio – embora não há dúvida de que é o melhor meio de que dispomos. Mas eu me recuso a aceitar esse meio como um fim [...]. Os sindicalistas, por outro lado, têm uma certa propensão a transformar os meios em fins e a considerar as partes como sendo o todo. E, desse modo, para alguns dos nossos, o sindicalismo começa a se transformar numa nova doutrina que ameaça a própria existência do anarquismo. [...] Lamentei, no passado, que os camaradas se isolassem do movimento operário. Lamento hoje que, caindo no extremo oposto, muitos entre nós se deixem tragar pelo mesmo movimento. Uma vez mais, a organização da classe operária, a greve, a ação direta, o boicote, a sabotagem e a própria insurreição armada são apenas os meios; a anarquia é o fim.¹²

Defendendo o anarquismo que busca a transformação social a partir da vontade, Malatesta acreditava, assim como nós acreditamos hoje, que a organização específica anarquista deveria atuar no seio da luta de classes, em meio aos movimentos sociais e, com eles, chegar à revolução social e ao socialismo libertário – o qual ele chamava de anarquia. Para tanto, Malatesta buscou criar tanto organizações específicas anarquistas, como foi o caso do Partido Socialista Revolucionário Anárquico Italiano e da União Anarquista Italiana; e também organizações que atuassem no nível social, como nos casos da União Sindical Italiana (USI), da Aliança do Trabalho, e de sindicatos na Argentina. As posições de Malatesta foram bastante difundidas por Luigi Fabbri, outro anarco-comunista italiano, que também possui significativa contribuição ao especificismo.

Experiência importante para o especificismo, em nossa concepção, foi também a do magonismo, na fase da radicalização do Partido Liberal Mexicano (PLM). Ricardo Flores Magón, seu mais ativo militante, integrou em 1901 o PLM, que havia sido fundado um ano antes. Durante a ditadura de Porfírio Díaz, tanto o PLM quanto o periódico *Regeneración* foram grandes opositores do regime. A partir da segunda metade da década de 1900, o PLM se radicaliza, tornando seu discurso mais combativo e criando uma tensão interna no partido, o que afasta os elementos menos radicais. O PLM não concorria às eleições e servia somente como um espaço de articulação política e horizontal dos revolucionários libertários da época, sem objetivos de tomar o Estado e estabelecer uma ditadura, mas para colocar um fim ao

governo de Díaz, estabelecendo o comunismo libertário em seguida. O PLM tornou-se clandestino e organizou em todo o México mais de 40 grupos de resistência armada e também contou com membros indígenas, conhecidos por sua luta pelos direitos das comunidades e contra a propriedade capitalista. Após a radicalização, Francisco Madero estabeleceu uma discordância de que os meios pacíficos para tirar Díaz do poder estariam esgotados.

A fraude eleitoral de 1910 comandada por Díaz, daria início à explosão da Revolução Mexicana. Com a prisão de Madero, seu adversário nas eleições, conseguiu reeleger-se novamente. Exilado em San Antonio, no Texas, Madero redige o Plano de San Luís, convocando um levante armado, além de declarar nulas as eleições de 1910, rechaçando a eleição de Díaz e instituindo-se como presidente provisório. Muitos rebeldes atenderam ao chamado revolucionário, entre eles Emiliano Zapata, que tinha um importante papel na organização dos indígenas da região de Morelos, e Pancho Villa, um ex-ladrão de gado e assaltante de bancos, muito reconhecido pelos humildes das regiões de Durango e Chihuahua. Estavam unidos, em uma frente anti-reelecionista, que dava a cada grupo relativo grau de autonomia e independência. Já em 1911 e em meio à Revolução e com apoio do sindicato norte-americano International Workers of the World (IWW), os anarquistas, que tinham à frente Magón, ocupam a região da Baixa Califórnia, tomando cidades de importância como Mexicali. Ao fim do mês de janeiro, constituem a República Socialista da Baixa Califórnia, a primeira república socialista do mundo. Os

magonistas tiveram ainda vitórias em cidades como Novo León, Chihuahua, Sonora, Guadalupe e Casas Grandes; espaços esses que seriam perdidos após a repressão ocasionada pelo governo de Madero.

As revoltas organizadas por Zapata em Morelos e o Plan de Ayala constituíram-se como instrumentos de luta dos camponeses pela revolução, sempre inspirados pelo lema Terra e Liberdade, entoado pela primeira vez por Praxédís Guerrero e disseminado pelos magonistas. Fruto desta importante relação entre zapatistas e magonistas foi o convite de Zapata para que Magón levasse *Regeneración* para Morelos.

Depois disso, o México afundou-se em um período de guerra civil e tentou estabelecer uma Convenção, já nos fins de 1914. Os fatos que se deram em seqüência, como a tentativa de tomada da Cidade do México por Villa e Zapata, a convocação da Assembléia Constituinte por Carranza, que depois seria eleito presidente e assassinado; e os conflitos que se seguiram no país, acabaram constituindo o pano de fundo da decadência do período revolucionário no país.

Outra referência histórica importante para o especificismo é a participação anarquista na Revolução Russa. No início de 1917, diversos regimentos se amotinaram em São Petersburgo, surgiu um governo provisório aclamado pelo parlamento e renasceram os soviets de 1905. A palavra de ordem “todo poder aos soviets” estava em evidência. No campo, no sul da Ucrânia, os camponeses de Guliai Polie, aldeia que desde a revolução de 1905 possuía forte organização anarquista, fundaram a União dos Camponeses, que decidiu lutar pela revolução social

independentemente do governo, buscando a autogestão dos meios de produção. Em Petrogrado reivindicou-se o controle operário nas fábricas e marinheiros de Kronstadt, portando bandeiras vermelhas e negras, marcharam sobre a cidade com o objetivo de instituir uma república soviética e autogestionária. Em outubro, soldados anarquistas e bolchevistas, agindo de comum acordo, conseguiram tomar o Palácio de Inverno e surgiu, a partir de então, um divisor de águas entre os elementos revolucionários autoritários e os libertários. Os primeiros apoderando-se do aparelho de Estado e caminhando para a ditadura do partido (bolchevista) único dirigido por um comitê central todo poderoso e os segundos para o comunismo libertário e autogestionário, na forma dos conselhos de sovietes de operários, camponeses e do povo em armas.

Progressivamente, os bolcheviques passaram a negar, suprimir, impedir e finalmente proibir a difusão das idéias e práticas libertárias. Já a partir de 1918, os bolcheviques se posicionaram contra o controle operário das fábricas, estimulando a disciplina cega dos operários ao partido, e aos poucos foram consolidando a proibição da oposição ao partido. Militarizaram o trabalho, expulsaram os responsáveis eleitos nos sovietes, obrigaram estes a submeter-se ao poder central do partido e proibiram as greves.

Na luta contra o Exército Branco, o exército insurrecional de Makhno, na Ucrânia, se aliou aos bolcheviques por mais de uma vez. Ao derrotar a ameaça branca, o exército makhnovista foi atacado e perseguido pelo Exército Vermelho, obrigando os sobreviventes a se refu-

giarem em outros países. Foi o fim do processo de socialização autogestionário na Ucrânia, revertido repressivamente pelos bolchevistas a favor de maneiras estatizantes e totalitárias de organização e controle social sob uma nova classe dirigente. Os marinheiros de Kronstadt – que exigiam que os delegados dos soviets voltassem a ser escolhidos por eleição; liberdade para os anarquistas e outros grupos de esquerda; que voltassem a se reunir sindicatos e organizações camponesas; a libertação de presos políticos; a abolição dos oficiais políticos; a mesma alimentação para todos – são mortos pelos bolcheviques.

Apesar desta revolução proletária e libertária ter sido usurpada e dominada pelos bolchevistas, a partir de sua tomada do aparelho de Estado, aos anarquistas coube pecar por omissão na questão da organização. Esta reflexão foi formalizada anos depois, por imigrantes russos que estavam na Europa, em um documento chamado *Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários*. Makhno, Arshinov e outros formalizaram neste documento suas reflexões sobre a organização anarquista, a partir das experiências da Revolução Russa. Este documento trouxe importantes reflexões sobre a importância do envolvimento dos anarquistas na luta de classes, a necessidade de uma revolução social violenta que derrube o capitalismo e o Estado e que constitua o comunismo libertário. Há, também, uma relevante contribuição sobre a questão da transição do capitalismo ao comunismo libertário e sobre a defesa da revolução. A *Plataforma* defende uma organização anarquista, em nível político, que atue em meio aos movimentos sociais, um nível social, e enfatiza a função de minoria ativa da organi-

zação anarquista. Além disso, traz importantes contribuições sobre o modelo de organização do nível político dos anarquistas. Por estas questões, é um importante documento e possui bastante influência no especificismo.

Apesar disso, não entendemos que especificismo é a mesma coisa que plataformismo. Como estamos tentando mostrar ao longo deste texto, para nós, o especificismo é muito mais amplo que o plataformismo e tem as suas bases teóricas nas concepções organizacionais de Bakunin e Malatesta. A *Plataforma*, para nós, reivindica estes autores e traz novas contribuições e, portanto, deve ser considerada como uma contribuição ao especificismo, mas não a contribuição mais importante. Outro fato a ser levado em conta é que a *Plataforma* foi redigida sobre uma experiência de atuação militar dos anarquistas, em meio a um processo revolucionário e não deve ser deslocada deste contexto. Entendemos que esta forma de organização, tal como expressa na *Plataforma*, não deve ser aplicada em todos os seus pormenores em situações não-revolucionárias. Ela é mais uma contribuição para a discussão da atuação militar anarquista do que um documento para discutir a organização anarquista em todos os diferentes contextos.

Assim como a Revolução Russa, também consideramos referência a Revolução Espanhola de 1936. Durante aqueles anos, uma revolução social foi efetivamente levada a cabo. Uma revolução sob fogo cruzado que pretendia atingir todos os setores, das injustas estruturas econômicas até o cotidiano da população; das decrépitas noções de hierarquia até as históricas desigualdades entre homens e mulheres. E isso tudo foi obra dos anarquistas.

As influências do anarquismo chegaram na Espanha por Giuseppe Fanelli, aliancista e militante muito próximo de Bakunin. Fundada em 1910, a Confederación Nacional del Trabajo (CNT) foi a maior expressão do anarco-sindicalismo na Espanha e viveu, até a década de 1920 entre momentos de fluxo e refluxo com a constante repressão, da qual foi vítima. Fundada em 1927, a Federación Anarquista Ibérica (FAI) era uma organização clandestina voltada para a atividade revolucionária que, dentre seus objetivos, buscava opor-se às correntes reformistas na CNT. A ação logrou êxito, e os anarquistas revolucionários obtiveram a hegemonia na CNT.

Em 1936, a Frente Popular (reunindo os partidos de esquerda) tinha a possibilidade de vencer nas urnas. Os anarquistas da CNT acabaram apoiando taticamente a Frente, pois isso significaria a libertação dos companheiros presos. Com o aval da CNT, foi possível a vitória da Frente Popular. Porém, os fascistas não aceitaram a derrota. Em 18 de julho de 1936, irrompe o movimento golpista dos falangistas, entre os quais se destacou Francisco Franco. Assim teve início a explosão revolucionária que jogaria o país em três anos de guerra civil. Numa primeira fase (de julho de 1936 ao início de 1937), os anarquistas estão entre os grupos de maior destaque. A ação dos militantes em áreas como a Catalunha foi exemplar. As estruturas republicanas passaram para as organizações populares, num intenso e bem-sucedido processo de coletivização. Fábricas foram ocupadas e medidas sociais imediatas postas em prática, tais como: igualdade de salários entre homens e mulheres, serviço médico gratuito, salário permanente em caso de enfer-

midade, diminuição da jornada de trabalho e aumento dos pagamentos. Foram coletivizados serviços de metalurgia, indústria madeireira, transportes, alimentação, saúde, imprensa, espetáculos e propriedades rurais. Para combater as forças fascistas, estabeleceram-se milícias que avançaram em algumas frentes, com destaque para a coluna liderada por Buenaventura Durruti.

Numa segunda fase (de 1937 a 1939), o avanço da contra-revolução foi devastador. Os falangistas contaram com apoio maciço de Hitler e Mussolini. A resistência estava mal armada e numericamente inferior. As Brigadas Internacionais, formadas para deter o avanço nazi-fascista, possuíam poucos combatentes. Para completar, nenhuma ajuda das nações liberais (França e Inglaterra), que mais uma vez lavaram as mãos. O “apoio” da URSS se mostrou um verdadeiro “presente de grego”. No interior da luta contra o fascismo, paralelamente se desenrolava a caça – promovida pelos stalinistas – aos anarquistas e aos heterodoxos do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM). Os avanços obtidos pela CNT/FAI foram destruídos pelos que buscavam restabelecer as bases do Estado (setores moderados da República, comunistas e socialistas). Os comunistas começaram a ganhar posições-chave no governo. Os anarquistas tiveram de ceder mais uma vez diante das circunstâncias desfavoráveis: alguns membros da CNT acabaram participando do governo.

No Brasil, podemos dizer que, uma vez que a corrente especificista não foi de fato realizada em sua plenitude, nossas referências ideológicas se prendem a algumas iniciativas do passado e outras que julgamos signa-

tárias da mesma corrente na história mais recente do país. Entendemos que desde os primeiros anos do século XX, anarquistas vinculados ao “organizacionismo”, em particular seguidores de Malatesta, esforçaram-se a fim de organizar um número possível de companheiros com vistas a formar uma organização com estratégias e táticas comuns, baseada em acordos tácitos e de claro entendimento do grupo.

Foram esses mesmos os responsáveis pela realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, e pelas iniciativas de mais fôlego do anarquismo nacional. Tais anarquistas prepararam as condições que permitiriam a plena inserção de anarquistas em sindicatos, na vida social, com a formação de escolas e de grupos teatrais, além de uma razoável produção escrita. Foi também, e em grande medida, a corrente “organizacionista” que acabou por auxiliar na preparação da Insurreição Anarquista de 1918, na criação da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, na formação do Partido Comunista Brasileiro, de feição libertária, em 1919, e nos eventos que distinguiram os anarquistas dos bolcheviques, nos anos de 1920.

Nesta primeira fase destacam-se os nomes de Neno Vasco, José Oiticica, Domingos Passos, Juan Peres Bouzas, Astrojildo Pereira (até 1920) e Fábio Luz. Posteriormente, após um adormecimento do anarquismo social por quase duas décadas, ressurgiu parte da tradição organizacionista no jornal *Ação Direta* e, com a consumação do golpe militar de 1964, perderíamos novamente a nossa principal força nesse campo, representada em Ideal Peres e nos estudantes do Movimento Estudantil Libertário.

Finalmente, outra influência latina do especificismo que defendemos é a Federação Anarquista Uruguaia (FAU), formada em 1956 a partir de influências da luta classista e anarco-sindicalista, pelos modelos organizacionais de Bakunin e Malatesta, e pelo anarquismo expropriador da região do Rio da Prata. Buscando desenvolver um anarquismo voltado aos problemas latinos, a FAU realizou, desde sua criação, um trabalho em diversas frentes. Participou das atividades da central sindical Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT), que sustentava um modelo não burocrático, com democracia interna e de tendência classista. Foram criados grêmios de ação direta dentro da chamada Tendência Combativa. Com sua ilegalidade sendo decretada em 1967, a FAU passou à clandestinidade.

Mesmo neste período de clandestinidade, com muita repressão e prisão de militantes, a FAU conseguiu manter sua atividade sindical na CNT, no movimento estudantil, na luta contra o colaboracionismo do PC. Fez circular sua publicação *Cartas da FAU*. Em 1968 foi fundada a Resistência Obrera Estudantil (ROE), entidade de massas da organização, que partiu para o uma estratégia de confronto, com ocupações de fábricas com participação estudantil e de sindicalistas em passeatas estudantis. Paralelamente à organização de massas, a FAU desenvolveu ao final da década de 1960 a organização de seu “braço armado”, a Organização Popular Revolucionária – 33 (OPR-33), que desenvolveu uma série de ações de sabotagem, expropriação econômica, seqüestro de políticos e/ou patrões particularmente detestados pelo povo, apoio armado a greves e ocupações de locais de

trabalho etc. A FAU abandonou o foquismo como paradigma de luta armada, evitando a militarização e possuindo inserção social em meio à população. Com a ditadura de 1973, a FAU direcionou seus esforços a uma greve geral que paralisou o país por quase um mês. Desenvolveu trabalhos clandestinos e teve vários militantes presos, torturados e mortos. Com a abertura política, rearticulou-se e desenvolveu um trabalho com o paradigma especificista que defendemos hoje, com três frentes de inserção: sindical, estudantil e comunitária.

Em suma, nossa concepção das referências históricas do especificismo não é dogmática. Possuímos influências amplas que se iniciam com as concepções de Bakunin e dos aliancistas na AIT, passam pelas concepções de Malatesta e suas experiências práticas nos níveis político e social, assim como pelas experiências de Magón e do PLM no seio da Revolução Mexicana. Também nos influenciam as experiências dos anarquistas na Revolução Russa, com destaque à *makhnovitchina* na Ucrânia e às reflexões organizacionais realizadas pelos russos no exílio, assim como as experiências dos anarquistas na Revolução Espanhola em torno da CNT-FAI. No Brasil, temos influências do “organizacionismo” anarquista, com destaque às experiências da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro de 1918 e o Partido Comunista (libertário) de 1919. Finalmente, as influências da FAU, tanto de sua luta contra a ditadura, como em sua atuação em frentes, com sindicatos, movimentos comunitários e estudantis. Todo este conjunto de concepções e experiências contribui hoje com nossa concepção de especificismo. Atualmente o especificismo é defendido por diversas orga-

nizações latino-americanas e desenvolve-se na prática, mesmo que sem utilizar este nome, em outros lugares do mundo.

Notas:

¹ Mikhail Bakunin. “Programa Revolucionário e Programa Liberal”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 189.

² Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: *Anarco-Comunismo Italiano*, pp. 104-105.

³ Mikhail Bakunin. “Táctica e Disciplina do Partido Revolucionário”. In: *Conceito de Liberdade*, pp. 197-198.

⁴ *Idem.* “Programa Revolucionário e Programa Liberal”. In: *Conceito de Liberdade*, pp. 188-189.

⁵ Dielo Trouda. “El Problema de la Organización y la Noción de Síntesis”.

⁶ Mikhail Bakunin. *Império Knuto-Germânico*. Citado em Daniel Guérin (org.). *Textos Anarquistas* (trechos de *Ni Dieu, Ni Maître*). Porto Alegre: LP&M, 2002, pp. 47-48.

⁷ Errico Malatesta. “A Organização II”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 62.

⁸ Mikhail Bakunin. “Educação Militante”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 154.

⁹ *Ibidem.* pp. 151-152.

¹⁰ Não confundir o termo partido utilizado aqui com os partidos que concorrem às eleições ou que buscam tomar o Estado

por meio da revolução. Como já enfatizamos, “partido anarquista” para Malatesta é a mesma coisa que organização específica anarquista.

¹¹ Errico Malatesta. “A Organização II”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 56.

¹² *Idem*. “Sindicalismo: a crítica de um anarquista”. In: George Woodcock. *Op. Cit.* pp. 208; 212.

CONCLUSÃO E APONTAMENTOS

Ao trabalho companheiros! A tarefa é grande.

Ao trabalho, todos!

Errico Malatesta

O I Congresso cumpriu completamente seus objetivos, realizando-se em clima de grande solidariedade entre os militantes. Proporcionou o devido espaço para reflexões, comentários, debates e conclusões. As avaliações de todos os militantes foram bastante positivas.

Foi ressaltada a importância de haver uma geração de militantes mais velhos e experientes na organização, que foram (e são) fundamentais para que o conhecimento militante das gerações anteriores não se perdesse e para a formação e orientação da nova geração. À “velha guarda” o Congresso prestou toda homenagem. À “nova guarda”, o Congresso também saudou, visto que vem auxiliando colocar em prática o que os mais velhos sempre defenderam. Os militantes da organização que estão na luta desde os anos 1970, 1980, e 1990 ressaltaram a importância deste momento, que pontua a continuidade de uma militância que, para nós, tem início desde Juan Perez Bouzas, passa por toda a história de luta de Ideal Peres, pelo Círculo de Estudos Libertários (CEL), que depois se transformou em Círculo de Estudos Liber-

tários Ideal Peres (CELIP), e que, em 2003, constituiu-se na FARJ. Julgamos estar colocando em prática as aspirações dos diversos personagens desta história, aos quais acreditamos estar dando a devida continuidade.

Neste momento, o objetivo é continuar na busca pelo vetor social do anarquismo. Colocar o anarquismo em contato com os movimentos sociais, buscar a criação da organização popular. Isso estamos tentando fazer por meio de nossas três frentes.

A frente de movimentos sociais urbanos (nossa antiga frente de ocupações) vem realizando um trabalho permanente com as ocupações urbanas do Rio de Janeiro desde 2003, e dando continuidade às experiências que tivemos com o movimento sem-teto ainda na década de 1990. Esta frente encampa também, neste momento, a reconstrução do Movimento de Trabalhadores Desempregados do Rio de Janeiro (MTD), que luta pelo trabalho em todo o país, e existe no Rio de Janeiro desde 2001. O MTD retoma sua força agora se rearticulando e nucleando pessoas das comunidades carentes para a luta. Além disso, esta frente possui relações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para o qual vem oferecendo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, cursos de formação política. A frente está próxima e realiza atividades, também, com outras entidades e movimentos sociais como Assembléia Popular (RJ) e a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST).

A frente comunitária é responsável pela gestão do Centro Cultura Social do Rio de Janeiro (CCS-RJ), um espaço social aberto, que mantemos na zona norte da cidade e que agrega uma série de atividades comuni-

tárias de reciclagem de lixo, reforço escolar e cursinho pré-vestibular para a comunidade carente do Morro dos Macacos, oficinas de teatro, eventos culturais, comemorações e reuniões de diversos tipos. Esta frente é também responsável pela gestão da Biblioteca Social Fábio Luz (BSFL), que existe desde 2001 e, no âmbito da qual funciona o Núcleo de Pesquisa Marques da Costa (NPMC) que, fundado em 2004, tem o objetivo de produzir teoria para a organização, além de pesquisar a história do anarquismo no Rio de Janeiro. Além disso, a frente comunitária administra o CELIP, espaço público da FARJ que tem o objetivo de realizar palestras e debates para aproximar novos interessados em anarquismo.

A frente agroecológica, chamada Anarquismo e Natureza, atua em movimentos sociais rurais e agrupamentos que trabalham com agricultura e ecologia social. Ela possui contatos e trabalho com o MST, a Via Campesina e espaços como a Cooperativa Floreal e o Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal. Realiza oficinas pedagógicas em ocupações, escolas e comunidades pobres. Tudo isso, com o objetivo de resgatar a agricultura, a agroecologia, a ecologia social, a ecoalfabetização e a economia solidária. Busca envolver em suas atividades trabalhadores, militantes dos movimentos sociais e estudantes.

Para atender a uma demanda importante, encabeçamos um projeto “transversal”, no qual se inseriram todas as frentes, que se chama Universidade Popular (RJ). Tal proposta desdobrou-se, de fato, em uma iniciativa de educação popular anticapitalista, voltada para a transformação da sociedade, tendo como tática a for-

mação política no seio dos movimentos sociais. Outros trabalhos “transversais” também vêm sendo realizados como a edição do periódico *Libera*; da revista *Protesta!* (juntamente com os companheiros de São Paulo do Coletivo Anarquista Terra Livre); e livros como *O Anarquismo Social* de Frank Mintz, *O Anarquismo Hoje* da União Regional Rhone-Alpes e *Ricardo Flores Magón* de Diego Abad de Santillán. Finalmente há trabalhos internos de formação política, relações, gestão de recursos, entre outros.

Há trabalho sendo realizado, e muito trabalho por realizar. E, realmente, como outrora dizia Malatesta, a tarefa é grande. Saber que há muita coisa a ser feita e conhecer a grandiosidade de nosso projeto de transformação social, muito ao invés de nos desmotivar, vem sendo um combustível cada vez maior que nos motiva e nos leva, dia após dia, a esta tarefa que é tão urgente realizar.

Esperamos que esta breve contribuição teórica possa auxiliar na construção de um anarquismo militante, nas mais diversas localidades.

**Pelo anarquismo social!
Pela retomada do vetor social do anarquismo!
Revolução social e socialismo libertário!**

O Contexto do Congresso de 2008
e o Debate Sobre Organização

Anarquismo Social, Luta de Classes
e Relações Centro-Periferia

Anarquismo no Brasil:
Perda e Tentativa de Retomada do Vetor Social

A Sociedade de Dominação e Exploração:
Capitalismo e Estado

Objetivos Finalistas:
Revolução Social e Socialismo Libertário

Da Organização e da Força Social

Os Movimentos Sociais e a Organização Popular

A Organização Específica Anarquista

- A Organização Anarquista
- Trabalho e Inserção Social
- Produção e Reprodução de Teoria
- Propaganda Anarquista
- Formação Política, Relações e Gestão de Recursos
- As Relações da Organização Específica Anarquista com os Movimentos Sociais
- Necessidade de Estratégia, Tática e Programa

Especifismo: Organização Anarquista,
Perspectivas Históricas e Influências

ISBN 978-85-60982-38-7



9 78-85-60982-38-7